

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA**

KARIANE VANESSA GAIARDO

**DISPUTA TERRITORIAL E DINÂMICAS DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO
NO RIO GRANDE DO SUL: JUVENTUDE, AGRICULTURA FAMILIAR E
RESISTÊNCIAS NA COOPERATIVA NOSSA TERRA, ERECHIM/RS**

**ERECHIM
2025**

KARIANE VANESSA GAIARDO

**DISPUTA TERRITORIAL E DINÂMICAS DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO
NO RIO GRANDE DO SUL: JUVENTUDE, AGRICULTURA FAMILIAR E
RESISTÊNCIAS NA COOPERATIVA NOSSA TERRA, ERECHIM/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juçara Spinelli
Coorientador: Prof. Dr. Márcio Freitas Eduardo

**ERECHIM
2025**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Gaiardo, Kariane Vanessa

DISPUTA TERRITORIAL E DINÂMICAS DO COOPERATIVISMO
SOLIDÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL: JUVENTUDE, AGRICULTURA
FAMILIAR E RESISTÊNCIAS NA COOPERATIVA NOSSA TERRA,
ERECHIM/RS / Kariane Vanessa Gaiardo. -- 2025.
121 f.:il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juçara Spinelli

Co-orientador: Prof. Dr. Márcio Freitas Eduardo

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Chapecó, SC; Erechim, RS, 2025.

1. cooperativismo solidário. 2. agricultura familiar.
3. territorialização. 4. juventude cooperativista. 5.
economia solidária. I. Spinelli, Juçara, orient. II. ,
Márcio Freitas Eduardo, co-orient. III. Universidade
Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

KARIANE VANESSA GAIARDO

**DISPUTA TERRITORIAL E DINÂMICAS DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO
NO RIO GRANDE DO SUL: JUVENTUDE, AGRICULTURA FAMILIAR E
RESISTÊNCIAS NA COOPERATIVA NOSSA TERRA, ERECHIM/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Este trabalho de conclusão foi defendido e aprovado pela banca em: 26/11/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Juçara Spinelli – UFFS
Orientadora

Prof. Dr. Márcio Freitas Eduardo - UFFS
Coorientador

Prof.^a Dr.^a Zenicléia Angelita Deggeroni - UERGS
Avaliadora

Prof. Dr. Willian Simões - UFFS
Avaliador

Prof. Dr. Daniel Godoy - UFFS
Avaliador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às jovens
mulheres que resistem sonhando e semeando
um mundo melhor dentro desse sistema cruel.

AGRADECIMENTOS

Agradecer, para mim, é a parte mais fácil de todo esse trabalho. Este é o espaço de lembrar das tantas pessoas, organizações e histórias que me ajudaram a chegar até aqui. “Dissertação” parece um nome pequeno diante do que esse processo realmente representa na minha vida, mas registrar a importância de cada contribuição é, para mim, uma forma de devolver um pouco do que recebi.

Desde a concepção da ideia de ingressar no Programa de Pós-Graduação, contei com o apoio do companheiro que escolhi para a vida. Deoner Zanatta Junior, obrigada por estar comigo em cada passo, por ler meus textos, me motivar e vibrar junto.

Minha caminhada acadêmica foi iluminada por profissionais inspiradores. À professora Nauíra Zanardo Zanin, agradeço por ter me acompanhado desde o TFG na graduação, pelo incentivo em defesa de uma arquitetura e urbanismo mais humana. À professora Juçara Spinelli, minha orientadora no mestrado, gratidão pelo acolhimento, pela sensibilidade e pela esperança que nos inspira a pensar o campo e a cidade de forma integrada e inclusiva. Ao professor Márcio Eduardo, obrigada pela coorientação, pela escuta atenta e pela parceria, dentro e fora dos textos, fortalecendo minha escrita e prática na agroecologia.

Agradeço à minha família, meu porto seguro e raiz mais profunda. À minha mãe, Jussara Ivanes Fusiger: obrigada por todos os esforços para que eu tivesse educação de qualidade. Realmente sinto muito pela sociedade ter exigido tanto das mulheres a ponto da maternidade te distanciar de muitos sonhos. Como filha agradeço por sempre ter estado comigo, e reconheço tudo que deixou para trás para que isso acontecesse. Desejo que possamos juntas contribuir para uma sociedade mais justa com as mulheres.

Ao meu pai, Adelmir Gaiardo, agradeço por nos orientar através da pedagogia do exemplo, desde que me entendo por gente, como filha mais velha, via os teus passos e conferia como podia deixar os meus para que minhas irmãs e irmão pudessem se guiar. Todo esse processo nos mostra como sermos responsáveis afetivamente, e por isso te agradeço. Tenho sorte também de poder contar com os teus passos que me dão tanto orgulho, através deles que firmei raízes na defesa de uma vida coletiva com dignidade e organização.

As minhas queridas irmãs e irmão, Karine, Cassiane, Kiara e Hian, agradeço por cada mensagem que vocês me trazem, às vezes mensagem de apoio e carinho, às vezes um ensinamento através de ações, quando de vez em quando uma discussão para que possa ver diferente. Sou imensamente feliz em poder viver ao lado de vocês.

Ao meus avós, tanto paternos Moacir e Erma Gaiardo quanto maternos Lucila e Ido Fusiger, dedico com tamanha gratidão, compreendendo o histórico de vida difícil, entretanto mantiveram princípios importantes para orientar as futuras gerações com solidariedade, fé, cooperação e esperança de revolução. Em especial ao meu avô Moacir Gaiardo, dedico a ti que compreendeu o verdadeiro sentido da arquitetura, um lugar de significado, e transformou sonhos em projetos, projetos em obras, e lutou para que não fossem apenas concretos, mas sim espaços de vida.

A querida UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) tive a honra de estudar minhas duas formações superiores. A primeira do meu núcleo familiar a possuir ensino superior, enquanto filha de agricultores familiares essa conquista é de fato significativa. Agradeço a luta de tantas organizações que pautaram a necessidade de existir uma universidade pública, gratuita e de qualidade nos municípios do interior. E à CAPES pela concessão da Bolsa de Demanda Social.

Aos amigos, amigas e colegas de mestrado, foi um privilégio caminhar ao lado de vocês. Cada conversa e troca de experiência ajudou a tornar esta jornada mais leve e coletiva.

A minha psicóloga por todo apoio e sensibilidade às causas e princípios que carrego, por me motivar e acreditar na minha capacidade.

Agradeço às organizações que caminham comigo na luta. À Unicafe-RS, por fortalecer a juventude e as mulheres do cooperativismo, permitindo que eu semeie aquilo que faz sentido para mim. Ao MAB, por ensinar que ser atingida é também se reconhecer parte de um movimento de resistência frente às crises climática, ambiental, social e estrutural. Ao CAPA, por apoiar sonhos quando eles ainda eram apenas ideias, especialmente no nascimento da Feira Jovem. À Cooperativa Nossa Terra e a Coopervita por serem territórios de aprendizado, trabalho, amizade e construção de futuro.

Ao Grupo de Jovens Gestores, em especial, por abraçarem o projeto Feira Jovem construindo esses passos em conjunto, proporcionando que mais jovens possam sonhar e desenvolver um projeto de vida coletivo, agroecológico, com vida, trabalho, terra e comida boa. Este trabalho é fruto de todas essas mãos, vozes e corações que se somaram aos meus. A cada pessoa, instituição e movimento, minha eterna gratidão.

RESUMO

A presente dissertação analisa as dinâmicas de disputa territorial e política entre o agronegócio e a agricultura familiar no Brasil, com ênfase nas expressões de resistência materializadas no cooperativismo solidário, especialmente a partir da experiência da Cooperativa Nossa Terra, sediada em Erechim/RS, e do Projeto Feira Jovem. Inserida no contexto das transformações socioterritoriais do Alto Uruguai gaúcho, a pesquisa parte do pressuposto de que o cooperativismo solidário constitui uma estratégia fundamental para a construção de autonomias relativas, frente ao avanço do capital e à crescente desterritorialização dos sujeitos do campo. A investigação desenvolve-se sob uma abordagem qualitativa de caráter interpretativo, ancorada no método da pesquisa-ação participante, permitindo uma aproximação direta com agricultores familiares, gestores e juventudes cooperativistas. Foram analisadas, em diferentes escalas (local, regional e nacional), as práticas, os conflitos e as estratégias de reterritorialização associadas à organização socioprodutiva da agricultura familiar, considerando tanto os aspectos econômicos quanto os simbólicos e políticos dessas experiências. O estudo está estruturado em três eixos principais: (1) compreender a disputa territorial entre o agronegócio e a agricultura familiar, destacando o cooperativismo solidário como forma de resistência e reorganização produtiva; (2) analisar o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização da Cooperativa Nossa Terra, evidenciando sua capacidade de articulação socioterritorial de mercados e sua relevância para o desenvolvimento regional; e (3) examinar o protagonismo da juventude cooperativista no Projeto Feira Jovem, como expressão de luta política e territorial em defesa de modos de vida sustentáveis e solidários. Os resultados evidenciam que o cooperativismo solidário, ao articular práticas econômicas, sociais e culturais, afirma-se como um campo de disputa política e territorial, contrapondo-se à lógica hegemônica do agronegócio. Ao mesmo tempo, revela a potência das juventudes cooperativistas como sujeitos ativos na construção de novas ruralidades, na consolidação de circuitos curtos de comercialização e na promoção de alternativas concretas de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Palavras-chave: cooperativismo solidário; agricultura familiar; territorialização; juventude cooperativista; economia solidária.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the dynamics of territorial and political disputes between agribusiness and family farming in Brazil, with an emphasis on expressions of resistance materialized in solidarity cooperatives, especially based on the experience of the Nossa Terra Cooperative, based in Erechim/RS, and the Feira Jovem Project. Set in the context of the socio-territorial transformations of the Alto Uruguai region of Rio Grande do Sul, the research is based on the assumption that solidarity cooperatives are a fundamental strategy for building relative autonomy in the face of the advance of capital and the growing deterritorialization of rural subjects. The investigation is developed using a qualitative interpretive approach, anchored in the participatory action research method, allowing direct contact with family farmers, managers, and young cooperative members. The practices, conflicts, and strategies of reterritorialization associated with the socio-productive organization of family farming were analyzed at different scales (local, regional, and national), considering both the economic and symbolic and political aspects of these experiences. The study is structured around three main axes: (1) understanding the territorial dispute between agribusiness and family farming, highlighting solidarity cooperatives as a form of resistance and productive reorganization; (2) analyzing the process of territorialization, deterritorialization, and reterritorialization of the Nossa Terra Cooperative, highlighting its capacity for socio-territorial articulation of markets and its relevance for regional development; and (3) examining the leading role of cooperative youth in the Feira Jovem Project as an expression of political and territorial struggle in defense of sustainable and solidarity-based ways of life. The results show that solidarity cooperativism, by articulating economic, social, and cultural practices, asserts itself as a field of political and territorial dispute, counterposing itself to the hegemonic logic of agribusiness. At the same time, it reveals the power of cooperative youth as active subjects in the construction of new ruralities, in the consolidation of short marketing circuits, and in the promotion of concrete alternatives for sustainable and inclusive development.

Keywords: solidarity cooperativism; family farming; territorialization; cooperative youth; solidarity economy.

RESUMEN

La presente tesis analiza las dinámicas de disputa territorial y política entre la agroindustria y la agricultura familiar en Brasil, con énfasis en las expresiones de resistencia materializadas en el cooperativismo solidario, especialmente a partir de la experiencia de la Cooperativa Nossa Terra, con sede en Erechim/RS, y del Proyecto Feira Jovem. Inserta en el contexto de las transformaciones socioterritoriales del Alto Uruguay gaúcho, la investigación parte de la premisa de que el cooperativismo solidario constituye una estrategia fundamental para la construcción de autonomías relativas, frente al avance del capital y la creciente desterritorialización de los sujetos del campo. La investigación se desarrolla bajo un enfoque cualitativo de carácter interpretativo, basado en el método de la investigación-acción participante, lo que permite un acercamiento directo con los agricultores familiares, los gestores y los jóvenes cooperativistas. Se analizaron, a diferentes escalas (local, regional y nacional), las prácticas, los conflictos y las estrategias de reterritorialización asociadas a la organización socioproductiva de la agricultura familiar, teniendo en cuenta tanto los aspectos económicos como los simbólicos y políticos de estas experiencias. El estudio se estructura en tres ejes principales: (1) comprender la disputa territorial entre la agroindustria y la agricultura familiar, destacando el cooperativismo solidario como forma de resistencia y reorganización productiva; (2) analizar el proceso de territorialización, desterritorialización y reterritorialización de la Cooperativa Nossa Terra, poniendo de relieve su capacidad de articulación socioterritorial de los mercados y su relevancia para el desarrollo regional; y (3) examinar el protagonismo de la juventud cooperativista en el Proyecto Feira Jovem, como expresión de la lucha política y territorial en defensa de modos de vida sostenibles y solidarios. Los resultados evidencian que el cooperativismo solidario, al articular prácticas económicas, sociales y culturales, se afirma como un campo de disputa política y territorial, oponiéndose a la lógica hegemónica del agronegocio. Al mismo tiempo, revela el potencial de los jóvenes cooperativistas como sujetos activos en la construcción de nuevas ruralidades, en la consolidación de circuitos cortos de comercialización y en la promoción de alternativas concretas de desarrollo sostenible e inclusivo.

Palabras clave: cooperativismo solidario; agricultura familiar; territorialización; juventud cooperativista; economía solidaria.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Síntese das fases e procedimentos da pesquisa.....	24
Figura 1 - Logo do ITERRA.....	36
Figura 2 - Sistema de Representação do Cooperativismo Solidário no Brasil.....	38
Figura 3 - Esquema Organizacional do Sistema UnicafeS.....	39
Figura 4 - Região do Alto Uruguai, Rio Grande do Sul - População absoluta (2022).....	50
Figura 5 - A abrangência da UnicafeS nas unidades federativas do Brasil (2024).....	52
Quadro 2 - Levantamento de dados das Cooperativas associadas a UnicafeS-RS.....	53
Figura 6 - Distribuição temporal por período histórico e número de cooperativas.....	56
Figura 7 - Ramo de atuação e número de cooperativas.....	57
Figura 8 - Ramo de atuação e número de associados/as.....	58
Figura 9 - Cooperativas por região do Rio Grande do Sul.....	59
Figura 10 - Localização e ramos das cooperativas associadas a UnicafeS-RS.....	59
Figura 11 - Localização e ramos das cooperativas associadas a UnicafeS-RS na região do Alto Uruguai.....	60
Figura 12 - Logomarca da Cooperativa Nossa Terra.....	62
Quadro 3 - Síntese da Atuação da Cooperativa Nossa Terra em Diferentes Níveis Territoriais.....	63
Figura 13 - Pavilhão matriz e CD em Paulo Bento.....	65
Figura 14 - Pavilhão da antiga filial da Feira da Agricultura Familiar e Supermercado em Erechim.....	66
Figura 15 - Placa de mudança de endereço após despejo.....	66
Figura 16 - Unidade 03 de Ponte Preta/RS.....	67
Figura 17 - Unidade 04 em Prudentópolis PR.....	67
Figura 18 - Unidade 05 em Erechim RS.....	68
Figura 19 - Grupos de Orgânicos no Norte do RS.....	70
Figura 20 - Feiras no núcleo urbano de Erechim RS.....	74
Figura 21, 22 e 23 - Primeiras feiras realizadas no espaço do DAER.....	75
Figura 24 - Feira reconfigurada com mesas e equipamentos padronizados a todas as bancas....	76
Figura 25 - Ato de inauguração e conquista da cedência do espaço (2002).....	77
Figura 26 - Gôndola da agricultura familiar dentro do ponto fixo de comercialização na sede da cooperativa em Erechim no DAER.....	79
Figura 27 - Feira realizada na parte externa da sede da cooperativa no DAER.....	79

Figura 28 - Interior do pavilhão construído para a Feira da cooperativa no DAER.....	82
Figura 29 - Pavilhão matriz e CD em Paulo Bento.....	84
Figura 30 - Prédio do DAER cedida ao Supermercado e pavilhão da Feira da Cooperativa Nossa Terra em Erechim.....	86
Quadro 4 - Dados dos expositores na Feira da Agricultura Familiar de Erechim/RS.....	87
Figura 31 - Matéria divulgada pelo Jornal Bom dia em 2021.....	89
Figura 32 - Antiga entrada da sede do DAER, Avenida Sete de Setembro - Erechim.....	91
Figura 33 - Inauguração do novo Centro Comercial da Cooperativa Nossa Terra.....	93
Figura 34 - Logomarca do projeto Feira Jovem evento Festival de Primavera.....	100
Figura 35 - Esquema organizativo do projeto feira jovem por setor de atuação.....	101
Quadro 5 - Comparativo das Edições do Projeto Feira Jovem (2022–2024).....	102
Figura 36 – Composição Fotográfica da Primeira Edição do Festival Primavera (2022).....	104
Figura 37 – Composição Fotográfica da Segunda edição do Festival Primavera (2023).....	104
Figura 38 – Composição Fotográfica da Terceira edição do Festival Primavera (2024).....	105
Quadro 6 - Resumo das Iniciativas Organizadas Pela Juventude.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAU	Associação dos Municípios do Alto Uruguai
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CD	Centro de Distribuição
Cegafi	Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar
	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e
CONTAG	Agricultoras Familiares
Coopervita	Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Vida LTDA
DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
	Fundação de Desenvolvimento de Educação e Pesquisa da Região
FUNDEP	Celeiro
GIS	Geographic Information System
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MSR	Movimento Sindical Rural
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEAF	Programa Estadual de Agroindústria Familiar
PECSOL	Programa de Educação em Cooperativismo Solidário
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PR	Paraná
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SIG	Sistemas De Informação Geográfica
TAC	Técnico em Administração de Cooperativas

UFPA	Unidade Familiar de Produção Agrária
UnB	Universidade de Brasília
UNICAFES	União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICATADORES	União Nacional das catadoras e catadores do Brasil
UNICOPAS	União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias
UNICRAB	União Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária Popular do Brasil
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 METODOLOGIA.....	22
CAPÍTULO 01 - TERRITÓRIOS EM DISPUTA: AGRONEGÓCIO, COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR.....	26
1.1 MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO E TERRITÓRIOS EM DISPUTA	27
1.2 O COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO COMO RESISTÊNCIA AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO;	32
1.3 OS CONFLITOS TERRITORIAIS E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ALTO URUGUAI;.....	43
CAPÍTULO 2 - ESCALAS E RELAÇÕES TERRITORIAIS NO ALTO URUGUAI GAÚCHO: A COMPLEXIDADE DA ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	49
2.1 A ATUAÇÃO DA UNICAFES	51
2.2 A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA NOSSA TERRA.....	62
2.3 A INSERÇÃO DA JUVENTUDE	69
CAPÍTULO 3 - DISPUTAS TERRITORIAIS E A AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA COOPERATIVA NOSSA TERRA COM SEDE EM ERECHIM/RS	72
3.1 1999-2003 DA DISPUTA À CONQUISTA: FASE DE INSERÇÃO E LUTA PELO TERRITÓRIO DE COMERCIALIZAÇÃO NO MEIO URBANO	73
3.2 2004-2008 DO AVANÇO NA COMERCIALIZAÇÃO À CONSTRUÇÃO SOCIOTERRITORIAL DE MERCADOS, O ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS E O SISTEMA DE FEIRAS DA COOPERATIVA NOSSA TERRA	78
3.3 2009-2013: DESAFIOS NA GESTÃO DA COMERCIALIZAÇÃO À CRISE FINANCEIRA.....	81
3.4 2014-2020: RETOMADA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: A EXPANSÃO DA COMERCIALIZAÇÃO E O REPOSICIONAMENTO DA COOPERATIVA	83

3.5 2021-2025: DA ASCENSÃO A AMEAÇA: CAMPANHA NOSSA TERRA FICA E O PROCESSO DE DES(RE)TERRITORIALIZAÇÃO.....	85
CAPÍTULO 4 - A JUVENTUDE COOPERATIVISTA: A LUTA POR UM TERRITÓRIO DE RECONHECIMENTO A PARTIR DO PROJETO FEIRA JOVEM	95
4.1 A JUVENTUDE DO CAMPO E COOPERATIVISTA NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES	95
4.2 A CONSTRUÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO PROJETO FEIRA JOVEM E O PROTAGONISMO DA JUVENTUDE COOPERATIVISTA.....	99
4.3 AS AÇÕES E EXPRESSÕES DE UM MOVIMENTO DE LUTA E RESISTÊNCIA ..	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	116

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem naturalizado o sistema ao qual está inserida há tanto tempo, especialmente o modo de produção capitalista, tornando difícil a visualização de alternativas econômicas ou a construção de um novo horizonte. Contudo, a urgência de questionar esse sistema se torna cada vez mais evidente diante das catástrofes ambientais e climáticas que ele provoca, revelando as limitações e danos do modelo vigente. Como destaca Singer (2002), é comum experimentar uma sensação de normalidade quando estamos imersos por longos períodos em um único sistema, como o capitalismo. Nesse contexto, o Centro de Assessoria Multiprofissional (2002, p. 04) ressalta a dificuldade de visualizar alternativas, afirmando: “o velho, portanto, está em crise e o novo ainda não é. O desafio é construir o novo.”

A construção de alternativas para um novo horizonte não constitui um fenômeno recente. Diversos movimentos sociais e organizações coletivas vêm, ao longo das últimas décadas, engajando-se em processos de transformação social orientados por princípios de justiça, solidariedade e sustentabilidade. Nesse contexto, destacam-se iniciativas protagonizadas por militantes e lideranças comunitárias que, por meio de ações pedagógicas, políticas e culturais, buscam semear valores éticos voltados à preservação da vida e ao bem comum. Um exemplo emblemático desse imaginário transformador pode ser observado na atuação da Pastoral da Juventude, que denominou essa perspectiva como a “construção da civilização do amor”¹, expressão que sintetiza o compromisso com uma nova sociabilidade baseada na dignidade humana, na equidade e na harmonia com o meio ambiente (TEIAS DA COMUNICAÇÃO, 2012).

A trajetória pessoal e profissional que fundamenta esta pesquisa é fortemente marcada pelo envolvimento com o cooperativismo solidário, a agricultura familiar, os movimentos sociais e a Pastoral da Juventude, experiências que, aliadas à formação em Arquitetura e Urbanismo, orientaram um percurso de engajamento direto com pautas coletivas voltadas à promoção da dignidade humana, do trabalho justo e do fortalecimento dos vínculos com o território. Essa vivência prática e sensível com diferentes sujeitos e organizações do campo e da cidade constitui não apenas o ponto de partida, mas também o horizonte ético e político que sustenta as reflexões e escolhas metodológicas desta dissertação.

¹ “A adesão à proposta da Civilização do Amor implica um sim à vida, à liberdade, à verdade e ao diálogo, afirmou dom Parra. Essa proposta deve contar com participação conjunta num esforço permanente pela paz a partir do respeito por todas as culturas e diferentes tradições e também ao meio ambiente”. Fonte: (Teias Da Comunicação, 2012).

A coletividade, a cooperação e a atuação em redes configuram-se, em diversos contextos, como estratégias alternativas de resistência e reprodução social frente às imposições do modelo capitalista, particularmente no que se refere à agricultura familiar. Diante da crescente pressão exercida pelo modelo agroindustrial, essas práticas sociais emergem como mecanismos viáveis de sustentação econômica, cultural e territorial.

Nesse sentido, o cooperativismo solidário assume papel central, ao proporcionar condições para a continuidade de formas de organização do trabalho baseadas em princípios de solidariedade, gestão democrática e autonomia. Para os agricultores familiares, ele representa não apenas uma estratégia de inserção econômica, mas também a preservação de práticas tradicionais e valores comunitários, em oposição à lógica individualista e mercantil dominante.

Esta dissertação concentra-se, portanto, no cooperativismo solidário, uma prática que, ao integrar princípios ecológicos e sociais em suas ações, desempenha um papel essencial na dinâmica entre os espaços rural e urbano. Durante o desenvolvimento desta pesquisa, houve uma reviravolta que inclui um debate importante sobre as tensões e desafios da atuação do cooperativismo e dos mercados fundamentados nos princípios da economia solidária, e nesse sentido, as disputas territoriais emergem como um eixo importante de análise e serão abordadas ao longo de diferentes capítulos.

Inicialmente, o foco da investigação centrou-se no processo de construção da Feira Jovem, concebida como um projeto social e político em desenvolvimento, fruto da mobilização do Grupo de Jovens Gestores da Cooperativa Nossa Terra, em parceria com o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) de Erechim/RS e com a Unicafes-RS. A Feira Jovem configura-se como uma estratégia de luta socioterritorial da juventude cooperativista pela afirmação de sua identidade, autonomia e inserção nos mercados alternativos das feiras urbanas.

Contudo, ao longo do processo de pesquisa, a conjuntura política e institucional sofreu alterações significativas, levando a uma reformulação do foco analítico da dissertação. Em 17 de janeiro de 2025, a Feira da Agricultura Familiar realizada há 25 anos no pátio do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) em Erechim/RS e considerada um espaço emblemático de mercado alternativo promovida pela Cooperativa Nossa Terra, foi despejada por meio de ação judicial. Este evento marcou um novo ciclo de tensões territoriais e simbólicas, ampliando a centralidade do conflito e do enfrentamento institucional como eixos interpretativos desta investigação.

Além disso, busca-se refletir criticamente sobre os novos horizontes delineados a partir das ações de resistência protagonizadas pelas juventudes, especialmente por meio de processos participativos, cooperativos e vinculados à economia solidária no contexto urbano.

O tema do cooperativismo solidário e do protagonismo das juventudes rurais, atuantes tanto no campo quanto na cidade, em torno da questão alimentar e dos modos de vida frente ao modelo hegemônico, continua a evidenciar espaços e relações de disputa no e pelo território. Observa-se um acúmulo significativo de produções acadêmicas e investigações conduzidas por grupos de pesquisa que analisam as tensões entre as agriculturas de base familiar e o agronegócio, colocando em foco suas múltiplas conflitualidades.

A proposta inovadora desta dissertação consiste em avançar a análise para além dessa dicotomia já consolidada, investigando as disputas emergentes entre a agricultura familiar cooperativada e a produção imobiliária pautada pelos negócios urbanos, ou seja, orientados pela lógica do mercado e por agentes hegemônicos que seguem intensamente produzindo o espaço nas cidades.

Diante desse contexto analítico e interpretativo em expansão, delineia-se o seguinte problema de pesquisa: Quais são os elementos que desencadeiam tentativas de desmantelamento das instituições cooperativas da agricultura familiar e de sua desterritorialização, e de que forma essas instituições vêm adotando estratégias de luta e resistência para sua manutenção frente ao modelo hegemônico vigente?

As questões traçadas para orientar a investigação corroboraram para a proposição dos seguintes objetivos:

Objetivo geral: analisar a disputa territorial e as dinâmicas do cooperativismo solidário no Rio Grande do Sul, com ênfase na organização da agricultura familiar e na trajetória da Cooperativa Nossa Terra com sede em Erechim/RS.

Partindo desse objetivo central, foram perseguidos os seguintes objetivos específicos:

1. Compreender a disputa territorial e política entre o agronegócio e a agricultura familiar no Brasil, destacando a territorialização do capital e a emergência do cooperativismo solidário como forma de resistência;
2. Analisar distintas expressões das dinâmicas territoriais da Cooperativa Nossa Terra, compreendendo suas estratégias de resistência e afirmação da agricultura familiar no Alto Uruguai;
3. Examinar a experiência do Projeto Feira Jovem como expressão da luta política e territorial da juventude cooperativista, evidenciando seu protagonismo na construção socioterritorial de mercados.

A metodologia orientadora para o desenvolvimento investigativo teve como ponto de partida, o método de pesquisa-ação participante, enfocando as relações sociais estabelecidas entre organizações coletivas na luta contra-hegemônica, no campo e na cidade, e na promoção

de um modo de vida sustentável, com ênfase na agricultura familiar. Nessa medida, debruçou-se sobre analisar as dinâmicas do cooperativismo solidário no Rio Grande do Sul e focalizar na participação da juventude cooperativista e as expressões de resistência e autonomia presentes no contexto da Cooperativa Nossa Terra e do Projeto Feira Jovem. Partindo desse primeiro olhar, optou-se pelo detalhamento do enfoque teórico-metodológico e procedimental, em um capítulo específico desta dissertação.

Os elementos estruturadores da pesquisa conduziram à seguinte estrutura organizacional, além da introdução e das considerações finais. O texto dissertativo foi organizado em quatro capítulos que abordam, de forma articulada, a metodologia, os processos socioterritoriais relacionados à agricultura familiar, ao cooperativismo solidário e às disputas pelo território no contexto do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul.

No Capítulo 1, intitulado “Territórios em disputa: agronegócio, cooperativismo solidário e agricultura familiar” - desenvolve-se uma análise de caráter mais abrangente, discutindo-se a disputa territorial relacionada à expansão do agronegócio no meio rural e aos processos de desruralização e desterritorialização que impactam diretamente os modos de vida do campo e os territórios das agriculturas de base familiar².

O termo disputas territoriais é compreendido em consonância com Fernandes (2013) e Zeneratti (2018), como um processo dinâmico e multiescalar que envolve não apenas o conflito pelo controle material da terra, mas também disputas simbólicas, políticas e ideológicas sobre o uso, o sentido e a função social dos territórios. Trata-se, portanto, de um campo de tensionamentos entre diferentes projetos de desenvolvimento, em que o cooperativismo solidário se manifesta como estratégia de resistência e de reconfiguração socioterritorial frente à lógica hegemônica do capital.

O Capítulo 2 “Escala e relações territoriais no Alto Uruguai gaúcho: a complexidade da organização da agricultura familiar” dedica-se à contextualização da área de estudo, com ênfase nas relações multiescalares entre os atores da agricultura familiar e as organizações do cooperativismo solidário. A região do Alto Uruguai é apresentada como espaço de dinâmicas complexas, onde se entrecruzam ações locais, regionais e nacionais que tensionam e (re)configuram o território. Para compreender essa realidade, a pesquisa adota uma abordagem multiescalar, analisando três níveis inter-relacionados:

2 Adota-se o conceito de agriculturas de base familiar por reconhecer, conforme Neves (2007), a diversidade de formas sociais e produtivas que compõem o rural brasileiro, camponesas, agroecológicas, tradicionais ou vinculadas a mercados convencionais. Essa escolha permite abarcar a pluralidade de experiências e racionalidades presentes na agricultura familiar trabalhados no subcapítulo 1.2 desta dissertação.

1. A Unicafes-RS e suas articulações na esfera federal através da Unicafes Brasil e sua territorialidade em diversos estados.
2. A Cooperativa de Produção e Consumo Familiar Nossa Terra, com destaque para suas dinâmicas territoriais no Alto Uruguai gaúcho e sua atuação em nível nacional;
3. A juventude cooperativista por meio da experiência da Feira Jovem, no norte do Rio Grande do Sul;

No Capítulo 3, “Disputas territoriais e a agricultura familiar: o Caso da Cooperativa Nossa Terra com sede em Erechim/RS” a análise volta-se às dimensões específicas das disputas territoriais em torno da inserção da Cooperativa Nossa Terra dividida em períodos históricos, permitindo compreender o processo de conquista, consolidação, desterritorialização e recentemente a reterritorialização dessas experiências no contexto da cidade de Erechim/RS.

Por fim, o Capítulo 4 “A juventude cooperativista: a luta por um território de reconhecimento a partir do projeto feira jovem” enfoca o protagonismo da juventude cooperativista, evidenciando suas ações como elemento estratégico nas disputas por espaços de decisão e de comercialização. O Projeto Feira Jovem é analisado como expressão de uma luta socioterritorial pela permanência no campo e pela afirmação de identidades juvenis no âmbito da agricultura familiar.

Diante da estrutura expressa, segue-se com o texto dissertativo apresentando-se o detalhamento da metodologia adotada e, na sequência os capítulos mencionados buscando-se, em última análise, demonstrar a potência das juventudes cooperativistas na consolidação de circuitos curtos de comercialização e na promoção de alternativas concretas de desenvolvimento, a partir de suas constituições como sujeitos ativos na construção de novas ruralidades.

1.1 METODOLOGIA

A pesquisa teve por base inicial o referencial bibliográfico, com ênfase nos estudos territoriais, cooperativistas e de economia solidária, adotando uma abordagem exploratória qualitativa de caráter interpretativo. Diante da complexidade e da dinamicidade que envolvem as práticas do cooperativismo solidário e a organização da agricultura familiar no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, optou-se, também, pelo uso do método da pesquisa-ação participante, que visa não apenas observar, mas também intervir e construir conhecimento junto aos sujeitos sociais diretamente envolvidos nos processos analisados como propõe autores deste método específico que tem sido a muito tempo discutido e colocado por Thiollent (1986, p. 14):

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A adoção da metodologia de pesquisa-ação participante fundamenta-se na defesa de uma abordagem que privilegia a interatividade e a coparticipação entre pesquisador e sujeitos envolvidos, em contraposição às práticas convencionais baseadas em uma observação de caráter positivista e meramente quantitativo. Conforme argumenta Thiollent (1986), o elemento central da pesquisa-ação reside justamente na construção coletiva do conhecimento, em que o processo investigativo se desenvolve de forma dialógica, crítica e transformadora, articulando teoria e prática na busca de soluções concretas para os problemas vivenciados pelos grupos sociais pesquisados.

O método adotado permitiu uma aproximação crítica com os atores pesquisados, especialmente com os agricultores familiares, juventudes cooperativistas, gestores e gestoras da Cooperativa Nossa Terra, bem como representantes da Unicafe-RS e do CAPA Erechim. A partir da convivência e da participação em atividades de formação, reuniões, feiras e eventos promovidos por essas organizações, foi possível construir uma escuta sensível e comprometida com os sentidos atribuídos por esses sujeitos às suas práticas territoriais, produtivas e políticas.

A pesquisa-ação participante constitui uma abordagem metodológica particularmente relevante para a investigação de situações concretas e reais, conforme destaca Thiollent (1986). Essa perspectiva propõe um desafio epistemológico e prático, ao buscar não apenas compreender os fenômenos estudados, mas também intervir de forma colaborativa na realidade investigada. Assim, a pesquisa-ação participante tem como objetivo central construir conhecimento a partir da prática social, promovendo processos de transformação conjunta entre

pesquisador e participantes.

A pesquisa também se valeu de um recorte espacial delimitado pela região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, com foco nas dinâmicas territoriais da Cooperativa de Produção e Consumo Nossa Terra, bem como em suas articulações interescares, mesclando abrangências e interface locais-regionais e nacionais, especialmente com a Unicafe. Tal escolha justifica-se pela relevância do território como elemento estruturante da organização social da agricultura familiar, conforme discutido Haesbaert (2012), sendo fundamental para a compreensão das disputas socioterritoriais e das estratégias de resistência no campo e na cidade.

A análise foi orientada, ainda, por uma abordagem interescares e multiescares, conforme proposta de Smith (2000), compreendendo as interações entre escalas locais, regionais e nacionais como elementos indissociáveis na produção do espaço. Assim, a investigação contemplou três dimensões articuladas: (1) a atuação e territorialização da Cooperativa Nossa Terra no Alto Uruguai e no Brasil; (2) a organização e articulação da Unicafe-RS no contexto estadual e sua vinculação à rede nacional e (3) o protagonismo da juventude rural por meio do Projeto Feira Jovem, enquanto estratégia de afirmação identitária e de construção de alternativas socioprodutivas frente ao modelo hegemônico.

Dado o recorte, a pesquisa-ação participante consistiu na plena participação de um pesquisador inserido no processo, empresa ou entidade, o qual se propôs construir o plano de ação, ou seja, o próprio pesquisador também é um participante da investigação, como define Thiollent (1986):

Em geral, a ideia de pesquisa ação encontra um contexto favorável quando os pesquisadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tenham algo a "dizer" e a "fazer". Não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados. Thiollent (1986, p. 16)

O método consiste em algumas etapas, que conforme a proposta e problemas é enfatizado mais ou menos algumas dessas fases para atender melhor o objetivo. As fases propostas para a execução da pesquisa podem ser observadas no Quadro 1.

Os procedimentos metodológicos envolveram, além da participação ativa, a realização de levantamento de dados, observação participante, análise de documentos institucionais, Relatórios internos, Atas de reuniões e Publicações em Sites Oficiais, registros fotográficos e materiais de divulgação das organizações envolvidas.

Quadro 1 - Síntese das fases e procedimentos da pesquisa

ETAPA	PROCEDIMENTOS	FINALIDADE	OBJETIVO ESPECÍFICO
1.Fase exploratória	-Revisão bibliográfica;	Analisar as disputas entre modelos produtivos no campo brasileiro a fim de descrever e analisar as dinâmicas de disputas do cooperativismo.	1. Compreender a disputa territorial e política entre o agronegócio e as agriculturas de base familiar no Brasil, destacando a territorialização do capital e a emergência do cooperativismo solidário como forma de resistência;
2.Os pontos-chave	-Levantamentos de dados, informações e bibliografias; -Produção de mapas temáticos;	Análise das dinâmicas socioespaciais da agricultura familiar, considerando as múltiplas escalas de organização, nacional, estadual e regional, que estruturam o cooperativismo solidário, e a caracterização do Alto Uruguai gaúcho;	
3.O lugar da teoria	-Revisão bibliográfica; -Análise de documentos institucionais e publicações em sites oficiais;	Investigar o processo de territorialização e as estratégias organizativas da Cooperativa Nossa Terra, com ênfase na construção socioterritorial de mercados, evidenciando as relações entre desterritorialização, reterritorialização e resistência.	2. Analisar o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização da Cooperativa Nossa Terra, compreendendo suas estratégias de resistência e afirmação da agricultura familiar no Alto Uruguai;
4.Feira Jovem	-Análise do Projeto Feira Jovem a partir de documentos internos e publicações em sites oficiais;	Análise de resultados das três edições do Festival de Primavera promovido pelo projeto Feira Jovem (2022, 2023, 2024).	3. Examinar a experiência do Projeto Feira Jovem como expressão da luta política e territorial da juventude cooperativista, evidenciando seu protagonismo na criação de novos espaços de sociabilidade, comercialização e transformação social.
5.Plano de ação	-Tabela-síntese analítica;	Avaliação do histórico de todos os passos realizados dentro do projeto, com a inserção de futuros passos. E expressar a complexidade de relações sociais entre atores diversos da agricultura familiar;	
6. Divulgação dos resultados	-Publicações, apresentações e divulgação de matérias em mídias;	Publicações e apresentações sobre os resultados obtidos através do método de pesquisa participante, e do desenvolvimento do projeto da Feira Jovem, para os agentes envolvidos.	

Fonte: elaboração própria

Para as fases da pesquisa especialmente os pontos-chave na contextualização da área

de estudo, do campo de observação e coleta de dados, serão utilizados métodos da geotecnologia que é, segundo Rosa (2005, p. 81):

Também conhecidas como "geoprocessamento", as geotecnologias são o conjunto de tecnologias para coleta, processamento, análise e oferta de informações com referência geográfica. As geotecnologias são compostas por soluções em *hardware*, *software* e *peopleware* que juntos constituem poderosas ferramentas para tomada de decisões.

Neste caso optado pelo formato conhecido por Sistemas De Informação Geográfica (SIG) ou Geographic Information System (GIS), com o trabalho de coleta de dados sobre as feiras no município de Erechim, e a participação da juventude, faixa etária, dados socioeconômicos, com base no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) entre outras fontes confiáveis, para a geração desses dados no programa *Qgis*, validação dos mesmos e análise, gerando informações para apresentação de resultados mediante mapas temáticos.

Assim como na pesquisa-ação participante a pesquisa com método qualitativo, também se destaca pela especificidade de um estudo de determinado tema, com complexidade. Essas pequenas amostras se preocupam com a profundidade e não com a escala ou quantidade, e são descritivas dentro da pesquisa, criando um vocabulário próprio entre a realidade e a teoria acumulada. (Turra Neto, 2012).

Com o objetivo de construir um diálogo entre teoria e prática, os dados empíricos foram analisados à luz de autores que discutem o território, as resistências, o cooperativismo solidário, os movimentos sociais e a juventude, tais como Porto-Gonçalves (2016), Singer (2002), Haesbaert (2012), Pies (2018), Fernandes, Welch e Gonçalves (2014), entre outros. A análise foi construída de forma processual, respeitando os tempos e as transformações ocorridas ao longo do trabalho de campo, especialmente considerando os eventos recentes de desterritorialização da feira da Cooperativa Nossa Terra no espaço urbano de Erechim/RS, fato que reorientou parte das reflexões da pesquisa.

Por fim, vale destacar que a opção metodológica pela pesquisa-ação participante está intimamente ligada à própria trajetória da pesquisadora, marcada por um engajamento pessoal e político com os movimentos sociais do campo, o cooperativismo e a agroecologia. Esse vínculo ético e político contribui para o aprofundamento crítico da análise e reafirma o compromisso da pesquisa com a transformação social e a valorização das práticas contra-hegemônicas que visam à construção de um novo horizonte civilizatório. Esse vínculo ético e político contribui para o aprofundamento crítico da análise e reafirma o compromisso da pesquisa com a transformação social e a valorização das práticas contra-hegemônicas que visam à construção de um novo horizonte civilizatório, como será expresso nos capítulos que seguem.

CAPÍTULO 1 - TERRITÓRIOS EM DISPUTA: AGRONEGÓCIO, COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

A dinâmica territorial do campo brasileiro é marcada por profundas contradições que expressam o embate entre diferentes projetos de desenvolvimento. O agronegócio consolida-se como modelo hegemônico, estruturado na produção em larga escala, voltada majoritariamente para o mercado externo e sustentada pelo uso intensivo de tecnologias, insumos químicos e pela concentração fundiária. Enquanto as agriculturas de base familiar, parcialmente articuladas em organizações cooperativistas e solidárias, resistem à homogeneização dos territórios rurais e propõe formas alternativas de produção e reprodução da vida, vinculadas à produção diversificada de alimentos, preservação ambiental, à diversidade cultural e ao fortalecimento comunitário.

Este capítulo busca analisar os territórios em disputa a partir dessa contradição estrutural, organizando-se em três subcapítulos que evidenciam as múltiplas dimensões desse processo. No primeiro subcapítulo 1.1 - “Modelo de desenvolvimento do agronegócio e territórios em disputa”, serão discutidas as estratégias de territorialização do agronegócio e seus impactos sobre o espaço rural, ressaltando-se a intensificação da mercantilização da terra, da natureza e da própria vida.

Em seguida, o segundo subcapítulo 1.2 - “O cooperativismo solidário como resistência ao modelo de desenvolvimento do agronegócio”, aborda as experiências coletivas de organização da agricultura familiar como formas de enfrentamento ao avanço do capital no campo. Nesse contexto, o cooperativismo solidário é compreendido não apenas como alternativa econômica, mas como proposta política de reconfiguração das relações de produção e de reconstrução dos vínculos sociais e territoriais.

O subcapítulo 1.2, contará com base nos dados da Unicafe (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária) enquanto entidade de representação e resistência, configurando a disputa territorial e política existente. Este estudo busca evidenciar a importância do cooperativismo solidário no papel de promover relações mais equilibradas entre campo e cidade. Esse processo possibilita a criação de articulações e dinâmicas que fortalecem a economia local e circular, incentivando redes de solidariedade estratégicas e práticas sustentáveis. Dessa forma, o cooperativismo solidário e a agricultura familiar emergem como estratégias fundamentais para a garantia de condições dignas de vida e trabalho no campo, contribuindo para a permanência das populações rurais e para a construção de um desenvolvimento socioeconômico mais inclusivo e sustentável que articula campo e cidade.

Por fim, o terceiro subcapítulo, “Os conflitos territoriais e a organização social da agricultura familiar no Alto Uruguai”, analisa de maneira específica a região do Alto Uruguai gaúcho, destacando como os agricultores familiares se organizaram historicamente diante dos processos de expropriação e de concentração fundiária. Essa análise evidencia o papel das cooperativas e associações locais como instrumentos fundamentais de resistência, construção de autonomia e permanência no campo.

Assim, a articulação entre os três subcapítulos permite considerar como as disputas territoriais no campo brasileiro extrapolam a dimensão econômica, revelando-se como conflitos estruturais que envolvem a produção de modos de vida, identidades e projetos de futuro para a sociedade.

1.1 MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO E TERRITÓRIOS EM DISPUTA

As transformações tecnológicas e os processos intensificados pela globalização inscrevem-se em um período denominado por Brenner e Schmid (2016, p. 308) como “era urbana”, caracterizado pela inversão histórica na distribuição populacional mundial, quando as cidades passaram a concentrar mais habitantes do que as áreas rurais. A análise de Brenner e Schmid (2016) e Porto-Gonçalves (2016) evidencia a profundidade dessas mudanças demográficas, destacando a intensificação da urbanização e seus impactos diretos sobre a reconfiguração dos territórios rurais.

Segundo Porto-Gonçalves (2016), em 1960 a população mundial era de aproximadamente 3 bilhões de pessoas, sendo 2 bilhões residentes em áreas rurais e 1 bilhão em áreas urbanas. Em 2007, ano considerado marco dessa transição histórica, a população mundial atingiu cerca de 6 bilhões, distribuídos de forma equitativa entre campo e cidade. Esse fenômeno consolidou o que se convencionou chamar de “era urbana”.

O crescimento demográfico concentrado nas áreas urbanas resulta, em grande medida, de um movimento de expulsão em massa dos trabalhadores rurais. Esse fenômeno não pode ser reduzido a um simples esvaziamento populacional do campo, devendo ser compreendido em sua complexidade como parte de um processo de desruralização, nos termos de Porto-Gonçalves (2016), articulado à própria dinâmica de desterritorialização apontada por Eduardo e Candiottto (2021).

Para Eduardo e Candiottto (2021), a desterritorialização consiste no processo de substituição da agricultura camponesa por uma agricultura voltada prioritariamente à produção

de mercadorias. Tal fenômeno implica não apenas transformações nas práticas produtivas, mas a desestruturação de um modo de vida historicamente construído. Dessa forma, a desterritorialização representa um rompimento profundo com as bases socioculturais e simbólicas que sustentavam a reprodução da vida no campo, ocasionando impactos significativos sobre as dimensões econômicas, políticas e identitárias desses sujeitos.

Tais conceitos evidenciam transformações estruturais, econômicas, sociais e culturais que incidem diretamente sobre a organização dos espaços rurais, revelando não apenas alterações demográficas, mas também a reconfiguração das formas de vida e dos mecanismos de reprodução social dos sujeitos do campo.

O processo de expulsão dos trabalhadores rurais está intrinsecamente relacionado ao avanço do modelo neoliberal, que impõe ao campo à lógica da indústria. Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2016), em *Luta pela terra. Luta pela Terra*, evidencia a dimensão dessa dinâmica ao destacar a dualidade contida no próprio título: trata-se, simultaneamente, de uma luta pela terra enquanto território, espaço de vida, identidade e reprodução social, e de uma luta pelo planeta Terra, em defesa de sua integridade ecológica diante da exploração intensiva imposta pela racionalidade capitalista.

O conhecimento agrícola, que representava a autonomia do campo através de gerações de famílias que cultivavam os saberes dentro dos seus territórios, de grandioso valor cultural, hoje passa para a mão da indústria e dos laboratórios, como explica Porto-Gonçalves (2016). Através de fertilizantes e outros insumos, forçando a mesma lógica de controle do tempo para a aceleração da produção.

Acrescentando ainda em um segundo momento, Porto-Gonçalves (2016), o que chamou de “Revolução verde: novos passos para a urbano industrialização da agricultura” que remete a um novo elemento estratégico no controle do campo referente à centralidade das sementes, uma vez que é por meio delas que se garante a continuidade da produção agrícola. A capacidade de produzir sementes que geram outras sementes representa, nesse contexto, a base para a autonomia e autossuficiência dos agricultores. No entanto, o controle desse processo tem sido apropriado por corporações transnacionais através do desenvolvimento de sementes geneticamente modificadas, as chamadas sementes transgênicas, criadas em ambientes laboratoriais. Essa tecnologia insere-se em uma lógica de dependência produtiva, na medida em que rompe com os ciclos tradicionais de reprodução das sementes e reforça a concentração de poder sobre os meios de produção agrícola.

Tudo isso amplia a ruptura metabólica³ que impõe ao campo o mesmo tempo da indústria. O campo se torna o agronegócio, em outras palavras é a indústria se territorializando no meio rural, e impondo o seu tempo de produção que como o capitalismo pressupõe é de aceleração de produção e de ganho capital para poucos. Para Porto-Gonçalves (2016, p. 10), “é o colapso ambiental que se aprofunda”.

Para Fernandes, Welch e Gonçalves (2014), a expansão do agronegócio no cenário brasileiro configura um processo de concentração fundiária promovido pelo capital monopolista, com respaldo do Estado. O modelo de desenvolvimento adotado privilegia predominantemente os interesses do capital, em detrimento dos sujeitos do campo e de seus territórios. As políticas públicas voltadas para o reconhecimento e a consolidação desses territórios são implementadas, em geral, apenas em resposta à mobilização social, uma vez que o governo enfrenta forte oposição do setor agroindustrial.

Esse cenário é reforçado pela predominância do Paradigma do Capitalismo Agrário⁴ nas estruturas ministeriais, o que compromete a efetividade das ações voltadas ao desenvolvimento dessas comunidades. Como consequência, observa-se a hegemonia do capital na configuração das relações socioeconômicas e na organização espacial do campo, promovendo a homogeneização das paisagens rurais por meio da predominância da monocultura. (Fernandes; Welch; Gonçalves, 2014).

Em outras palavras, o avanço do setor agroindustrial, ao impulsionar a territorialização da indústria no espaço rural, gera um processo de reestruturação territorial que resulta na diminuição da presença populacional no campo. Esse fenômeno ocorre devido à substituição das práticas produtivas tradicionais por sistemas de monocultura em larga escala, os quais demandam menor utilização de mão de obra e promovem a concentração fundiária. Dessa forma, verifica-se um deslocamento da população rural, seja por migração forçada ou pela redução das oportunidades de trabalho, configurando um processo de esvaziamento demográfico associado à expansão do modelo agroindustrial.

A trajetória histórica da agricultura capitalista demonstra que a constituição do agronegócio foi um processo secular, viabilizado pela acumulação de capital e pelo avanço

3 O modo como o capitalismo se desenvolveu historicamente resultou numa ruptura desigual entre a sociedade e a natureza, promovendo uma relação de exploração e degradação ambiental.

4 Refere-se à lógica hegemônica que orienta as políticas e práticas de desenvolvimento rural no Brasil, estruturada na concentração fundiária, na subordinação da agricultura familiar ao capital e na predominância do agronegócio como modelo de modernização. Esse paradigma expressa a aliança entre Estado e grandes corporações, promovendo a homogeneização dos territórios rurais e a mercantilização da natureza, em detrimento das formas de vida e produção das agriculturas de base familiar.

tecnológico ao longo do tempo. A partir das considerações de Fernandes (2013), a consolidação desse complexo agroindustrial fortaleceu as relações capitalistas no campo, promovendo a expansão de grandes corporações que intensificaram tanto a disputa territorial quanto os embates ideológicos.

Esse processo acentuou a territorialização e a territorialidade do agronegócio, tornando-o mais agressivo em suas relações de poder com as comunidades. Além da apropriação de territórios, essa dinâmica impacta diretamente as identidades e territorialidades das agriculturas de base familiar, subordinando suas práticas e modos de vida às lógicas do mercado e da produção em larga escala. (Fernandes, 2013).

As disputas territoriais entre o agronegócio e as agriculturas de base familiar refletem dilemas econômicos, sociais e ambientais que têm ganhado destaque no debate acadêmico e político. Esses conflitos envolvem questões como o uso da terra, políticas públicas, direitos das comunidades locais e impactos sobre o meio ambiente.

Zeneratti (2018), por exemplo, aborda as disputas territoriais em suas reflexões sobre geografia agrária, o cooperativismo e as territorialidades. Explora como os territórios são formados e fragmentados, destacando as contradições entre cooperativismo solidário e capitalista, além de conflitos de classes que moldam diferentes tipos de territórios. Destaca as divergências e convergências na abordagem territorial. O autor propõe uma reflexão sobre a categoria território, explorando suas múltiplas dimensões e escalas. Enfatiza a conflitualidade como elemento central para compreender as disputas territoriais como menciona Fernandes (2013), que envolvem aspectos materiais e imateriais.

As agriculturas de base familiar, articuladas por meio de práticas cooperativistas e solidárias, configuram-se como estratégias fundamentais para enfrentar os processos de desterritorialização, mercantilização da vida e intensificação das disputas pelo espaço urbano e rural. Nesse sentido, o cooperativismo solidário não se apresenta unicamente como uma resposta defensiva, mas como uma proposta concreta de reorganização da produção e das relações sociais, capaz de reconfigurar os vínculos com o território e com os circuitos alimentares.

As disputas territoriais entre o agronegócio e as agriculturas de base familiar são marcadas por divergências significativas no uso, no acesso e no controle do espaço rural, refletindo distintas dinâmicas socioeconômicas, políticas e culturais. O agronegócio, pautado na produção em larga escala voltada ao mercado internacional, promove frequentemente a concentração de terras e recursos, a monocultura e o uso intensivo de insumos químicos, em detrimento das formas tradicionais de cultivo e da sustentabilidade ambiental.

Entretanto, as agriculturas de base familiar têm buscado expandir sua presença para os espaços urbanos, articulando-se por meio de feiras livres, mercados locais, empreendimentos da Economia Solidária, eventos comunitários, cestas de alimentos, entregas domiciliares, grupos de consumo responsável e cozinhas solidárias. Essas iniciativas representam tentativas de integração entre rural e urbano, criando mercados socioterritoriais que não apenas fortalecem a economia local, mas também permitem a reprodução social e cultural das comunidades rurais. Contudo, tais estratégias enfrentam barreiras estruturais, como a especulação imobiliária, a ausência de políticas públicas adequadas e a competição com redes de distribuição corporativas, o que evidencia a necessidade de um arcabouço institucional e social que assegure a viabilidade dessas práticas.

Conforme destaca Veiga (2003), um dos desafios centrais no contexto brasileiro consiste em estabelecer relações efetivas entre os espaços rurais e urbanos, sem reduzir o campo a um processo de urbanização, mas garantindo condições para a plena articulação social, econômica e ambiental. Nesse cenário, o cooperativismo solidário emerge como um instrumento estratégico, ao possibilitar a construção de mercados coletivos, fortalecer o trabalho associado e promover uma vida digna para os sujeitos do campo, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação da terra enquanto recurso natural e patrimônio planetário. Dessa forma, as agriculturas de base familiar, articuladas solidariamente evidenciam o potencial de reconectar produção, mercado e trabalho de maneira sustentável, resistindo à lógica hegemônica do agronegócio e promovendo alternativas concretas de desenvolvimento territorial.

As tensões socioespaciais entre o campo e a cidade, assim como a disputa pelo controle do território e dos circuitos alimentares, destacam a necessidade de compreender o cooperativismo solidário como um mecanismo capaz de articular trabalho, mercado e preservação ambiental de forma integrada entre campo-cidade. A partir dessa perspectiva, torna-se relevante aprofundar a análise sobre o papel do cooperativismo solidário na promoção da autonomia dos sujeitos do campo, na construção de territórios de resistência e na reorganização das relações socioeconômicas frente à lógica hegemônica do agronegócio.

1.2 O COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO COMO RESISTÊNCIA AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO;

O cooperativismo moderno tem suas raízes nas pré-cooperativas do século XVIII, que foram fundamentais para a formação dos princípios cooperativistas⁵. Na Inglaterra, a exploração intensiva dos trabalhadores pelos industriais gerou um ambiente propício para o surgimento de ideias socialistas e cooperativas, como as defendidas por Robert Owen em Rochdale. O cooperativismo surgiu como uma reação ao capitalismo, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos operários e eliminar a figura dos intermediários. Os pioneiros desse movimento buscavam criar um modelo democrático e autossuficiente, baseado na ajuda mútua, igualdade social e fraternidade, estabelecendo uma organização social e econômica voltada para o bem-estar coletivo. (Oliveira, 2013).

O histórico do surgimento do cooperativismo revela que, em sua essência inicial, ele não se configurava apenas como uma alternativa ao capitalismo, mas como uma proposta mais ampla voltada para a superação do modo capitalista de produção. Embora o cooperativismo não leve à transformação total da sociedade como idealizado, “não há como negar que as experiências cooperativistas desenvolvidas nesse momento se constituíram em uma alternativa relevante de enfrentamento à ordem hegemônica capitalista”. (Zeneratti, 2018, p. 26).

O capitalismo constitui-se como o modo de produção central da modernidade, tendo na economia de mercado sua forma específica de organização econômica. Contudo, é recorrente a confusão entre os conceitos de mercado e economia. Como ressalta o Centro de Assessoria Multiprofissional (2002), o mercado não é uma condição universal e permanente, mas uma forma histórica de regulação econômica; o que sempre existiu foi a economia, em suas múltiplas expressões sociais e culturais.

Nesse sistema, a economia de mercado opera sobre uma lógica competitiva, em que todos os agentes se encontram em constante disputa: múltiplos candidatos para uma única vaga de emprego, inúmeros vestibulandos para uma vaga universitária, produtores competindo pela atenção de consumidores. Como descreve Singer (2002), a competição privilegia aqueles que conseguem atender à demanda por menores preços e maior satisfação, conduzindo-os à

⁵ Os princípios do cooperativismo, conforme Zeneratti (2018), definidos em 1995 no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), fundamentam-se no: 1. Livre acesso e adesão voluntária; 2. Controle, organização e gestão democrática; 3. Participação econômica e de seus associados; 4. Autonomia e independência; 5. Educação, capacitação e informação 6. Cooperação entre as cooperativas; 7. Compromisso com a comunidade. Embora já tenham ocorrido alterações, seguem ainda na mesma perspectiva.

ampliação de lucros e ao crescimento, enquanto os demais, incapazes de sustentar essa dinâmica, são excluídos do processo produtivo. Esse mecanismo gera, inevitavelmente, um ciclo de acumulação de vantagens para os “ganhadores” e de desvantagens para os “perdedores”, intensificando desigualdades sociais. (Singer, 2002).

Diante desse cenário, torna-se evidente que não basta a mera inserção de iniciativas cooperativas dentro de um mercado regido pela lógica da competição, pois isso tenderia a reproduzir as mesmas assimetrias estruturais. Como aponta o Centro de Assessoria Multiprofissional (2002), é necessário transformar os fundamentos da economia de mercado, deslocando-a em direção a um modelo solidário, no qual prevaleçam práticas de cooperação e reciprocidade. Singer (2002) reforça essa perspectiva ao defender que a cooperação deve substituir a competição como princípio regulador da vida econômica.

Atualmente, segundo dados da Aliança Cooperativa Internacional (2023 apud UNICOPAS, 2025), existem aproximadamente três milhões de cooperativas em todo o mundo, com 4.500 delas situadas no Brasil. Dentro dessa diversidade de cooperativas, observam-se diferentes abordagens na operacionalização dos princípios cooperativistas, conforme elucidado por Oliveira (2013), que discute os dois extremos dessa prática. O autor aponta que, sob a ótica capitalista, as cooperativas são vistas como instrumentos para a conquista de mercados e a acumulação de capital, enquanto, sob a perspectiva socialista, elas são compreendidas como um caminho para a criação de uma nova ordem econômica e social.

A história do cooperativismo no Brasil é marcada por contradições e disputas entre diferentes projetos sociais e econômicos. A primeira cooperativa de sucesso reconhecida no Brasil foi criada em 1902, em Nova Petrópolis (RS), por iniciativa do padre Theodor Amstad junto a agricultores de origem europeia, marcando o início do cooperativismo de crédito rural no país. Esse modelo, influenciado pelas experiências cooperativistas da Europa, encontrou ambiente favorável entre os imigrantes, mas enfrentou barreiras legais e políticas, já que até a Constituição de 1891 a associação de trabalhadores era proibida. (Pies, 2018).

No entanto, a consolidação do cooperativismo no Brasil se deu de forma elitizada, sendo apropriada principalmente por grandes proprietários e empresários do setor agroexportador. O Estado brasileiro, especialmente durante o período do Estado Novo (1930–1945) e a ditadura militar (1964–1985), assumiu papel central no controle e regulamentação do setor, incentivando cooperativas voltadas para grandes produtores com recursos financeiros e políticas públicas. Nesse contexto, de acordo com Pies (2018), a primeira legislação específica foi a Lei nº 22.239/1932, culminando na Lei nº 5.764/1971, ainda vigente, que estabeleceu a

unicidade de representação sob a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Como expressa o autor (p. 271):

A partir da hegemonia e da tutela do governo militar, a OCB conseguiu, através da Lei e do apoio do Ministério da Agricultura, canalizar investimentos consideráveis e privilégios fiscais às suas filiadas, especialmente cooperativas agropecuárias de maior porte. Grande parte dessas ações integrava-se a projetos de criação e fortalecimento de complexos agroindustriais, tendo plena consonância com as políticas de modernização conservadora do rural brasileiro. Tais mudanças na agricultura foram implantadas com a ajuda de programas de crédito e assistência técnica subsidiada, no entanto, esses recursos só chegavam aos produtores de maior porte. Ou seja, a agricultura familiar não chegava a usufruir destas benesses.

Esse modelo hegemônico de cooperativismo institucionalizado pelo Estado excluiu por décadas as agriculturas de base familiar, trabalhadores e iniciativas de economia solidária. A situação começa a mudar com a Constituição Federal de 1988, que garante a liberdade de associação e reduz a tutela estatal sobre o setor, abrindo caminho para o surgimento de iniciativas autônomas, como o cooperativismo solidário ligado à agricultura familiar, que só floresceu com maior força a partir dos anos 1990. (Pies, 2018).

A falta de identificação política do cooperativismo nacional com as demandas sociais já vem de longo tempo, mas ela ganhou novos contornos a partir do terço final do século XX, quando foi realizada uma profunda reestruturação jurídica e institucional do cooperativismo nacional. Ou seja, com a queda do regime militar e as reformulações na Constituição Federal de 1988, as cooperativas tiveram incentivo para desenvolver sua autonomia. Sendo assim, as cooperativas da agricultura familiar e economia solidária surgiram após esta abertura constitucional. No entanto, esta abertura constitucional não significou imediatamente desenvolvimento cooperativista, isto porque havia altos índices de miséria e concentração de renda e quem reorganiza o cooperativismo desta vez são os trabalhadores que durante décadas estavam à margem da sociedade, entre eles, os agricultores familiares que são os produtores de alimentos que vão à mesa do consumidor. (Pies, 2018, p. 272).

Um aspecto relevante na trajetória do cooperativismo no Brasil diz respeito à atuação decisiva dos movimentos sociais do campo e à mobilização popular dos sujeitos do campo na construção de alternativas ao modelo hegemônico de organização produtiva. Em nenhuma etapa desse processo os caminhos foram dados ou impostos de forma pronta às populações rurais; ao contrário, trata-se de um percurso marcado por lutas, reivindicações e construção coletiva de horizontes alternativos.

Nesse contexto, destaca-se como elemento significativo a relação entre os movimentos sociais e a constituição do cooperativismo solidário das agriculturas de base familiar, evidenciada, por exemplo, na criação do curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) pelo Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) por meio do Departamento de Educação Rural da Fundação de Desenvolvimento de Educação e

Pesquisa da Região Celeiro (FUNDEP). Tal iniciativa expressa a articulação de diversos atores sociais em torno de um projeto de formação voltado à gestão cooperativa e ao fortalecimento de práticas que visam à construção de uma vida digna no campo. (BLOG DO MESTRE, 2010).

Esse espaço formativo, resultado da articulação entre movimentos sociais do campo e diversas entidades comprometidas com a reforma agrária, foi também determinante na constituição da minha trajetória pessoal e familiar. Filha de pais que concluíram esse curso no final da década de 1990, reconheço que a experiência do ITERRA extrapolou a dimensão estritamente técnica, revelando-se também como instância de fortalecimento de vínculos sociais, afetivos e identitários no âmbito da luta pela terra e pela dignidade no campo. (Figura 1).

Figura 1 - Logo do ITERRA



Fonte: Blog do mestre, 2010.

Portanto, o cooperativismo brasileiro é historicamente marcado por uma dualidade: de um lado, o modelo empresarial incentivado pelo Estado e centrado no agronegócio; de outro, o cooperativismo solidário, que nasce da resistência e da auto-organização dos trabalhadores historicamente marginalizados.

É fundamental estabelecer uma distinção entre o cooperativismo capitalista e o cooperativismo solidário, ou nas palavras de Zeneratti (2018) o “cooperativismo empresarialista” e o “cooperativismo camponês”. Embora os princípios do cooperativismo sejam comuns a todas as cooperativas, a gestão prática pode, ou não, estar alinhada com uma perspectiva ecológica e com a construção de autonomies relativas. Essa diferenciação é crucial, pois a proposta central desta dissertação se baseia no cooperativismo solidário, que busca promover um novo modelo de vida, social e ambientalmente sustentável.

O cooperativismo constitui uma construção coletiva voltada para a promoção de uma nova economia, alicerçada em princípios e valores que enfatizam a gestão democrática e a participação ativa. Essa abordagem é trazida no artigo de Oliveira (2013), intitulado “O

cooperativismo popular como expressão da economia solidária”, que explora as dimensões e implicações do cooperativismo dentro do contexto da economia solidária.

A singularidade para a compreensão da economia solidária é definida pelo sociólogo Paul Singer com a análise de uma “outra economia” que nasce das contradições apresentadas pela economia tradicional, uma “nova economia”, que expressa de maneira concreta a inteligência coletiva dos trabalhadores. A economia solidária se expressa no meio social por meio dos empreendimentos econômicos solidários, sendo que a cooperativa popular autêntica é um dos mais comuns. (Oliveira, 2013, p. 151).

Nesse sentido, o cooperativismo solidário configura-se como parte integrante da economia solidária, ao propor a reorganização das relações de produção, consumo e distribuição a partir de vínculos sociais mais horizontais. Trata-se de construir redes solidárias que não apenas garantam o acesso a bens e serviços, mas que também promovam processos de conscientização sobre o ato de consumir, entendido como prática política capaz de legitimar ou rejeitar determinadas formas de economia. (Centro de Assessoria Multiprofissional, 2002). Assim, mais do que fornecer produtos, busca-se assegurar condições para o bem viver, reafirmando a centralidade da solidariedade como princípio estruturante de novas formas de organização socioeconômica.

No contexto da dinâmica histórica e política do cooperativismo no Brasil, é relevante destacar o processo de consolidação de um sistema próprio de representação do cooperativismo solidário. Tal configuração emerge como resultado de uma trajetória marcada por disputas territoriais e políticas de longa duração, especialmente em relação à hegemonia exercida pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) enquanto entidade oficial de representação do setor. (Pies, 2018).

Nesse cenário, observa-se um avanço significativo com a criação da UNICOPAS (União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias), que se constitui como uma instância representativa alternativa, voltada à defesa dos princípios da economia solidária, da autogestão e da participação democrática. A UNICOPAS representa, portanto, uma resposta crítica e propositiva à centralização representativa estabelecida historicamente, propondo um novo arranjo institucional mais alinhado às demandas das cooperativas solidárias, das agriculturas de base familiar. (Pies, 2018).

A UNICOPAS (s.d.) atua em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, com a participação de aproximadamente 2,5 mil associações e cooperativas, que trabalham na produção de bens e serviços, contribuindo para o desenvolvimento de uma economia mais justa, inclusiva e sustentável. Ao todo, cerca de 800 mil trabalhadores vivenciam, na prática, os

preceitos do cooperativismo solidário em todo o território nacional, a partir da união de quatro centrais do cooperativismo e da economia solidária, conforme esquema (Figura 2):

Figura 2 - Esquema do Sistema de Representação do Cooperativismo Solidário no Brasil



Fonte: Unicafe-RS (2025). Org.: autora (2025).

1. UNICAFES: União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Representa cooperativas da agricultura familiar de todo o Brasil.
2. UNICRAB: União Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária. Representa cooperativas de agricultores assentados da reforma agrária.
3. UNICATADORES: União Nacional das catadoras e catadores do Brasil. Representa cooperativas e associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis.
4. UNISOL: Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários. Representa cooperativas, associações produtivas e empreendimentos econômicos solidários.

A constituição da UNICOPAS como pessoa jurídica a partir da articulação entre quatro entidades representativas do cooperativismo solidário no Brasil configura-se como uma estratégia político-institucional necessária para o fortalecimento da representação do setor. Tal formato foi fundamental para dar continuidade ao debate e à tramitação do Projeto de Lei do Cooperativismo, atualmente em apreciação no Congresso Nacional. (Pies, 2018).

A proposta de sua inclusão na nova legislação busca corrigir um desequilíbrio histórico, uma vez que, até o presente, a OCB permanece como a única entidade oficialmente reconhecida por lei.

Este formato, de quatro entidades representativas do cooperativismo solidário constituírem uma pessoa jurídica (UNICOPAS), foi necessário para poder avançar o debate e os encaminhamentos do Projeto de Lei do cooperativismo que está no Congresso Nacional, aguardando aprovação. Ou seja, além da OCB, única entidade do cooperativismo que consta em Lei, pretende-se incluir na nova legislação a UNICOPAS. (Pics, 2018, p. 274).

Ademais, a Constituição Federal de 1988, ao garantir a liberdade de associação, implicitamente revogou o princípio da unicidade representativa, abrindo espaço para a pluralidade de formas organizativas e representativas no campo cooperativista. Dessa forma, a inclusão da UNICOPAS na legislação visa alinhar o marco legal brasileiro às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizam o cooperativismo solidário contemporâneo.

A Unicafes atua como uma das principais entidades de representação do cooperativismo solidário no Brasil, com foco na agricultura familiar. Segundo informações institucionais disponíveis em sua página oficial, a Unicafes tem como missão fortalecer o cooperativismo solidário por meio da representação e da oferta de serviços, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico e sustentável, baseado na inclusão produtiva e na equidade de gênero, geração, raça e etnia (Unicafes, 2025).

A organização propõe-se a ser uma referência nacional na articulação e representação de um cooperativismo solidário inclusivo e democrático, comprometido com valores como participação democrática, solidariedade, ética, autonomia, pluralidade e transparência. E esses valores são compartilhados através da coletividade, são coletivos dentro de coletivos que somam forças para R-existir⁶.

Além disso, defende princípios estruturantes como a intercooperação, a integração em rede, a defesa da vida e do meio ambiente, bem como a superação das desigualdades e o combate às diversas formas de discriminação. Segue abaixo sua estrutura em formato esquemático (Figura 3):

Figura 3 - Esquema Organizacional do Sistema Unicafes

⁶ “Uma resistência que não é mera ação reativa ao invasor mas r-existência haja vista trazer horizontes de sentidos próprios reinventados nas circunstâncias. Resistem porque existem, logo R-existem.” (Porto-Gonçalves, 2016, p. 11)



Fonte: Unicafe-RS (2025). Org.: autora (2025).

É fundamental estabelecer uma correlação do cooperativismo solidário com a construção socioterritorial de mercados. O que acontece é que esse cooperativismo solidário representa uma luta histórica para a visibilidade ao trabalho das agriculturas de base familiar para que se tornassem políticas públicas eficientes de incentivo a uma produção sustentável, e a viabilidade delas nos processos de comercialização.

O esquema representa diversos níveis de articulação, desde uma organização cooperativa singular, onde seus associados são os próprios agricultores familiares (e centro de todo o esquema). Seguido de Centrais de cooperativas, ou seja, uma rede de intercooperação, onde as associadas são as cooperativas singulares. Ambas as cooperativas singulares e centrais compõem o sistema de representação, nesse caso, apresentado à Unicafe, e consequentemente ao sistema Unicopas. Os níveis de organização são definidos prioritariamente pela comercialização e viabilização do trabalho dos agricultores familiares, e englobadas por uma luta pela representação deste setor específico de cooperativismo solidário.

A partir da análise de Eduardo e Candiottto (2024), a construção socioterritorial de mercados deve ser compreendida como um processo no qual os agricultores familiares assumem papel ativo na mediação entre produção, consumo e território. Para os autores, os mercados acessados por esses agricultores, em geral, estão vinculados às escalas locais, caracterizando-se por relações diretas entre produtores e consumidores, seja por meio de feiras, entregas em domicílio ou outras formas de comercialização de cadeias curtas.

Nesse contexto, as cooperativas da agricultura familiar desempenham papel estratégico ao ampliar as possibilidades de acesso a mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que asseguram demanda contínua e preços justos para a produção. Tais iniciativas contribuem não apenas para a geração de renda, mas também para a reprodução social e para o

fortalecimento das dinâmicas territoriais locais, criando condições para que os agricultores permaneçam em seus territórios de origem.

Além disso, ao articular os produtores em rede, as cooperativas possibilitam o acesso a mercados regionais, nacionais e, em alguns casos, internacionais. Embora essa inserção em circuitos mais amplos implique novas exigências e contratos regulados pelo Estado e por grandes empresas, ela também oferece oportunidades de fortalecimento coletivo e de negociação mais equilibrada, reduzindo a vulnerabilidade dos agricultores às oscilações do mercado e à subordinação ao capital.

Dessa forma, seguindo a perspectiva de Eduardo e Candiottto (2024), a organização coletiva constitui um elemento central na construção socioterritorial de mercados, pois permite às agriculturas de base familiar ampliar seu protagonismo, desenvolver estratégias de resistência e redefinir suas relações e estabelecer circuitos econômicos com maior autonomia relativa ao capital. A construção desses mercados, quando fundamentada em processos coletivos, nesta pesquisa trabalhados a partir do cooperativismo, transcende a lógica puramente mercantil, promovendo autonomia produtiva e reafirmando o território como espaço de vida e de organização social.

Neste contexto, adota-se nesta pesquisa o conceito de agriculturas de base familiar em seu sentido mais amplo, reconhecendo a multiplicidade de formas sociais, econômicas e culturais que o compõem. Tal conceito, conforme argumenta Neves (2007), abarca a diversidade de ancoradouros que dão materialidade às práticas produtivas familiares, sejam elas desenvolvidas em assentamentos da reforma agrária, por camponeses, povos e comunidades tradicionais, produtores agroecológicos ou agricultores inseridos em circuitos mais convencionais de mercado. Assim, entende-se que as agriculturas de base familiar constituem um conjunto heterogêneo de experiências que, embora distintas em suas configurações, compartilham fundamentos organizativos e valores comuns, como o trabalho familiar, a gestão autônoma e o enraizamento territorial.

Nesse sentido, ainda que o termo “agricultura familiar” seja aqui utilizado como referência predominante nas análises de resistência sociopolítica, construção socioterritorial de mercados e representação coletiva, reconhece-se que ele integra um campo mais vasto e plural de práticas familiares e comunitárias de produção e de vida no meio rural brasileiro. (Neves, 2007).

Os escritos de Neves (2007) aprofundam a compreensão da agricultura familiar como uma categoria social, política e conceitual em constante construção, marcada por múltiplas dimensões e usos. No campo das lutas sociais e institucionais, a autora explica que o termo

agricultor familiar emerge como categoria de mobilização política e de enquadramento jurídico, dotada da ambiguidade necessária para articular diferentes demandas e reivindicações. Essa plasticidade permite que o conceito seja apropriado de modos diversos, expressando tanto o reconhecimento de direitos sociais e econômicos quanto a resistência às tendências de marginalização impostas pela lógica econômica dominante.

No plano teórico, Neves (2007) reconhece que a agricultura familiar também é utilizada com pretensão de conceito universal, definido como uma forma específica de organização da produção em que a família é simultaneamente proprietária dos meios de produção e responsável direta pelas atividades produtivas.

O reconhecimento da agricultura familiar como categoria política e socioproductiva é resultado de um longo processo histórico, marcado por intensas mobilizações e lutas sociais. A partir das décadas de 1970 e 1980, com o fortalecimento da atuação de movimentos sociais, emergiu a necessidade de diferenciar a agricultura de pequena escala do modelo de "empresa rural" que se expandia naquele período. Tal movimento foi decisivo para que a agricultura familiar passasse a ser compreendida não como uma forma residual ou em vias de extinção, mas como uma categoria social e produtiva legítima. Para Wienke (2017, p. 226):

A abordagem dominante nos anos 70/80, que previsualizava a extinção da pequena agricultura em prol da grande empresa rural, recebe alterações significativas, com a consolidação da agricultura familiar como categoria específica, o que lhe confere uma valoração positiva.

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, representou um marco na consolidação da categoria, ao facilitar o acesso ao crédito rural e impulsionar seu reconhecimento político-institucional. Posteriormente, a promulgação da Lei nº 11.326/2006 instituiu a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, formalizando critérios de enquadramento e abrangendo a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), bem como empreendimentos cooperativos e associativos (BRASIL, 2006). Nos termos do artigo 3º dessa legislação, são considerados agricultores familiares aqueles que: (a) detenham área não superior a quatro módulos fiscais; (b) utilizem predominantemente mão de obra própria e de seus familiares; (c) tenham sua renda majoritariamente oriunda de atividades rurais, conforme Lei nº 12.512/2011; e (d) realizem a gestão do estabelecimento ou empreendimento em conjunto com a família.

Embora regida por um marco normativo que permite sua institucionalização e viabiliza a implementação de políticas públicas, considera-se que a agricultura familiar não se restringe

às disposições formais que a definem. Sua compreensão exige uma abordagem mais ampla, que reconheça sua diversidade e complexidade enquanto forma de vida e de organização social.

A normatização representa apenas uma dimensão, necessária, mas não suficiente, para apreender a totalidade do fenômeno. Como observa Shanin (2008), a vida dos agricultores familiares transcende a lógica puramente econômica, característica de empreendimentos empresariais orientados exclusivamente para o lucro. Trata-se de uma forma de existência marcada pela multidimensionalidade, em que o econômico se articula ao social, ao cultural e ao simbólico. A chamada "flexibilidade camponesa" traduz-se na capacidade de interação com múltiplos espaços e redes, condição essencial para a reprodução social e para a manutenção de estratégias de sobrevivência, inclusive por meio de sua inserção nos mercados, mas sem se reduzir a eles.

Ressaltando essa perspectiva, Neves (2007) diz que é preciso distinguir o uso da categoria como conceito analítico universalizável, que descreve um modo de produção familiar, de seu uso como categoria política e empírica, vinculada a contextos concretos de luta e formulação de políticas públicas. Em outras palavras, o termo agricultura familiar não pode ser reduzido a uma definição única e estática, pois reflete uma pluralidade de situações históricas, socioeconômicas e culturais, que se expressam nas diversas formas de inserção dos agricultores nos mercados e nas relações territoriais.

Desse modo, a agricultura familiar deve ser compreendida como um sistema social e produtivo multifacetado, que combina dimensões econômicas, simbólicas e políticas, articulando práticas de trabalho, modos de vida e estratégias de reprodução social. Essa compreensão amplia o alcance do conceito e o insere no campo das disputas por reconhecimento, autonomia e permanência no território, sendo central para analisar os processos de territorialização da agricultura familiar e das cooperativas solidárias no Brasil. (Neves, 2007).

O modelo produtivo da agricultura familiar caracteriza-se pela diversidade de práticas agrícolas, frequentemente organizadas em sistemas de policultura, o que resulta em uma produção vinculada à sociobiodiversidade local. O excedente obtido nesse processo é, em grande medida, direcionado a mercados construídos a partir de formas associativas e cooperativas, configurando-se como estratégia de fortalecimento econômico e de manutenção da reprodução social no meio rural. (Eduardo; Candiottto 2021).

A análise do cooperativismo solidário, enquanto estratégia de resistência e de reorganização socioterritorial frente ao avanço do agronegócio, evidencia que as disputas pelo território não se restringem a uma dimensão abstrata, mas se concretizam em diferentes

contextos regionais. No caso do Alto Uruguai, tais disputas assumem contornos específicos, marcados por processos históricos de desterritorialização e pela conformação de formas próprias de organização social da agricultura familiar.

Essa região, ao mesmo tempo em que expressa contradições estruturais do desenvolvimento capitalista no campo, também se consolidou como espaço de construção de experiências coletivas, em que movimentos, associações e cooperativas desempenham papel central na luta pela terra, na preservação da agricultura familiar e na criação de alternativas à lógica excludente do agronegócio. (Piran, 2001). É nesse cenário que se inscrevem os conflitos territoriais e as práticas organizativas que caracterizam a agricultura familiar no Alto Uruguai, tema que será aprofundado no subcapítulo 1.3.

1.3 OS CONFLITOS TERRITORIAIS E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ALTO URUGUAI;

A presença das cooperativas na região do Alto Uruguai gaúcho constitui um marco histórico relevante para a compreensão da organização social e produtiva dos agricultores familiares. Desde 1938, já se registravam 16 cooperativas atuantes na região, conforme apontado por Piran (2001), evidenciando a busca coletiva por alternativas frente aos desafios estruturais enfrentados no meio rural. Nesse sentido, torna-se necessário retomar brevemente o histórico dessa presença das agriculturas de base familiar, das lutas sociais e do cooperativismo no território em análise. Trabalhos como os de Piran (2001) e Deggerone (2021) oferecem subsídios para a compreensão dessa trajetória.

As características da região “compreende domínios do Vale do Rio Uruguai (em sua porção norte) e do Planalto Médio (na porção sul)” como explica Piran (2001, p. 39), essas diferenciações provocam também usos e apropriações distintas pelo capital. Especialmente na porção norte, que detém um relevo mais acidentado, representa uma maior ocupação das agriculturas de base familiar, onde o modelo capitalista tem maior dificuldade de se implantar.

Nessas configurações, Piran (2001) chamou de “refúgio” da agricultura familiar, não que isso os deixe a salvo do processo de exclusão que ocorre na territorialização da indústria no campo, entretanto ela se torna menos intensa comparado a outras regiões com características distintas. Ressalta ainda que:

O Alto Uruguai preserva, até certo ponto, um lugar “privilegiado” para o agricultor familiar. Contudo, este “privilegio” não exclui as contradições do desenvolvimento capitalista que expulsa, cada vez mais, agricultores do campo. Também não elimina a disputa, os interesses antagônicos do capital monopolista-oligopolista, de um lado, e dos agricultores familiares, de outro. (Piran, 2001, p. 49).

Mesmo ao compreender esse “privilégio”, é importante destacar que a estes, agricultores familiares, o capitalismo reserva as piores terras. E ainda assim é palco de grandes disputas territoriais, desde a desterritorialização de indígenas e caboclos até a colonização pelos agricultores familiares, o estado que promoveu a colonização dessa região, obrigou os agricultores a manter certo índice de produção e comercialização para se manter proprietário das terras.

Conforme a tese de Deggerone (2021), a análise sobre o processo de mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai gaúcho, está estruturada em quatro períodos que evidenciam diferentes fases históricas da dinâmica agroalimentar regional. O primeiro período (1900–1939) aborda a ocupação e colonização do território, bem como as primeiras atividades produtivas e formas familiares de inserção no mercado. O segundo (1940–1969) destaca a diversificação produtiva agroalimentar e o surgimento do capital agroindustrial. O terceiro (1970–1989) analisa a continuidade do processo de mercantilização da agricultura familiar e a consolidação dos complexos agroindustriais. Por fim, o quarto período (1990–presente) evidencia a concentração e modernização dos sistemas produtivos, apontando a coexistência de formas heterogêneas de produção e comercialização no meio rural, reflexo das distintas estratégias de reprodução social das famílias agricultoras.

A ocupação do Alto Uruguai gaúcho, oficialmente registrada a partir de 1908, ocorreu por meio do projeto de colonização do Estado, embora a região já fosse habitada por povos indígenas, além de lavradores, meeiros e coletores de erva-mate. Com o objetivo de institucionalizar a apropriação territorial, o governo estadual concedeu terras devolutas à empresa colonizadora Luce Rosa & Cia Ltda., responsável pela demarcação e comercialização de colônias destinadas a imigrantes e migrantes, principalmente italianos, alemães e poloneses, inaugurando uma nova etapa nas dinâmicas sociais e econômicas da região. (Piran, 2001).

No período inicial de ocupação, a inserção dos povos migrantes e imigrantes ocorreu predominantemente por meio da apropriação de pequenos lotes rurais, destinados à fixação de núcleos familiares em estágios iniciais de formação, compostos, em geral, por casais e filhos pequenos. Com o passar do tempo e o consequente aumento do número de membros adultos nas famílias, a disponibilidade de terra mostrou-se insuficiente para atender às necessidades de produção voltadas ao autoconsumo. Esse contexto, conforme observa Deggerone (2021, p. 93), passou a “exigir um aumento da área produzida ou a diversificação dos sistemas produtivos”.

A partir da retirada da cobertura florestal e da exploração da erva-mate, introduziu-se gradativamente a produção agrícola voltada à subsistência, inicialmente baseada no cultivo de milho e feijão, ampliando-se posteriormente para outras espécies, como mandioca, abóbora,

amendoim, arroz, aveia, trigo, batata-doce, cana-de-açúcar e tabaco. Paralelamente, desenvolveu-se a criação de animais, sobretudo suínos, aves e bovinos, consolidando um sistema produtivo diversificado e voltado à reprodução social das famílias agricultoras. (Deggerone, 2021)

Esse sistema de produção agrícola, inicialmente orientado para o autoconsumo familiar, gradualmente passou a gerar excedentes, resultado do aumento da capacidade produtiva e da diversificação das atividades agrícolas, como explica Deggerone (2021). Esses excedentes foram, então, inseridos em circuitos locais de troca e comercialização, ainda incipientes, configurando os primeiros movimentos de integração das famílias agricultoras aos mercados regionais e contribuindo para a formação de uma economia rural de base familiar.

Nesse período, a suinocultura consolidou-se como uma das principais atividades econômicas e alimentares das famílias colonas no Alto Uruguai. Além de garantir o abastecimento de carne, a criação de suínos possibilitava a produção de banha. Essa atividade impulsionou o surgimento de frigoríficos regionais, dinamizando as economias locais. Desde a década de 1930, observa-se também a organização dos colonos em cooperativas, para a comercialização de produtos como uva, banha e derivados suínos. Para Deggerone (2021, p.96) “isso revela a capacidade de organização e mobilização desses atores em torno da necessidade de comercializar a produção agroalimentar de modo mais autônomo e coletivo.”

A segunda fase identificada por Deggerone (2021), caracterizada pela expansão do comércio e pela ampliação da geração de excedentes, desenvolveu-se a partir do ciclo da madeira e consolidou-se entre os anos de 1940 e 1969, com base na produção de grãos e suínos. Nesse período, o Estado brasileiro exerceu papel central ao implementar políticas públicas voltadas ao aumento da produção de alimentos, especialmente grãos e carnes, destinados ao abastecimento do mercado interno. Em 1951, a região do Alto Uruguai destacou-se nacionalmente como a maior produtora de trigo do país. Como parte desse processo, o Serviço de Expansão do Trigo fomentou a criação de cooperativas tritícolas no Rio Grande do Sul, impulsionando a organização coletiva da produção. No Alto Uruguai, duas importantes cooperativas foram constituídas em 1957, a Cooperativa Tritícola de Erechim Ltda. (COTREL) e a Cooperativa Tritícola de Getúlio Vargas Ltda. (COTRIGO) com o propósito de incentivar o cultivo do cereal e oferecer suporte técnico e logístico aos agricultores, abrangendo as etapas de produção, armazenamento e comercialização.

No terceiro período identificado por Deggerone (2021), observa-se a consolidação do processo de modernização agrícola, associado à intensificação da mercantilização da agricultura e à formação dos complexos agroindustriais, dinâmica que se estendeu até o início

da década de 1990. Essa transformação estrutural foi fortemente impulsionada pelo Estado brasileiro, por meio de políticas de crédito, mecanização e difusão tecnológica voltadas à elevação da produtividade. As cooperativas regionais desempenharam papel decisivo nesse processo, atuando como mediadoras na introdução de inovações técnicas, como o uso de fertilizantes, agrotóxicos, sementes melhoradas e maquinários agrícolas, que visavam otimizar a produção e racionalizar o trabalho familiar. Tal contexto possibilitou o fortalecimento institucional dessas cooperativas, que passaram a controlar de forma integrada diferentes etapas das cadeias produtivas de grãos, suínos e aves, consolidando sua presença econômica e territorial nos municípios do Alto Uruguai. Como ressalta Deggerone (2021, p. 106):

Nesse período, o aumento de produtividade das culturas em grãos e a expansão da pecuária possibilitou o crescimento da renda das famílias de agricultores e a continuidade da reprodução socioeconômica da agricultura familiar. Porém, por outro lado, isso causou profundas metamorfoses e diferenciações no seio deste grupo social. Em algumas situações o sistema de integração de suínos e a intensificação da produção de soja excluíram milhares de agricultores que não conseguiram se adequar aos novos padrões institucionais instaurados.

Esse processo também marca a exclusão de alguns agricultores das cadeias produtivas dominantes, especialmente as vinculadas aos grãos e à suinocultura industrial, precisaram desenvolver novas estratégias para garantir a reprodução socioeconômica de suas famílias. Entre as alternativas adotadas, destacaram-se dois movimentos principais: a migração para os centros urbanos, em busca de emprego e renda, e a reconversão produtiva no meio rural, com a diversificação das atividades agrícolas, sobretudo pela ampliação da produção leiteira e da fruticultura, que passaram a representar importantes fontes de sustento e de rearticulação territorial dos agricultores familiares. (Deggerone, 2021).

O quarto período identificado por Deggerone (2021) representa a continuidade e o aprofundamento das transformações já em curso nas décadas anteriores, combinadas ao contexto político e econômico brasileiro que impôs aos agricultores familiares a necessidade de adaptação e reinvenção, o que Shanin (2008) denomina de “flexibilidade camponesa”, isto é, a capacidade de ajustar-se às mudanças estruturais sem perder os vínculos com o território e com as práticas tradicionais de produção. Nesse cenário, emergem novas formas de organização social e institucional voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, com destaque para a criação de cooperativas e associações locais.

É nesse contexto que se insere a constituição da Cooperativa de Produção e Consumo Familiar Nossa Terra, em Erechim (RS), voltada à comercialização dos produtos da agricultura familiar, especialmente por meio das feiras, consolidando-se como um importante instrumento

de articulação econômica e socioterritorial na região do Alto Uruguai. Sobre esse canal de comercialização, Deggerone (2021, p. 115):

As feiras de produtores passaram a ser um espaço dinâmico e de encontro entre o rural/colonial e o urbano. Por isso, a demanda por novos produtos impulsionou uma produção diversificada, concomitante com escala de produção, para atender os consumidores. Entre os produtos que passaram a ser recorrentes nas feiras estão as frutas, olerícolas, agroindustrializados (derivados de carnes, leite, frutas, hortaliças, cana-de-açúcar, panificados e mel) e também a venda de flores.

Assim, o percurso histórico revela que a agricultura familiar no Alto Uruguai não é um resquício de um passado agrário, mas um campo dinâmico de resistência e reinvenção, capaz de articular tradição e inovação, produção e sociabilidade, reafirmando sua importância como forma de vida e de trabalho enraizada nos territórios.

Importante destacar que o território deve ser compreendido como uma construção social que integra simultaneamente vertentes políticas, simbólicas e econômicas⁷, como expressa Haesbaert (2012), constituindo-se a partir de processos de apropriação, uso e controle do espaço por diferentes sujeitos. Nessa perspectiva, o território não se reduz a um simples suporte físico e material, mas expressa relações de poder, identidades coletivas e significados culturais que se sobrepõem e se interconectam em múltiplas escalas, configurando o que o autor denomina de multiterritorialidade.

Essa abordagem é particularmente relevante para a compreensão das dinâmicas que envolvem o cooperativismo solidário e a agricultura familiar, uma vez que ambos os fenômenos se constituem em arenas de disputa que transcendem os limites do espaço rural e urbano, articulando-se tanto nas propriedades familiares quanto nas estruturas cooperativas. A análise dessas interações permite identificar os mecanismos de resistência, negociação e inovação que sustentam a reprodução social e econômica dos agricultores familiares, bem como os desafios impostos pela monopolização do território e territorialização do capital e pela concentração dos meios de produção.

Nesse sentido, torna-se necessário avançar para uma leitura mais detalhada das escalas e relações territoriais que caracterizam o Alto Uruguai gaúcho. Tal perspectiva possibilita compreender como a organização da agricultura familiar, em suas múltiplas dimensões, produtiva, política e simbólica, interage com diferentes níveis de ação, desde o local até o

⁷ Em sua obra, Haesbaert (2012) propõe pensar o território a partir de três vertentes básicas: 1. **Política**: diz respeito às relações de poder, às normas e instituições que regulam quem pode ou não ocupar, usar ou explorar determinado espaço. 2. **Cultural**: envolve os significados, identidades e sentidos atribuídos ao espaço, como memória coletiva, pertencimento e valores culturais. 3. **Econômica**: refere-se ao território como fonte de recursos.

nacional, configurando um campo de disputas, alianças e rearranjos que moldam o desenvolvimento regional. Esse será o foco do próximo capítulo, que se debruça sobre a caracterização do território de estudo, evidenciando a complexidade da organização socioterritorial das agriculturas de base familiar e o papel estratégico que exercem na produção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

CAPÍTULO 2 - ESCALAS E RELAÇÕES TERRITORIAIS NO ALTO URUGUAI GAÚCHO: A COMPLEXIDADE DA ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O presente capítulo tem como objetivo aprofundar a análise das escalas e relações territoriais no Alto Uruguai gaúcho, buscando compreender a complexidade organizativa da agricultura familiar e sua importância para a configuração territorial dessa região. Parte-se da abordagem adotada que procura articular dimensões multiescalares, nacional, regional e local, evidenciando como estas se inter-relacionam e se materializam nas práticas produtivas, organizativas e políticas da agricultura familiar. As escalas não são compreendidas como recortes rígidos, mas, como aponta Smith (2000, p. 144) na “conexão social e política ativa de escalas aparentemente distintas”.

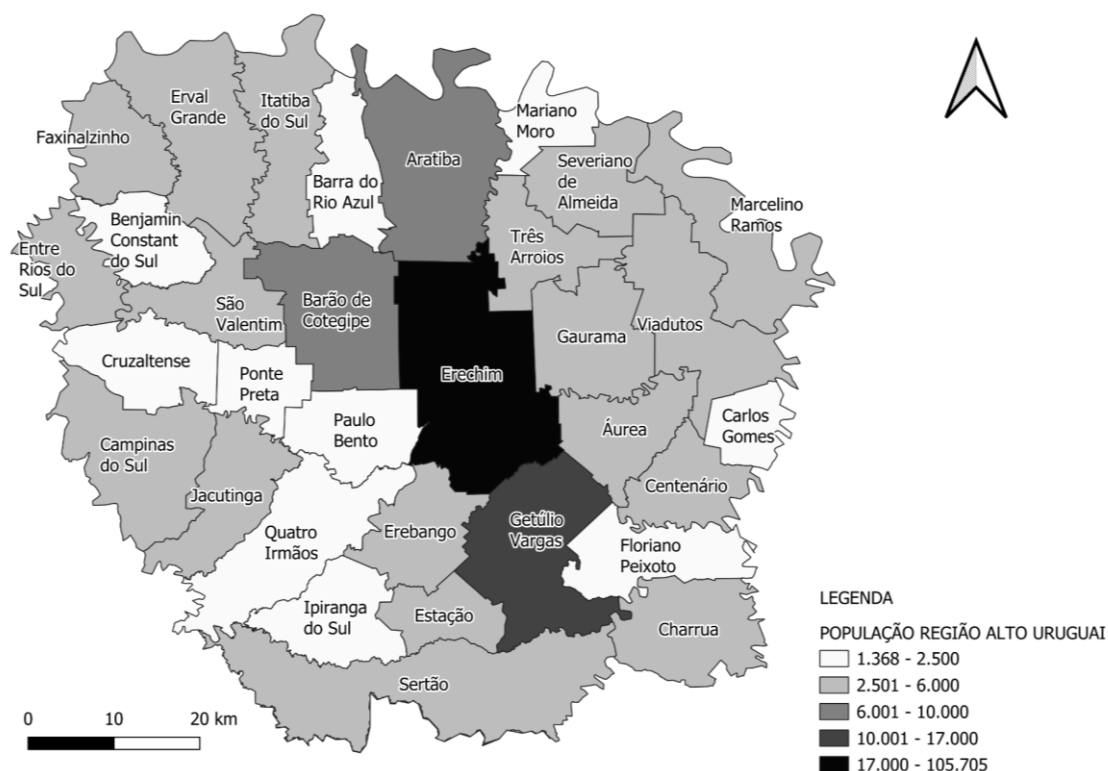
Conforme Smith (2000), a escala deve ser compreendida como um elemento ativo na constituição dos processos sociais. Ela não apenas contém e organiza a atividade social em compartimentos geográficos, mas também estabelece os limites e os contextos nos quais tais atividades ocorrem. Em termos analíticos, a escala atua simultaneamente como palco e como produto das disputas sociais, constituindo-se tanto no objeto quanto no meio através do qual essas disputas se desenrolam e encontram possibilidade de resolução.

A análise contempla três níveis centrais de observação: (i) a atuação da Unicafe, enquanto instância de representação nacional e estadual das cooperativas de agricultura familiar e economia solidária; (ii) a experiência da Cooperativa Nossa Terra, que expressa de forma concreta as distintas dinâmicas territoriais da agricultura familiar no Alto Uruguai gaúcho, articulando produção, consumo e mercados; e (iii) a inserção da juventude por meio do projeto Feira Jovem, que se apresenta como iniciativa de resistência e de protagonismo na promoção de alternativas socioeconômicas e culturais.

Ao contrário de grande parte do estado do Rio Grande do Sul, especialmente nas regiões mais ao sul, o recorte espacial do Alto Uruguai, tendo como principal polo urbano a cidade de Erechim, caracteriza-se por uma estrutura fundiária composta majoritariamente por pequenos estabelecimentos agropecuários. Essa configuração decorre, em grande medida, da topografia acidentada e irregular da região, que limita a expansão de grandes monocultivos e favorece a permanência de unidades produtivas familiares. (Santos, J. S., 2006). Tal característica confere ao Alto Uruguai um papel estratégico para o estudo das agriculturas de base familiar, pois se trata de um território onde essas formas de produção permanecem como elemento central da economia local e da organização social.

A Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU) é composta por 32 municípios, dos quais 93% (30 municípios) apresentam população inferior a 10 mil habitantes, e apenas um município ultrapassa os 15 mil habitantes. Erechim, por sua vez, destaca-se como principal centro urbano regional, com população superior a 100 mil habitantes, desempenhando funções de centralidade econômica, política e de serviços (Figura 4). (IBGE, 2022). Essa configuração demográfica e territorial evidencia uma região marcada pela dispersão populacional, pela presença de pequenas comunidades rurais e pela relevância de núcleos urbanos de médio porte, como Erechim, que atuam como polos articuladores das dinâmicas socioeconômicas.

Figura 4 - Região do Alto Uruguai, Rio Grande do Sul - População absoluta (2022)



Fonte: IBGE (2022). Org.: autora (2025)

Uma das questões que merece reflexão é que, mesmo na chamada “era urbana”, conforme discute Brenner e Schmid (2016), o avanço da população urbana mundial não se refere, necessariamente, à transformação do modo de vida das pessoas, mas a um recorte quantitativo que classifica como urbano qualquer aglomeração populacional acima de determinados critérios demográficos. Essa perspectiva, quando aplicada ao Alto Uruguai,

revela uma situação peculiar: 87,5% dos municípios da região possuem menos de 6 mil habitantes e, ainda assim, são enquadrados pela legislação nacional como núcleos urbanos. Tal classificação, no entanto, não expressa de forma adequada as dinâmicas sociais e produtivas dessas localidades, que mantêm forte vínculo com o meio rural.

Veiga (2003) chama atenção para esse fenômeno ao argumentar que o Brasil é, de fato, menos urbano do que as estatísticas oficiais indicam, justamente por conta da permanência de formas de vida e trabalho essencialmente rurais em municípios classificados como urbanos. No caso do Alto Uruguai, essa discrepância estatística ajuda a compreender por que a agricultura familiar e as práticas comunitárias continuam desempenhando papel central na economia e na identidade local.

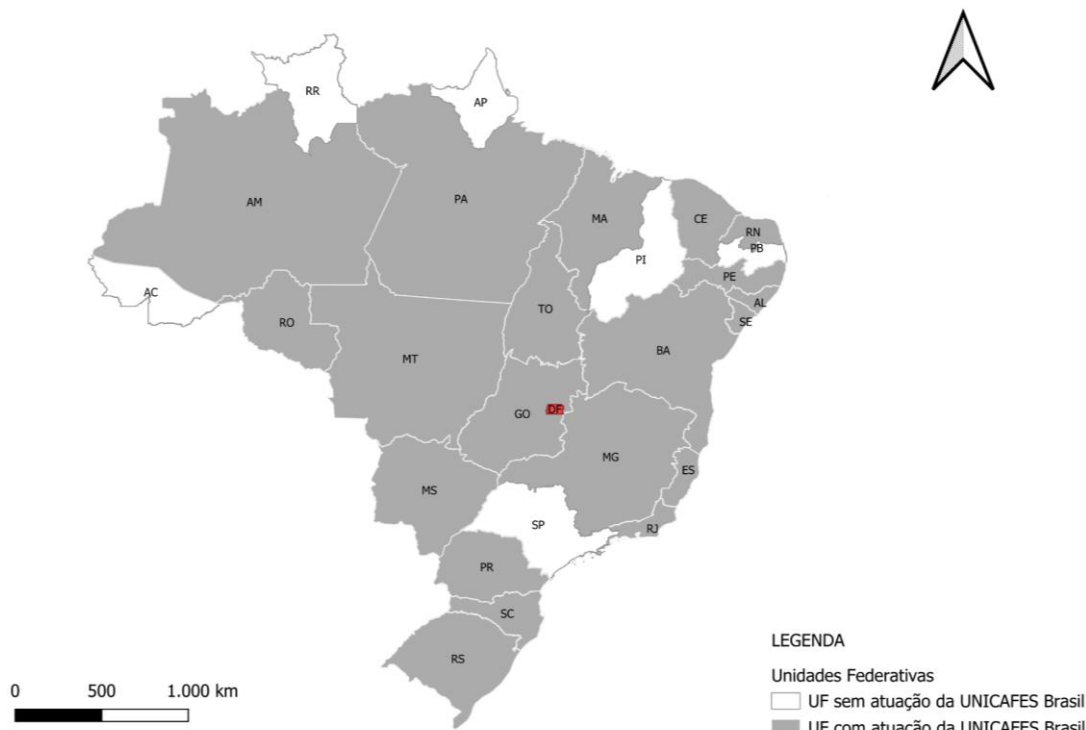
Essa heterogeneidade territorial reforça a necessidade de uma análise que considere não apenas os aspectos produtivos, mas também as interações entre os diferentes atores sociais que compõem o espaço, bem como as relações estabelecidas entre o rural e o urbano. O Alto Uruguai constitui, portanto, um campo de investigação privilegiado para compreender como parte dessas agriculturas de base familiar constroem suas estratégias de reprodução social, resistem às pressões do agronegócio e articulam redes de cooperação que transcendem as escalas locais, alcançando níveis regionais e nacionais.

2.1 NÍVEL 1: A ATUAÇÃO DA UNICAFES

A análise no primeiro nível dedica-se à Unicafes, que desempenha um papel estratégico na organização política e institucional das cooperativas no Brasil, associada à UNICOPAS, como já mencionado no capítulo anterior, que faz parte dessa disputa política territorial a nível nacional. Nesse contexto, sua atuação vai além do apoio técnico, articulando processos de representação em esferas nacionais e estaduais e incidindo sobre políticas públicas que impactam diretamente os agricultores familiares. A compreensão dessa escala é essencial para perceber como o território do Alto Uruguai se conecta a um movimento nacional de fortalecimento da economia solidária e de promoção de um desenvolvimento rural inclusivo.

No contexto específico do cooperativismo solidário vinculado à agricultura familiar, destaca-se a atuação da Unicafes, que, em nível nacional, representa aproximadamente 255.266 agricultores e agricultoras, organizados em 462 cooperativas distribuídas por 21 estados brasileiros (Figura 5). (Unicafes, 2024). Essa abrangência evidencia a capilaridade e a importância da Unicafes na articulação e fortalecimento das iniciativas de economia solidária no meio rural.

Figura 5 - A abrangência da Unicafes nas unidades federativas do Brasil (2024)



Fonte: Unicafes (s.d.b). Org.: autora (2025).

Inicia-se, neste nível, o debate sobre a atuação da Unicafes no estado do Rio Grande do Sul, constituída em 2006, um ano após a fundação da entidade nacional. O cooperativismo da agricultura familiar consolidou-se, nas últimas décadas, como uma das principais estratégias de organização socioeconômica no meio rural brasileiro, especialmente no âmbito da economia solidária e da construção de alternativas sustentáveis para produção, comercialização e acesso a serviços. (Unicafes, s.d.a).

No contexto gaúcho, historicamente marcado pela diversidade produtiva e pela expressiva presença da agricultura familiar, as cooperativas desempenham papel estratégico na articulação de interesses coletivos, no fortalecimento de cadeias produtivas locais e na promoção do desenvolvimento territorial. (Unicafes, s.d.a).

Compreender a configuração temporal, setorial e demográfica dessas organizações é essencial para subsidiar políticas públicas, orientar estratégias de apoio institucional e definir ações de planejamento que potencializem sua capacidade de atuação. Por esse motivo, este nível apresenta uma análise exploratória e descritiva das cooperativas vinculadas à Unicafes-RS,

considerando quatro eixos centrais: (i) Evolução temporal das fundações de cooperativas; (ii) Distribuição setorial, de acordo com os ramos de atividade; (iii) Composição de associados(as) por segmento; e (iv) Localização regional das cooperativas no estado.

Os dados foram sistematizados a partir de levantamento documental fornecido pela Unicafe-RS e organizados em gráficos, buscando facilitar a leitura das tendências e padrões observados. As informações foram atualizadas até agosto de 2025, e, no caso do número de associados(as), em sua maioria correspondem ao ano de 2021, o que sugere que os números atuais sejam ainda mais expressivos. Para facilitar a compreensão geral, apresenta-se a seguir um quadro síntese com as principais informações levantadas (Quadro 2).

Quadro 2 - Levantamento de dados das Cooperativas associadas a Unicafe-RS

N	Região	Ramo de atuação	Nº associados(as) de	Ano de Fundação
1	Norte	Infra-Estrutura (Eletrificação)	7770	23/07/1969
2	Sul	Agropecuário	130	05/11/1989
3	Norte	Agropecuário	1745	21/11/1991
4	Sul	Agropecuário	5402	30/05/1992
5	Norte	Agropecuário	7080	04/06/1992
6	Serra	Agropecuário	878	05/11/1993
7	Noroeste	Agropecuário	153	16/11/1993
8	Norte	Agropecuário	1554	28/04/1994
9	Norte	Agropecuário		15/08/1994
10	Noroeste	Serviços	167	23/07/1996
11	Noroeste	Agropecuário	150	16/01/1997
12	Noroeste	Agropecuário	89	19/06/1997
13	Norte	Habitação	1267	08/09/1997
14	Norte	Crédito	27455	29/01/1998
15	Litoral E Metropolitana	Agropecuário	114	11/03/1998
16	Norte	Crédito	3900	09/06/1998
17	Norte	Crédito	8049	09/06/1998
18	Norte	Crédito	17303	03/12/1998
19	Norte	Crédito	5500	02/03/1999

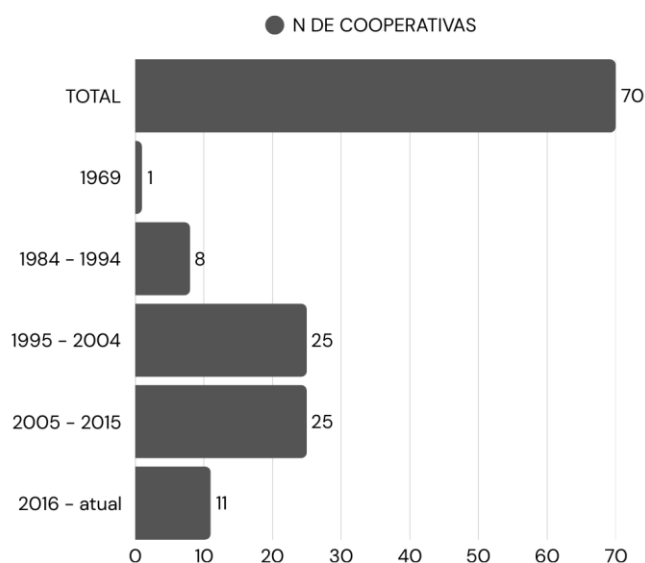
20	Norte	Agropecuário	1274	20/12/2000
21	Norte	Crédito	5689	27/04/2001
22	Norte	Agropecuário	108	09/06/2001
23	Norte	Agropecuário	1700	22/09/2001
24	Noroeste	Agropecuário	152	16/11/2001
25	Sul	Agropecuário	51	03/12/2001
26	Taquari	Agropecuário	42	08/03/2002
27	Norte	Crédito	4535	12/04/2002
28	Norte	Crédito	7	16/07/2002
29	Noroeste	Crédito	12000	10/04/2003
30	Noroeste	Crédito	17000	12/06/2003
31	Norte	Crédito	12000	30/04/2004
32	Norte	Crédito	1600	08/11/2004
33	Noroeste	Agropecuário	99	16/12/2004
34	Serra	Agropecuário		27/12/2004
36	Noroeste	Agropecuário	43	30/01/2005
37	Noroeste	Agropecuário	209	15/06/2005
38	Norte	Agropecuário	382	15/07/2005
39	Central	Agropecuário	103	28/06/2006
40	Litoral E Metropolitana	Agropecuário	282	05/09/2006
41	Norte	Agropecuário	181	06/09/2006
42	Norte	Agropecuário	55	11/09/2006
43	Noroeste	Agropecuário	401	27/10/2006
44	Norte	Agropecuário	52	08/05/2007
45	Noroeste	Infra-Estrutura (Eletrificação)	16617	03/07/2007
46	Central	Agropecuário	83	10/10/2007
47	Noroeste	Agropecuário	67	06/12/2007
48	Taquari	Agropecuário	209	28/07/2009
49	Sul	Agropecuário	248	30/11/2009
50	Serra	Agropecuário	333	10/11/2010
51	Litoral E Metropolitana	Agropecuário	68	29/06/2011

52	Norte	Agropecuário	17	04/04/2012
53	Noroeste	Agropecuário	110	06/07/2012
54	Norte	Agropecuário	108	27/09/2012
55	Norte	Agropecuário	115	21/11/2012
56	Central	Agropecuário	38	17/09/2013
57	Norte	Habitação	84	26/09/2013
58	Central	Central	2432	25/11/2014
59	Sul	Agropecuário	54	26/01/2015
60	Norte	Agropecuário	553	20/05/2016
61	Sul	Agropecuário		27/12/2017
62	Norte	Serviços	120	08/09/2018
63	Central	Agropecuário	54	18/09/2019
64	Noroeste	Central	14	28/03/2022
65	Norte	Crédito		10/05/2022
66	Litoral E Metropolitana	Serviços	36	31/03/2023
67	Litoral E Metropolitana	Central		09/11/2020
68	Central	Agropecuário		
69	Noroeste	Agropecuário		
70	Noroeste	Agropecuário		

Fonte: Arquivo interno UnicafeRS. Org.: autora (2025)

A partir da análise dos dados do quadro 2, observa-se que a ordem estabelecida e apresentada é conforme a data de fundação da cooperativa, isso evidencia diversos fatores já mencionados no capítulo anterior, que compreende a fatos históricos que expressam o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, tanto pelas dificuldades e perseguições apresentadas no momento da ditadura militar aos movimentos do campo, Piran (2001), quanto ao grande avanço após período da redemocratização, assim como dos governos progressistas depois de 2003. O gráfico (Figura 6) apresenta uma divisão de períodos de 10 em 10 anos, apresentando maiores fundações nos anos de 1995 a 2015, representando mais de 70%.

Figura 6 - Gráfico de distribuição temporal por período histórico e número de cooperativas



Fonte: Arquivo interno Unicafe-RS. Org.: autora (2025)

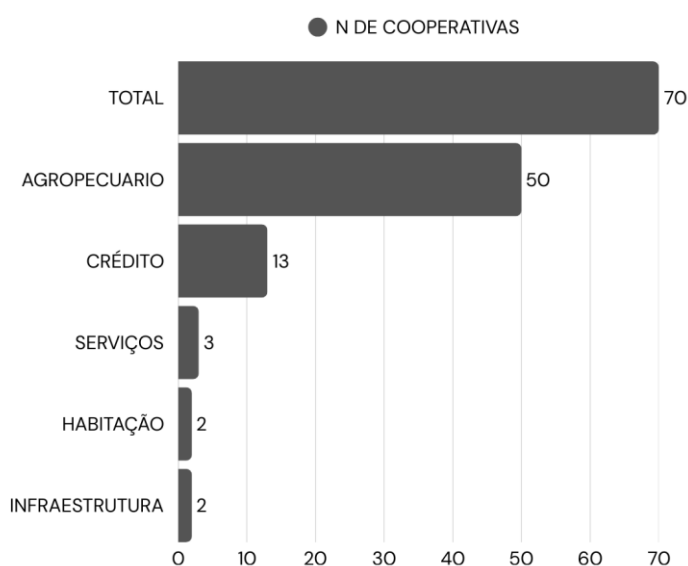
No que se refere ao ramo de atuação das cooperativas vinculadas à Unicafe-RS (Figura 7), verifica-se a predominância do ramo agropecuário, que concentra a maior parte das organizações associadas. Esse ramo responde pela produção de uma ampla variedade de gêneros alimentícios essenciais, como arroz, feijão, carnes, hortaliças, ovos e leite, constituindo-se em uma das formas mais tradicionais e consolidadas do cooperativismo brasileiro. Conforme Silva e Souza (2021), o cooperativismo agropecuário tem como finalidade reunir e organizar agricultores(as) familiares, ampliando sua escala de produção, fortalecendo sua inserção no mercado e elevando seu poder de negociação coletiva.

Para além da produção, as cooperativas agropecuárias exercem papel estratégico na assistência técnica, industrialização e comercialização da produção, permitindo aos agricultores familiares maior acesso a tecnologias, melhores preços de venda e maior estabilidade no escoamento de sua produção. O cooperativismo agropecuário ultrapassa sua dimensão meramente econômica, assumindo papel de referência social, de credibilidade e de segurança, não apenas para os cooperados, mas também para as comunidades e atores que com elas se relacionam.

Além do ramo agropecuário, observa-se a presença de cooperativas pertencentes aos ramos de crédito, infraestrutura (principalmente eletrificação rural), habitação e serviços. Dentre estes, o ramo de crédito se sobressai como o segundo mais representativo,

desempenhando função crucial para o fortalecimento econômico das famílias agricultoras. Tais cooperativas de crédito viabilizam investimentos produtivos, modernização tecnológica das propriedades e melhorias na qualidade de vida no meio rural, aspectos considerados fundamentais para a manutenção da agricultura familiar e para a permanência das novas gerações no campo. (Martins, 2023).

Figura 7 - Gráfico de ramo de atuação e número de cooperativas



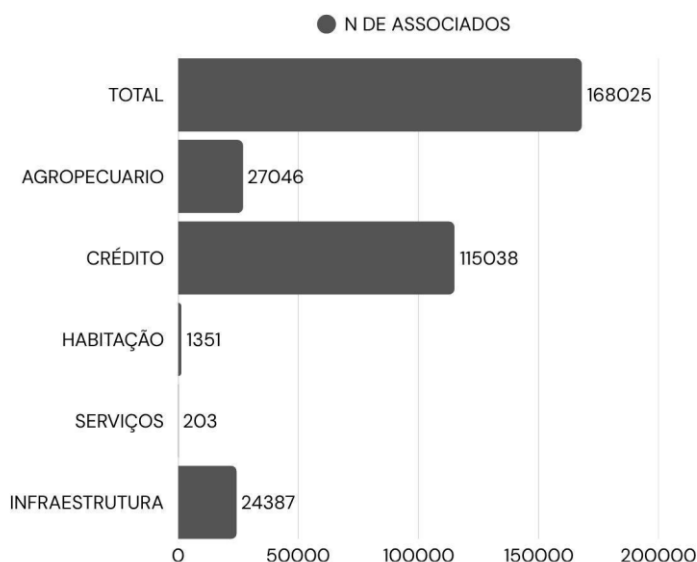
Fonte: Arquivo interno UnicafeS-RS. Org.: autora (2025)

A análise do número de associados (Figura 8) por ramo reforça a relevância estratégica dos ramos crédito e infraestrutura, que embora sejam numericamente inferiores em quantidade de cooperativas, concentram altos quantitativos de associados, com destaque para cooperativas de crédito que chegam a somar mais de 20 mil membros individualmente. Essa concentração evidencia o papel central dessas organizações na oferta de serviços financeiros e de infraestrutura básica para a população rural.

Outra análise relevante refere-se ao setor agropecuário, o qual, conforme demonstrado na figura anterior, concentra um número expressivo de cooperativas, evidenciando a presença significativa dessas organizações no segmento. Além disso, observa-se que essas cooperativas reúnem um total superior a 25 mil associados(as), o que sugere uma média de 500 associados para cada cooperativa, uma predominância de estruturas de menor porte e de caráter múltiplo. Tal configuração possibilita uma maior proximidade e articulação entre as cooperativas e seus

respectivos cooperados, favorecendo dinâmicas mais participativas e adaptadas às realidades locais.

Figura 8 - Gráfico de ramo de atuação e número de associados/as



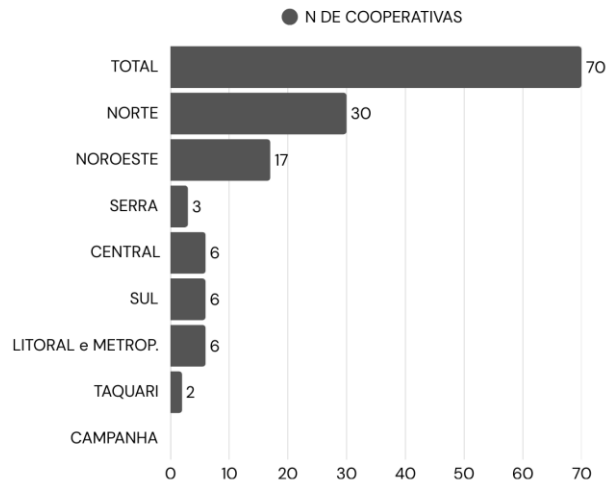
Fonte: Arquivo interno Unicafe-RS. Org.: autora (2025)

Em síntese, os dados revelam um cooperativismo em expansão no início do século XXI, com destaque para o ramo agropecuário, mas também com forte presença de cooperativas de crédito e infraestrutura. Tais estruturas são fundamentais para a promoção do desenvolvimento rural sustentável e da soberania econômica das comunidades da agricultura familiar, sendo importante considerar sua evolução em relação a marcos legais, políticas públicas e movimentos sociais que impactaram sua constituição e atuação ao longo das décadas.

Importante destacar que esse recorte é somente uma parte, e não representa o total das cooperativas do Rio Grande do Sul. Os dados são das cooperativas associadas ao Sistema da Unicafe no estado, ou seja, entidades que estão de alguma forma alinhadas com os princípios de um cooperativismo solidário e popular inseridas em um sistema de representação específico.

Pode-se notar inclusive a atuação do cooperativismo solidário através do perfil das regiões dentro do estado (Figura 9). As regiões Norte e Noroeste concentram, em conjunto, mais de 65% das cooperativas vinculadas ao sistema Unicafe, destacando-se a região Norte como a de maior representatividade. Essa predominância corrobora a análise de Piran (2001), que identifica essa região como um "refúgio" para a agricultura familiar.

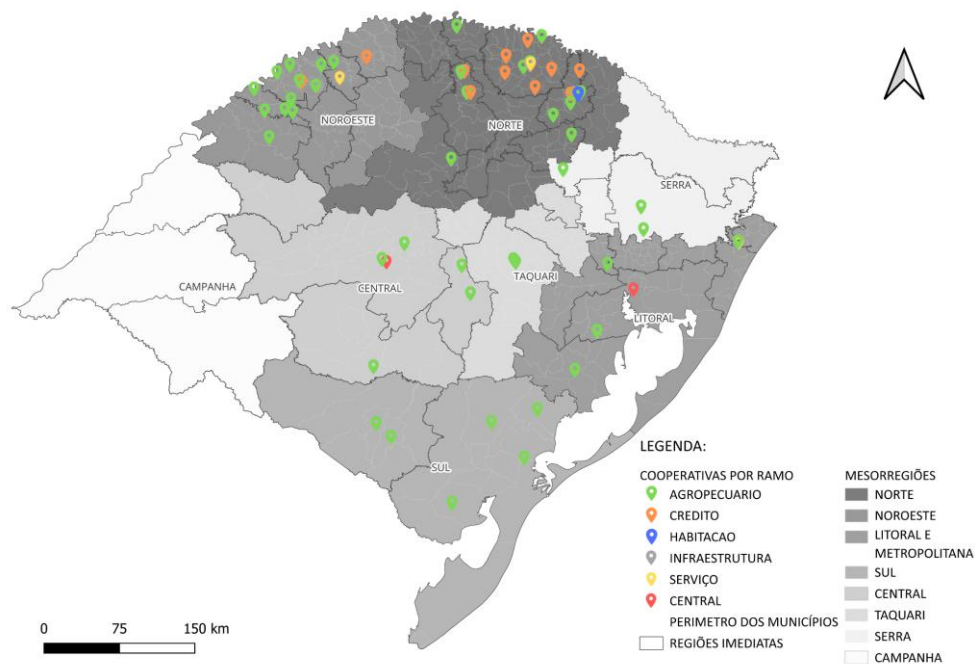
Figura 9 - Gráfico de cooperativas por região do Rio Grande do Sul



Fonte: Arquivo interno Unicafe-RS. Org.: autora (2025)

Para além dos dados quantitativos, a Figura 10, traz a representação espacial das cooperativas no estado do Rio Grande do Sul, associadas à Unicafe-RS, por ramo de atuação. Tal espacialização expressa claramente a magnitude das cooperativas e das comunidades cooperadas na porção norte e noroeste do Estado.

Figura 10 - Mapa do Rio Grande do Sul de localização e ramos das cooperativas associadas a Unicafe-RS

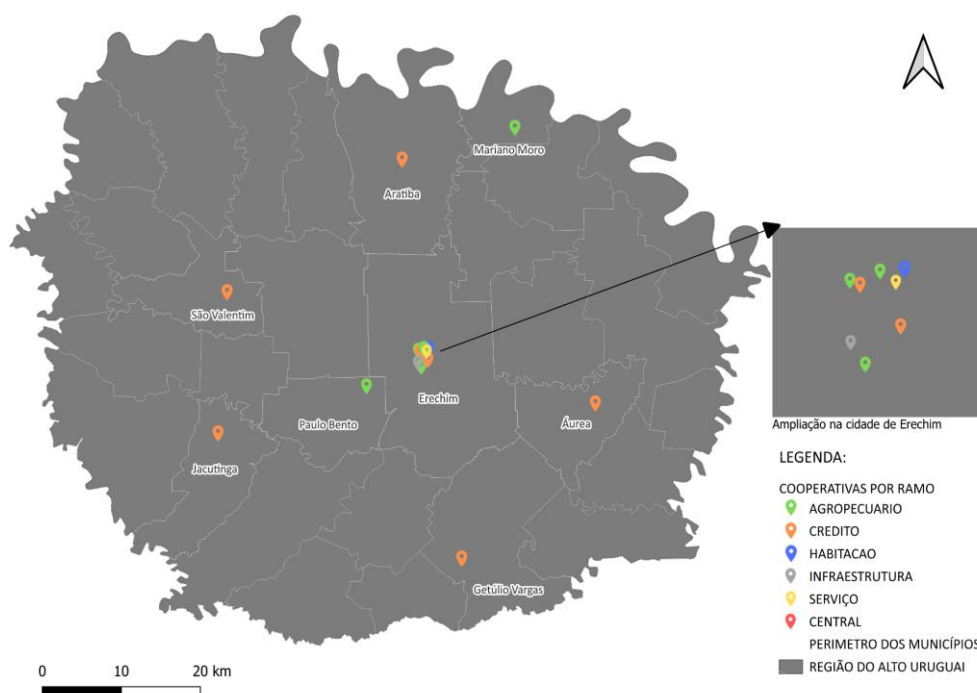


Fonte: Arquivo interno Unicafe-RS. Org.: autora (2025)

Como mencionado, pela análise da Figura 10 evidencia-se a predominância quantitativa e aglomerada de cooperativas nas regiões Norte e Noroeste do estado, o que está associado, em grande medida, à maior concentração de municípios de menor porte nessas localidades e a estrutura fundiária predominantemente assentada em pequenos estabelecimentos agropecuários. Em contrapartida, nas regiões Central e Sul, observa-se um maior distanciamento entre as cooperativas, refletindo tanto a maior extensão territorial dos municípios quanto a presença de diferentes características ecológicas, como a inserção em outro bioma, e práticas agropecuárias distintas. Esses fatores influenciam diretamente na dinâmica de organização da agricultura familiar e na conformação das redes cooperativas nessas regiões.

Com destaque para a ampliação da região do Alto Uruguai (Figura 11), permite observar a concentração significativa de cooperativas no município de Erechim, onde se localizam oito cooperativas singulares pertencentes a diferentes ramos, além de ser a sede estadual do sistema Unicafe. Cabe salientar que os mapas representam apenas as sedes matrizes dessas organizações, não incluindo as unidades filiais que também estão distribuídas pela região, o que indica uma presença territorial ainda mais ampla do cooperativismo solidário.

Figura 11 - Região do Alto Uruguai-RS - localização e ramos das cooperativas associadas à Unicafe-RS



Fonte: Arquivo interno Unicafe-RS. Org.: autora (2025)

Como salienta Deggerone (2021), a região do Alto Uruguai gaúcho destaca-se pelo forte engajamento político dos sujeitos sociais, evidenciado pela atuação proativa das organizações sindicais na constituição de estruturas cooperativas solidárias. Esses arranjos institucionais emergiram com o propósito de ampliar as possibilidades de inserção dos agricultores familiares nos mercados, promovendo o acesso a canais de comercialização diferenciados e reduzindo sua dependência das cooperativas empresariais, agroindústrias e intermediários comerciais.

Ao final dos anos 70 já haviam diversas entidades de busca pela reforma agrária e a viabilidade das políticas agrícolas a estes sujeitos da agricultura familiar, dentro da região do Alto Uruguai. Exemplo disso é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, o Movimento Sindical Rural - MSR e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR. Como destaca Piran (2001, p. 92):

Todos estes movimentos, especialmente os que se desenvolvem a partir do final dos anos 70, têm de fundo a luta dos agricultores pela terra, a resistência à desterritorialização; É uma luta para permanecer em seu território, preservá-lo para si. Há uma disputa pelo tipo de utilização, ordenamento/reordenamento do mesmo. Disputa que se trava entre os representantes do capital, de um lado (com seus projetos de grandes barragens, por exemplo) e os agricultores, de outro (com seu projeto de permanência na terra). Se as condições originais (naturais) contribuem para a instalação e preservação dos agricultores familiares na região, não há como negar que as diferentes formas de organização e lutas, por eles empreendidas, diante dos desafios que lhes são impostos em diferentes momentos, correspondem ao outro lado da mesma moeda, não apenas no sentido de auto-preservarem-se, mas também no sentido de contribuírem para a preservação ambiental. (PIRAN, 2001 p. 92).

Conforme aponta Piran (2001), a disputa territorial entre os interesses do capital e os projetos de permanência dos agricultores familiares é contínua e estruturante das dinâmicas no campo. Embora haja um número expressivo de cooperativas solidárias no território, como evidenciado anteriormente (Figura 10), observa-se, paralelamente, a presença marcante de grandes cooperativas empresariais. Nesse sentido, Santos, J. S. (2006) destaca que a expansão do processo de modernização da agricultura está diretamente relacionada à consolidação desse modelo empresarial de cooperativismo na região.

Diante desse cenário, a organização dos agricultores familiares tem se materializado na existência de cooperativas fundamentadas nos princípios do cooperativismo solidário, compreendido como uma estratégia de resistência e luta contra às dinâmicas excludentes da modernização. A Cooperativa Nossa Terra constitui um exemplo concreto dessa alternativa construída a partir das práticas de solidariedade e autonomia dos próprios agricultores(as).

Para uma melhor compreensão desse exemplo concreto de cooperativismo solidário representado pela Cooperativa Nossa Terra, sua trajetória e atuação serão aprofundadas na

próxima seção. Cabe destacar que sua presença na Figura 10 refere-se exclusivamente à localização de sua sede matriz, situada no município de Paulo Bento. No entanto, a cooperativa possui também unidades filiais no município de Erechim, as quais não estão representadas no referido mapa, mas serão devidamente abordadas e analisadas na sequência.

2.2 NÍVEL 2: A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA NOSSA TERRA

O segundo nível escalar de análise concentra-se na Cooperativa Nossa Terra, que materializa de forma concreta a capacidade de articulação socioprodutiva da agricultura familiar no Alto Uruguai. Sua experiência revela como agricultores(as) familiares conseguem organizar-se coletivamente para ampliar sua inserção em mercados, valorizar a produção local e gerar renda de forma sustentável. Essa dimensão permite visualizar o território como espaço de construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento rural, ao mesmo tempo em que reforça identidades coletivas e redes de cooperação.

Para uma compreensão mais completa dessas dinâmicas espaciais é necessário entrar na complexidade das relações multiescalares e interescalares, tão fundamentais à geografia crítica. Por isso serão apresentados neste subcapítulo os dados concretos da realidade da Cooperativa Nossa Terra, comerciais, logísticos e agropecuários além de suas unidades de produção nos territórios, possibilitando a compreensão dessas multi relações.

Com base nos dados já disponibilizados publicamente pela Cooperativa Nossa Terra (2023c), é possível delinear um panorama inicial das múltiplas frentes de atuação da organização em diferentes setores. Neste momento da pesquisa, opta-se por apresentar essas informações de forma geral, com o objetivo de contextualizar o objeto de estudo e evidenciar a amplitude e complexidade do trabalho desenvolvido pela cooperativa. Segue imagem da sua logo marca (Figura 12):

Figura 12 - Logomarca da Cooperativa Nossa Terra



Fonte: Arquivo interno da Cooperativa Nossa Terra.

A análise da Cooperativa Nossa Terra evidencia sua ampla inserção territorial e a complexidade de sua organização socioeconômica. Para compreender de forma mais precisa essa atuação, elaborou-se um quadro-síntese (Quadro 3) que apresenta, em diferentes níveis de abrangência, nacional, região Sul do país, estadual e territorial (Alto Uruguai), as principais dimensões de produção, infraestrutura, logística e comercialização articuladas pela cooperativa.

A sistematização desses dados permite visualizar a relevância estratégica da cooperativa na consolidação de mercados para a agricultura familiar, bem como sua capacidade de articular redes de intercooperação e de promover o desenvolvimento territorial sustentável, reforçando a autonomia produtiva e econômica dos associados.

Quadro 3 - Síntese da Atuação da Cooperativa Nossa Terra em Diferentes Níveis Territoriais

Nível	Abrangência / Atuação	Produção e Associados	Unidades e Infraestrutura	Comercialização e Logística
Nacional	Comercialização em 11 estados brasileiros;	Mais de 100 produtos disponíveis;	Equipe comercial;	Atende mais de 7 mil escolas e 450 entidades; faturamento superior a R\$ 105 milhões; (2022)
Região Sul	RS, SC e PR;	Produção diversificada: feijão (PR), maçã (SC), arroz, carnes, uva, leite, trigo e cereais (RS)	Unidade 4: Beneficiamento e empacotamento de feijão em Prudentópolis (PR) (Figura 17); Capacidade 25 mil kg/dia;	Recursos de R\$ 57 milhões para compra de matéria-prima; intercooperação para armazenagem e indústria;
Estadual (RS)	Presença em várias regiões do RS;	Produção de arroz, carnes, uvas, laranja, milho, leite, hortaliças e produtos agroecológicos	45 agroindústrias familiares; 3 armazéns para estocagem de cereais; 4 operadores logísticos; 42 transportadores terceirizados; 32 indústrias parceiras;	Mais de 14 milhões de kg de produtos transportados em 2022;

			Frota própria de distribuição;	
Alto Uruguai	Municípios da AMAU (32 municípios)	Produção de carne bovina e suína, laranja, trigo, leite, feijão, milho, cereais e produtos orgânicos;	Unidade 1: Matriz e Centro de Distribuição em Paulo Bento RS (Figura 13); Unidade 2: Filial e Centro Comercial em Erechim, marco da fundação na sede do DAER (Figura 14) e a partir de 2025 em novo local (Figura 15); Unidade 3: Filial de Recebimento de Grãos em Ponte Preta RS (Figura 16); Unidade 5: Filial e Centro Administrativo em Erechim RS (Figura 18);	Comercialização direta em feiras, supermercado próprio e parcerias com mercados institucionais;

Fonte: Cooperativa Nossa Terra (2023c). Org.: autora (2025)

A sistematização das informações evidencia que a Cooperativa Nossa Terra atua de forma multiescalar, articulando processos produtivos e de comercialização que vão do nível local ao nacional. No plano territorial, sua presença no Alto Uruguai fortalece circuitos curtos de comercialização e garante escoamento da produção dos agricultores familiares associados, promovendo a segurança alimentar e a valorização da produção local. Em nível estadual ao nacional, a cooperativa participa de programas de compras institucionais, como o PNAE e o PAA, ampliando o acesso a mercados e diversificando as oportunidades de renda para as famílias. Todo esse envolvimento e atuação nas diferentes escalas contribui para o fortalecimento de políticas públicas e da economia solidária a nível nacional, por meio da participação em redes de intercooperação articuladas pela Unicafe.

A Cooperativa Nossa Terra consolida sua presença por meio de cinco unidades estratégicas, distribuídas entre os estados do Rio Grande do Sul e Paraná. Cada uma delas desempenha funções complementares no sistema produtivo, logístico e comercial, garantindo a integração entre produção, beneficiamento, armazenagem, gestão e comercialização de

produtos da agricultura familiar. (Cooperativa Nossa Terra, 2023c). A seguir, apresenta-se uma breve caracterização de cada unidade, acompanhada de registros fotográficos que ilustram sua infraestrutura e relevância para o funcionamento da cooperativa.

1. Unidade Matriz e Centro de Distribuição em Paulo Bento (RS);

Localizada no município de Paulo Bento, a unidade matriz funciona, desde 2019, como centro logístico de distribuição e armazenagem de alimentos. Essa infraestrutura representa um marco na ampliação da capacidade de escoamento da produção dos agricultores familiares, permitindo maior eficiência na gestão de estoques e no atendimento às demandas do mercado institucional e varejista.

Figura 13 - Pavilhão matriz e CD em Paulo Bento.



Fonte: Arquivo interno da Cooperativa Nossa Terra.

2. Unidade Filial e Centro Comercial em Erechim (RS);

A filial de Erechim, que historicamente abrigou o Centro Comercial da cooperativa durante 25 anos nas instalações do DAER, encontra-se em fase de reestruturação após o despejo ocorrido em janeiro de 2025. Passou por um período onde a unidade operou em uma estrutura provisória instalada no Seminário de Fátima, enquanto este em elaboração o projeto de um novo espaço definitivo. Essa transição representa não apenas um desafio logístico, mas também um momento estratégico de reposicionamento da Cooperativa frente às transformações territoriais e institucionais.

Figura 14 - Pavilhão da antiga filial da Feira da Agricultura Familiar e Supermercado em Erechim-RS



Fonte: Cooperativa Nossa Terra (2024b).

Figura 15 - Mensagem de mudança de endereço após despejo.



Fonte: Arquivo interno da Cooperativa Nossa Terra.

3. Unidade Filial de Recebimento de Grãos em Ponte Preta (RS)

Fruto de parceria entre a Cooperativa Nossa Terra e a Prefeitura Municipal de Ponte Preta, esta unidade encontra-se em fase de ampliação e modernização. Com investimento estimado em R\$ 3 milhões, a estrutura será equipada para otimizar o recebimento e processamento de grãos, ampliando a capacidade operacional da cooperativa e fortalecendo sua atuação no mercado regional. (Cooperativa Nossa Terra, 2025a).

Figura 16 - Unidade 03 de Ponte Preta/RS.



Fonte: Cooperativa Nossa Terra (2025a).

4. Unidade Filial de Beneficiamento e Empacotamento de Feijão em Prudentópolis (PR)

A unidade de Prudentópolis destaca-se pela alta capacidade de beneficiamento, com potencial de processamento de até 25 mil quilos de feijão por dia, em turno único. Com estrutura industrial moderna, equipada com tecnologia de ponta para seleção, limpeza e envase, a unidade assegura padrões de qualidade e rastreabilidade reconhecidos no mercado. Sua instalação exigiu investimentos de cerca de R\$ 2 milhões, reforçando o compromisso da cooperativa com a inovação tecnológica e a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar. (Cooperativa Nossa Terra, 2024a).

Figura 17 - Unidade 04 em Prudentópolis PR.



Fonte: Cooperativa Nossa Terra (2024a).

5. Unidade Filial do Centro Administrativo em Erechim (RS)

A criação do novo centro administrativo foi uma resposta estratégica aos riscos de descontinuidade do uso do espaço anterior, vinculado ao DAER. Atualmente instalada no Seminário de Fátima (Figura 18), em Erechim, a unidade concentra todos os setores administrativos em um mesmo local, garantindo maior segurança institucional, eficiência operacional e integração entre as áreas estratégicas da cooperativa.

Figura 18 - Unidade 05 em Erechim RS.



Fonte: Arquivo interno da Cooperativa Nossa Terra.

A atuação, apresentada nas suas diferentes escalas, transcende o caráter meramente econômico, configurando-se como um agente estratégico de desenvolvimento territorial. A complexidade de sua estrutura organizacional e de suas unidades produtivas demonstra a capacidade de articular múltiplos atores sociais, integrar cadeias produtivas e criar circuitos curtos de comercialização, garantindo não apenas a viabilidade econômica da agricultura familiar, mas também a reprodução social e cultural das comunidades rurais.

Nesse sentido, a cooperativa representa um exemplo concreto de como o cooperativismo solidário pode operar como mediador entre as escalas locais e globais, contribuindo para a resistência ao avanço do agronegócio e para a afirmação da agricultura familiar como sujeito político e econômico. O mapeamento das unidades e a compreensão de suas funções estratégicas permitem visualizar as multiescalas e interesclaridades que

estruturam a sua territorialização, revelando como o território é permanentemente produzido, disputado e ressignificado por meio da ação coletiva.

No capítulo seguinte, aprofundar-se-á o histórico da cooperativa, suas práticas organizativas e suas estratégias de fortalecimento da agricultura familiar, destacando as disputas territoriais e os processos de resistência que marcam sua trajetória. Até este ponto, contudo, importa sublinhar que compreender a territorialização da Cooperativa Nossa Terra significa reconhecer o entrelaçamento de diferentes dimensões, produtivas, políticas, sociais e culturais, que sustentam o cooperativismo solidário e sua capacidade de projetar novas ruralidades no contexto do Alto Uruguai.

2.3 NÍVEL 3: A INSERÇÃO DA JUVENTUDE

No terceiro nível, a análise volta-se para a juventude do campo e cooperativista, cuja presença e mobilização são evidenciadas pelo Projeto Feira Jovem. Essa iniciativa transcende a função de comercialização de produtos, tornando-se um espaço de formação, resistência e inovação social. Ao envolver jovens agricultores na gestão e no protagonismo das ações, a Feira Jovem fortalece vínculos comunitários, cria novas perspectivas de permanência no campo e reafirma o rural como território de vida, cultura e oportunidades.

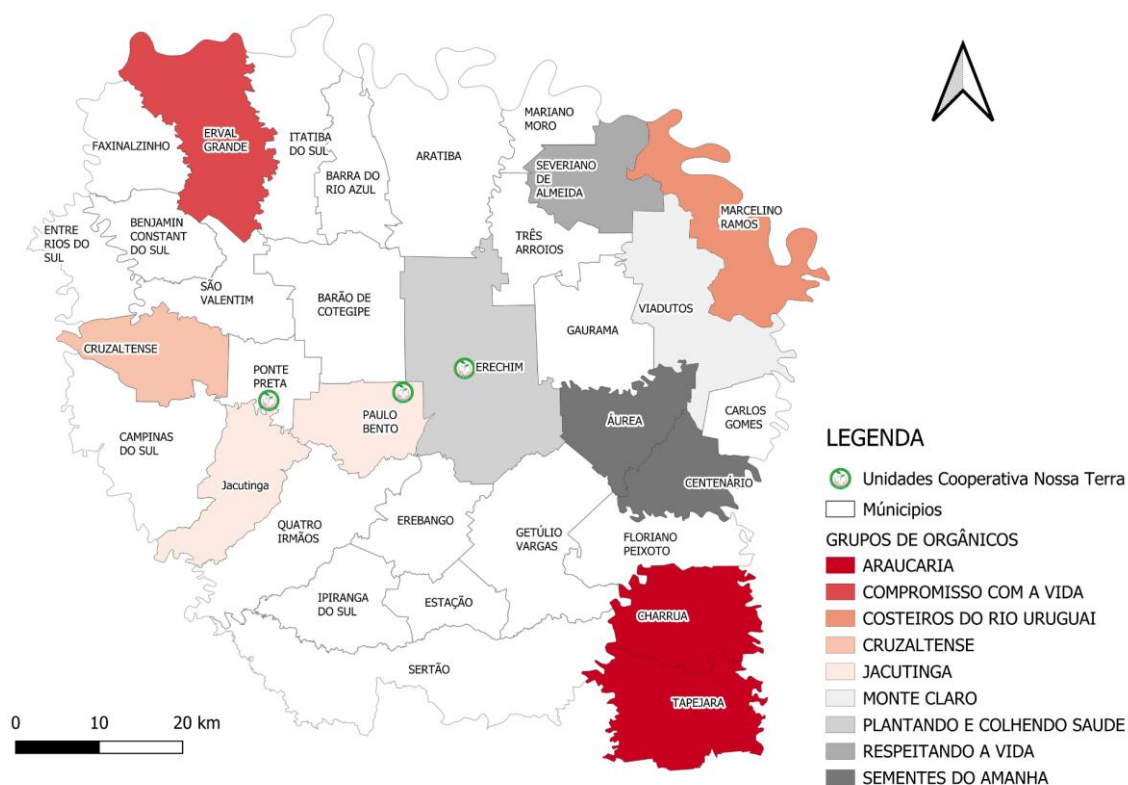
A presença e atuação dos jovens cooperativistas vinculados à Cooperativa Nossa Terra, em articulação com parceiros institucionais como o CAPA e a Unicafe-RS, conformam o chamado Grupo de Jovens Gestores. Tal configuração organizativa emergiu a partir do engajamento coletivo dos grupos de produção orgânica distribuídos em doze municípios da região do Alto Uruguai, além do município de Tapejara (Figura 19), que, embora não integre a Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU), compõe esse arranjo territorial de articulação juvenil e agroecológica.

A experiência revela uma forma concreta de produção de novas territorialidades, entendidas, na perspectiva de Santos, M. (2012), como resultado das relações sociais que se materializam no espaço e lhe conferem sentido. A organização juvenil, ao promover feiras, espaços formativos e de gestão coletiva, reafirma o território como lugar de vida, de identidade e de resistência, em oposição à lógica hegemônica de homogeneização e mercantilização do espaço rural.

Além disso, a análise desse processo à escala regional evidencia o caráter multiescalar dessas ações, pois os jovens atuam simultaneamente em seus municípios de origem, articulam-se em rede no Alto Uruguai e mantêm diálogo com organizações estaduais e nacionais de

representação. Tal dinâmica se aproxima do conceito de multiterritorialidade discutido por Haesbaert (2012), segundo o qual os sujeitos constroem e transitam entre diferentes territórios de forma simultânea, reforçando sua presença política e sociocultural.

Figura 19 - Grupos de Orgânicos no Norte do RS.



Fonte: Arquivo interno do CAPA. Org.: autora (2025)

A territorialização das ações juvenis também pode ser compreendida a partir de Fernandes (2013), que concebe o território como espaço de disputa, no qual se travam lutas pela permanência e pelo controle dos recursos. Nesse sentido, a agroecologia assume papel estratégico não apenas como alternativa produtiva, mas como projeto político, capaz de assegurar a reprodução social das famílias agricultoras e de fortalecer os processos de sucessão geracional.

Por fim, ao considerar o espaço regional como resultado de práticas sociais articuladas em redes, retoma-se Corrêa (1995), para quem a organização espacial reflete e, ao mesmo tempo, condiciona a ação dos sujeitos. Assim, o Grupo de Jovens Gestores não apenas está no território, mas o reorganiza, criando novos fluxos, redes de cooperação e circuitos de comercialização que reforçam o pertencimento coletivo e promovem inovação social no campo.

Essas trajetórias evidenciam que a construção social dos territórios e dos mercados não é linear, mas fruto de lutas, aprendizados e negociações contínuas. Surge, então, a necessidade de compreender como essa experiência conseguiu alcançar tamanha capilaridade e relevância. Como a cooperativa chegou a esse patamar? De que forma conseguiu atuar em diferentes escalas: local, regional e nacional, construindo socialmente distintos mercados, sejam eles das feiras, institucionais ou mesmo convencionais? Quais foram os desafios enfrentados e as estratégias mobilizadas desde o grupo inicial de feirantes de Erechim até a consolidação da organização atual? Essas questões orientarão a discussão do capítulo 3, buscando compreender os caminhos trilhados pela cooperativa e os elementos que explicam a força social e política de sua atuação no território.

CAPÍTULO 3 - DISPUTAS TERRITORIAIS E A AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA COOPERATIVA NOSSA TERRA COM SEDE EM ERECHIM/RS

A Geografia Agrária, ao longo de sua trajetória, tem se dedicado amplamente ao estudo dos conflitos e disputas territoriais, com ênfase no contexto rural. Contudo, observa-se uma lacuna significativa na literatura acadêmica no que tange à análise das disputas territoriais urbanas protagonizadas por agricultores familiares organizados, com o objetivo de viabilizar a comercialização de seus produtos. Este campo de estudo, ainda pouco explorado, oferece uma perspectiva inovadora sobre as dinâmicas de apropriação e reivindicação territorial por parte da agricultura familiar em um contexto urbano.

A intenção neste capítulo é contextualizar elementos dessa disputa territorial, a partir do exemplo prático da organização da agricultura familiar dentro da Cooperativa Nossa Terra de Erechim/RS dividido em 5 períodos, sendo eles: (acho melhor menos recuo)

1. **1999-2003: Da disputa à conquista: fase de inserção e luta pelo território de comercialização no meio urbano.** Este período é caracterizado pela inserção e pela disputa territorial no espaço urbano, tendo como foco a constituição da feira, popularmente conhecida como “Feira do DAER”. A partir da atuação dos agricultores familiares regionais, é possível observar a luta pelo direito ao uso do território de comercialização, estabelecendo uma relação de resistência e conquista diante das limitações e desafios impostos pela estrutura.
2. **2004-2008: Do avanço na comercialização à construção socioterritorial de mercados.** Durante este período, destaca-se o avanço na comercialização, com desenvolvimento do Sistema de Feiras da Cooperativa Nossa Terra, a implementação do ponto fixo de venda na sede da cooperativa e o crescente acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar com o caso da inscrição das agroindústrias familiares, configuram uma etapa de consolidação e organização territorial, permitindo uma construção socioterritorial dos mercados e a melhoria nas condições de comercialização.
3. **2009-2013: Desafios na gestão da comercialização à crise financeira.** Este período marca um momento crítico, no qual a cooperativa enfrenta uma crise financeira e dificuldades na gestão da comercialização, apesar da presença de políticas públicas favoráveis à agricultura familiar. A análise das condições adversas neste contexto evidencia a fragilidade da gestão em face dos desafios

econômicos e das limitações estruturais, mesmo diante de um ambiente de apoio institucional.

4. **2014-2020: Da retomada estratégica à expansão da comercialização.** Neste ciclo, ocorre um processo de retomada da cooperativa, com a formulação de um planejamento estratégico que visa a operacionalização e a expansão da comercialização com uma gestão estruturada. A análise desse período revela o esforço da cooperativa em reorganizar suas práticas e estratégias para ampliar sua presença no mercado, com um foco em sustentabilidade e diversificação da comercialização, além da busca por novas parcerias e mercados.
5. **2021-2025: Da ascensão à ameaça: Campanha Nossa Terra Fica e o processo de des(re)territorialização.** O período mais recente é marcado por uma fase conturbada de conflitos políticos, centrados na disputa territorial pela sede da filial de Erechim e pela permanência da Feira da Agricultura Familiar no pátio do DAER. A campanha “Nossa Terra Fica” emerge como um movimento de resistência frente ao processo de desterritorialização, refletindo as tensões políticas e os desafios da cooperativa para garantir seu espaço e a continuidade de suas atividades em um cenário de incertezas;

Cada um desses períodos apresenta uma faceta da trajetória da Cooperativa Nossa Terra, destacando os processos de luta, resistência e adaptação frente às transformações políticas, econômicas e sociais que afetaram o território de comercialização da agricultura familiar em Erechim/RS.

3.1 1999-2003 DA DISPUTA À CONQUISTA: FASE DE INSERÇÃO E LUTA PELO TERRITÓRIO DE COMERCIALIZAÇÃO NO MEIO URBANO

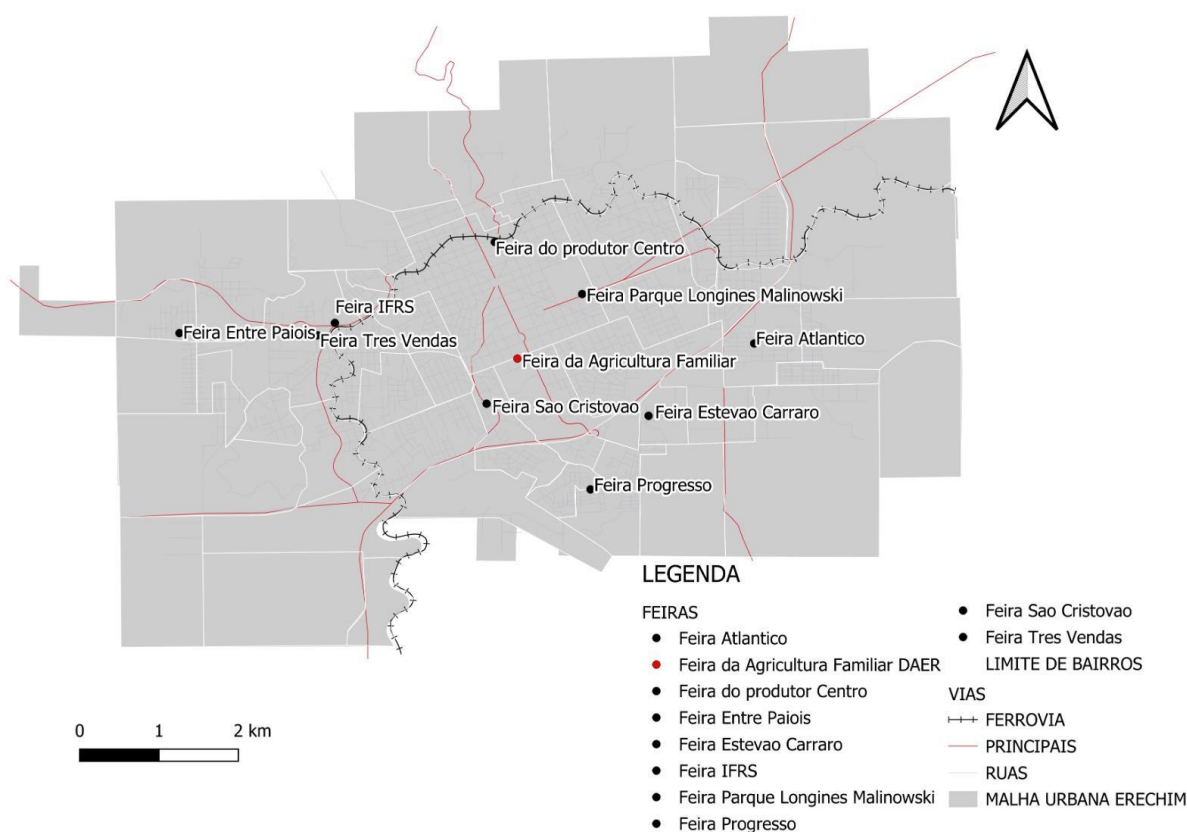
Os fatores populacionais e territoriais que caracterizam a região do Alto Uruguai Gaúcho, apresentados anteriormente no capítulo 2, conferem ao município de Erechim a condição de polo regional, com papel estratégico na dinamização econômica e na estruturação dos circuitos curtos de comercialização de alimentos oriundos da Agricultura Familiar. Erechim tornou-se, assim, uma referência na distribuição e acesso a alimentos produzidos nos municípios do entorno, funcionando como centralidade urbana para escoamento da produção agroecológica e convencional.

Atualmente, estão em funcionamento nove feiras ecológicas no perímetro urbano de Erechim, conforme site oficial da Prefeitura de Erechim (s.d.), responsáveis pela oferta direta

de alimentos produzidos por agricultores familiares, organizados em diferentes sistemas de produção, desde o modelo convencional até práticas baseadas na agroecologia e certificações orgânicas. Essas feiras ocorrem regularmente, com frequência semanal ou quinzenal, e representam uma das principais estratégias de comercialização direta entre produtores e consumidores (Prefeitura de Erechim, s.d.)

A seguir, apresenta-se o mapa de localização das feiras ecológicas no perímetro urbano de Erechim (Figura 20), consideradas pela Prefeitura Municipal, que ilustra a distribuição territorial dessas iniciativas no contexto urbano e sua capilaridade junto à população local.

Figura 20 - Feiras no núcleo urbano de Erechim RS.



Fonte: Prefeitura de Erechim (s.d.). Org.: autora (2025).

A organização dos agricultores da região do Alto Uruguai, que visavam assegurar um espaço para a comercialização de seus produtos no contexto urbano, resultou na criação da que viria a ser popularmente conhecida como a Feira do DAER, posteriormente rebatizada como Feira da Agricultura Familiar (ponto em vermelho na Figura 20). Este processo envolveu longos períodos de discussões e reivindicações pelo direito de estabelecer um espaço de comercialização. Somente em 1999, após intensas negociações, a feira iniciou suas atividades

de fato, embora com estruturas e condições mínimas (figuras 21, 22 e 23). Apesar das dificuldades, os agricultores perseveraram, mantendo a resistência e a luta pela concretização de suas demandas.

Figura 21, 22 e 23 - Primeiras feiras realizadas no espaço do DAER.



Fonte: arquivo interno da Cooperativa Nossa Terra.



Fonte: arquivo interno da Cooperativa Nossa Terra.



Fonte: arquivo interno da Cooperativa Nossa Terra.

O nome popular em que a Feira recebeu se dá por conta da sua inserção em um terreno público estadual, onde situava a 13ª superintendência regional do DAER. A consolidação da Feira da Agricultura Familiar no DAER é o marco de uma grande disputa política e territorial.

Foi nesse contexto de construção coletiva que, em 2001, foi fundada a Cooperativa de Produção e Consumo Familiar Nossa Terra, articulada entre diversos atores, como os feirantes, agricultores familiares, lideranças locais e consumidores com interesse no acesso a alimentos saudáveis. Este processo ocorreu em um período de ascensão do cooperativismo no estado do Rio Grande do Sul, especialmente durante o governo de Olívio Dutra (PT), no período de 1999 a 2003. Como explica Santos, J. S. (2006, p. 90):

A Cooperativa de Produção e Consumo Nossa Terra nasceu da discussão entre os agricultores familiares e suas organizações como Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), assim como ONGs, EMATER e outros atores da região do Alto Uruguai, diante do desafio de criar condições para que a Agricultura Familiar se consolidasse e desenvolvesse suas potencialidades, baseada em uma proposta autônoma de organização. Sua criação foi a confluência do amadurecimento das discussões entre os atores do Alto Uruguai e a proposta da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) do governo do Estado do Rio Grande do Sul na gestão de 1998 a 2002, que tinha como uma de suas estratégias o apoio às iniciativas de organização dos agricultores familiares.

A fundação da Cooperativa Nossa Terra representou um grande passo na organização dos agricultores e dos consumidores, com o objetivo de promover a defesa econômica e o bem-estar social de seus associados, conforme rememora Santos, J. S. (2006). A partir desse momento, as condições e as possibilidades de negociação passaram a melhorar, permitindo articulações mais eficazes em benefício de todos os envolvidos, por meio da formalização de uma personalidade jurídica. Com isso, a cooperativa obteve os primeiros investimentos, através de doações do Estado do RS, como a aquisição de mesas e balanças, que contribuíram para a melhoria das condições da Feira (Figura 24).

Figura 24 - Feira reconfigurada com mesas e equipamentos padronizados a todas as bancas



Fonte: arquivo interno da Cooperativa Nossa Terra.

É fundamental destacar a conexão com o debate anterior acerca de um cooperativismo solidário que incorpore pautas, referências e princípios alinhados com a sustentabilidade e a

participação social, ao longo de todo o processo de construção socioterritorial de mercados para a agricultura familiar. No estudo de Santos, J. S. (2006, p.37), é citado o exemplo da Cooperativa Nossa Terra, evidenciando a distinção entre diferentes tipos de cooperativas. Nesse contexto, a autora utiliza a expressão "Cooperativas alternativas", enquanto, nesta dissertação, opta-se pela designação de cooperativismo solidário.

Entre as Cooperativas Alternativas do Alto Uruguai, destaca-se a Cooperativa de Produção e Consumo Nossa Terra, frequentemente referida pelos agricultores por ocasião das entrevistas. Segundo a percepção dos agricultores captada pelas entrevistas, pode-se dizer que o modelo de "cooperativismo alternativo" desenvolveu-se entre os agricultores familiares como alternativa ao modelo do cooperativismo empresarial instituído na região e ampliado a partir dos altos investimentos do Estado no período da modernização da agricultura. (SANTOS, J. S., 2006, p. 37).

A cessão de uso do terreno do DAER, conforme mencionado anteriormente, abrangia não apenas o espaço onde a feira ocorria, como ilustrado na Figura 24, sob uma estrutura de madeira que funcionava como uma garagem aberta, mas também incluiu parte de um dos prédios existentes nas proximidades dessa estrutura. Essa área foi destinada à instalação da sede da Cooperativa Nossa Terra (Figura 25).

Figura 25 - Ato de inauguração e conquista da cedência do espaço (2002).



Fonte: arquivo interno da Cooperativa Nossa Terra.

A inserção no espaço urbano por meio das feiras, configuradas como Circuitos Curtos de Comercialização, consolidou-se como uma estratégia central para aproximar agricultores familiares e consumidores. Esse processo permitiu a definição coletiva de formas alternativas de comercialização, com vistas à redução da subordinação ao capital e à valorização do protagonismo dos sujeitos envolvidos. Trata-se, portanto, de uma dinâmica que, conforme discutem Eduardo e Candiottto (2024), expressa a construção socioterritorial de mercados, evidenciando que a feira não é apenas um espaço de compra e venda, mas também de organização social e afirmação política. Tal movimento constitui um marco inicial para a

ampliação de outras modalidades de comercialização, tema que será aprofundado na próxima seção.

3.2 2004-2008 DO AVANÇO NA COMERCIALIZAÇÃO À CONSTRUÇÃO SOCIOTERRITORIAL DE MERCADOS, O ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS E O SISTEMA DE FEIRAS DA COOPERATIVA NOSSA TERRA

Em um segundo momento histórico, compreendido entre os anos de 2004 a 2008, observa-se um avanço significativo nas dinâmicas de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, com destaque para quatro pontos estratégicos que marcaram esse processo. Esse período é caracterizado não apenas pela ampliação do escoamento da produção, mas, sobretudo, pela consolidação de um processo socioterritorial de construção de mercados.

Tal processo envolveu a articulação entre agricultores, cooperativas, organizações de apoio e o poder público, culminando no fortalecimento do Sistema de Feiras da Cooperativa Nossa Terra. Além disso, este período foi marcado por uma ampliação no acesso a políticas públicas voltadas a agricultura familiar, como o Programa FOME ZERO que possibilitou o desenvolvimento e fortalecimento de outros importante Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que passaram a desempenhar um papel estruturante nas estratégias de comercialização e na segurança alimentar e nutricional nos territórios envolvidos. (Santos, J. S., 2006). Segue abaixo os quatro pontos estratégicos que marcaram esse processo:

1. Ponto Fixo de Comercialização – Loja da Cooperativa Nossa Terra: Através da infraestrutura física disponível, foi possível estabelecer uma organização para comercialização contínua dos produtos. Ou seja, os produtos provenientes dos feirantes e das agroindústrias familiares envolvidas podem ser expostos além do dia de feira semanal, ficando sob a gestão da cooperativa em sua sede. Esse modelo possibilita que os consumidores tenham acesso diário aos produtos oriundos da agricultura familiar (Figura 26).

2. Sistema de Feiras Cooperativa Nossa Terra: Os agricultores organizam-se em grupos formados por duas ou mais famílias, sendo que o transporte e a comercialização dos produtos ocorrem de forma solidária entre os membros de cada grupo. As feiras são realizadas nas manhãs de sábado e integram um sistema composto por três locais: uma ocorre na área externa da cooperativa, situada no bairro Fátima (Figura 27), próxima à avenida principal da cidade e ao centro; outra é realizada nas instalações da Escola Campos Sales; e a terceira no bairro Progresso. (Santos, J. S., 2006).

Figura 26 - Gôndola da agricultura familiar dentro do ponto fixo de comercialização na sede da cooperativa em Erechim no DAER.



Fonte: (SANTOS, J. S., 2006 p. 53).

Figura 27 - Feira realizada na parte externa da sede da cooperativa no DAER



Fonte: (SANTOS, J. S., 2006, p. 99).

3. Políticas públicas (FOME ZERO): A implementação do Programa Fome Zero (2003), política federal que teve papel estratégico na valorização da agricultura familiar e na estruturação de mercados institucionais. A partir desse programa, foram criados mecanismos que não apenas estimularam a produção de alimentos saudáveis e de base agroecológica, como também garantiram a compra direta por meio de instrumentos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, posteriormente, o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas iniciativas abriram novas possibilidades de inserção da produção familiar em mercados públicos, promovendo segurança alimentar e nutricional ao mesmo

tempo em que consolidavam formas solidárias de comercialização e ampliavam a autonomia dos agricultores e agricultoras familiares. (Cooperativa Nossa Terra, 2021).

4. Institucionalização das Agroindústrias Familiares: O avanço significativo das agroindústrias familiares não se trata somente de um desses períodos tratados, mas de uma espaço de tempo maior, sendo importante ressaltar que desde a criação do Programa da Agroindústria Familiar (PAF/RS) no Rio Grande do Sul que ocorreu durante a gestão estadual de 1999 a 2003 de Olívio Dutra (PT) até a atualizações em 2012 do decreto que instituiu o Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF). O Programa desempenhou um papel central na institucionalização e formalização de diversas agroindústrias vinculadas à agricultura familiar na região. A atuação do PEAF, nesse período, foi fundamental para viabilizar a legalização sanitária, a adequação das estruturas produtivas e a inserção das agroindústrias nos circuitos formais de comercialização, ampliando as possibilidades de geração de renda e agregação de valor aos produtos locais. Essa política pública não apenas fortaleceu as capacidades produtivas dos agricultores, como também contribuiu diretamente para a consolidação de redes territoriais de comercialização solidária e para a valorização da produção artesanal e identitária dos territórios do Alto Uruguai. Nesse sentido:

Além das cooperativas, o apoio sindical e o apoio institucional oferecido por órgãos de assistência técnica e extensão rural também contribuíram para solidificar a implementação de programas de agroindustrialização no meio rural na gestão do governo de Olívio Dutra (1998-2002). As primeiras agroindústrias familiares implantadas na região Alto Uruguai foram incentivadas por esta ação pública. Estas experiências de agroindustrialização resgataram o modo artesanal de produção e conservação de alimentos para o autoconsumo familiar que passaram a ser comercializados como uma das formas de geração de renda. (Deggerone, 2021, p. 114).

A análise desse período histórico permite compreender a consolidação de um importante processo de construção socioterritorial de mercados protagonizado pela agricultura familiar organizada em moldes cooperativos e solidários. Entre os anos de 2004 e 2008, observa-se a articulação entre políticas públicas estruturantes, como o Programa Fome Zero, o PAA e o PNAE, e a atuação de organizações locais como a Cooperativa Nossa Terra, que souberam transformar esses instrumentos institucionais em oportunidades de fortalecimento territorial e de ampliação das redes de comercialização.

Esse processo, conforme discutem Eduardo e Candiottto (2024), revela a capacidade dos sujeitos do campo em constituir mercados não apenas como espaços econômicos, mas como expressões socioterritoriais de autonomia e resistência, em que se reconfiguram as relações entre produção, consumo e território. A consolidação das feiras e das agroindústrias familiares,

associada à criação de pontos fixos de comercialização e à ampliação do acesso a políticas públicas, materializa uma nova forma de inserção dos agricultores familiares nos circuitos econômicos, uma inserção mediada por valores de solidariedade, reciprocidade e pertencimento territorial.

Ao mesmo tempo, a análise dialoga com as contribuições de Neves (2007), ao demonstrar que a agricultura familiar deve ser compreendida como uma categoria social e produtiva plural, composta por múltiplas expressões e racionalidades. O fortalecimento da Cooperativa Nossa Terra, nesse contexto, evidencia a coexistência de diferentes formas de organização e gestão da produção em bases familiares, nas quais a economia é inseparável da vida social, da cultura e da sustentabilidade.

Assim, o conjunto de ações desenvolvidas no período não se limita a resultados econômicos ou à expansão de mercados. Trata-se, antes, da consolidação de um projeto político-territorial que integra produção, organização coletiva e políticas públicas, conformando um sistema cooperativo enraizado nas territorialidades da agricultura familiar do Alto Uruguai gaúcho. Esse processo, ao mesmo tempo em que amplia as condições de permanência no campo, redefine as relações entre Estado, sociedade e território, constituindo as bases para compreender, nos subcapítulos seguintes, as dinâmicas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que marcaram os novos ciclos de disputa e resistência vivenciados pela Cooperativa Nossa Terra e suas feiras.

3.3 2009-2013: DESAFIOS NA GESTÃO DA COMERCIALIZAÇÃO À CRISE FINANCEIRA

Em 2009, a feira da agricultura familiar passou a contar com um pavilhão próprio, construído em área anexa às estruturas do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), cedidas para uso da cooperativa (Figura 28). Até então, os agricultores comercializavam seus produtos em espaço aberto, expostos a condições climáticas adversas, como chuva e baixas temperaturas, por um período de aproximadamente dez anos.

Nesse período, a cooperativa já enfrentava um cenário de abertura para a comercialização em âmbito nacional, com algumas operações sendo formalizadas em diferentes regiões do país. No entanto, a ausência de capacidades técnicas e gerenciais adequadas para lidar com a complexidade e as exigências de uma escala ampliada comprometeu o pleno aproveitamento das oportunidades disponíveis. Esse desafio interno foi agravado por crises setoriais que afetaram diretamente a agricultura familiar, como o caso específico da cadeia do

leite, que impactou negativamente a sustentabilidade econômica de diversos produtores vinculados à cooperativa.

Figura 28 - Interior do pavilhão construído para a Feira da cooperativa em Erechim no DAER



Fonte: arquivo interno da Cooperativa Nossa Terra.

Essa etapa também revela os limites e desafios enfrentados pela cooperativa no processo de ampliação de sua atuação. A transição de um circuito local para uma escala nacional de comercialização exigiu novas competências técnicas, gerenciais e logísticas, nem sempre disponíveis nas estruturas organizacionais de base familiar. A dificuldade de adaptação a essas novas exigências, somada às crises setoriais, como a da cadeia do leite, expôs a vulnerabilidade econômica de parte dos produtores e evidenciou as contradições inerentes ao processo de inserção da agricultura familiar em mercados competitivos e globalizados.

Assim, este período pode ser interpretado como uma fase de transição e aprendizagem institucional, em que a Cooperativa Nossa Terra buscou conciliar o fortalecimento territorial e comunitário com a necessidade de expansão econômica. Essa tensão entre raízes territoriais e exigências de mercado ilustra, como apontam Eduardo e Candiottto (2024), as complexas dinâmicas de construção socioterritorial de mercados, nas quais a autonomia e a cooperação se reconfiguram constantemente frente às pressões do capital.

Dessa forma, a construção do pavilhão da feira e a ampliação de sua escala de atuação representam, simultaneamente, um ponto de consolidação e de inflexão na trajetória da cooperativa. Consolidam-se as bases materiais e simbólicas de um projeto territorial da agricultura familiar, mas também se evidenciam as fragilidades estruturais e disputas territoriais.

3.4 2014-2020: RETOMADA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: A EXPANSÃO DA COMERCIALIZAÇÃO E O REPOSICIONAMENTO DA COOPERATIVA

No referido ciclo, observa-se um processo de revitalização institucional da cooperativa, marcado pela elaboração e implementação de um planejamento estratégico orientado à estruturação da gestão e à expansão das atividades comerciais. A análise desse período evidencia o empenho da cooperativa em reconfigurar suas práticas organizacionais e estratégias de mercado, com ênfase na sustentabilidade, na diversificação dos canais de comercialização e na prospecção de novas parcerias e mercados consumidores. Esse movimento implica uma mudança de escala operacional, passando de uma atuação regional para uma inserção em âmbito nacional. Nesse novo contexto, a base produtiva permanece concentrada majoritariamente nos estados da Região Sul do Brasil, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, enquanto a distribuição e comercialização dos produtos alcançam diferentes regiões do território nacional.

Uma das etapas do processo de reestruturação organizacional realizado em 2019 consistiu em uma decisão de natureza política e estratégica que resultou na mudança da sede administrativa da cooperativa, anteriormente localizada no município de Erechim (RS), para o município vizinho de Paulo Bento (RS). Nesse contexto, a unidade situada no núcleo urbano de Erechim foi reconfigurada, passando a operar como uma filial da nova matriz. (Cooperativa Nossa Terra, 2025c).

A nova sede matriz, estabelecida no município de Paulo Bento (RS), foi estruturada como uma Central de Distribuição (CD) (Figura 29), desempenhando um papel logístico central no escoamento da produção. Nesse espaço, os alimentos oriundos da agricultura familiar são armazenados, organizados e preparados para posterior distribuição aos consumidores finais, com destaque para as instituições de ensino público, por meio dos programas de alimentação escolar. (Cooperativa Nossa Terra, 2025c).

A materialização de infraestruturas físicas, como o CD, demarca elementos fixos que potencializam as relações de sociabilidade e dinamizam os fluxos de pessoas e de comercialização. Nessa perspectiva, a agricultura familiar vai se apropriando do espaço, delimitando-o a partir de relações de poder, elevando a densidade técnica no espaço para viabilizar suas intencionalidades econômicas. Assim, além da organização social, cooperativa, há os elementos concretos, os objetos técnicos (tecnologias, infraestruturas, galpões, centros de distribuição de agroindústrias, etc...) que contribuem para a estruturação organizacional e a consecutiva consolidação dos circuitos curtos da comercialização na economia da agricultura

familiar. Nessa perspectiva, pode-se retomar Santos, M. (2008) quando manifesta que os objetos fixos são os que fornecem suporte ao movimento pois permitem acelerar os fluxos. Mirando a agricultura de base familiar, os elementos fixos contribuem para estruturar os circuitos produtivos e comerciais de forma territorializada no espaço.

Figura 29 - Pavilhão matriz e CD em Paulo Bento.



Fonte: arquivo interno da Cooperativa Nossa Terra.

Sistema de Produção e Industrialização: O sistema produtivo adotado pela cooperativa contempla diferentes escalas e modalidades de produção, respeitando princípios agroecológicos e de sustentabilidade socioambiental, segundo publicação em site oficial em setembro de 2021. (Cooperativa Nossa Terra, 2021).

No caso dos produtos *in natura*, a produção é realizada diretamente nas propriedades dos agricultores associados, com o uso prioritário de adubação orgânica e técnicas de cultivo que evitam o uso de agroquímicos. Essa abordagem visa não apenas a preservação ambiental, mas também a promoção da saúde dos produtores e dos consumidores, alinhando-se a práticas sustentáveis de manejo agrícola. (Cooperativa Nossa Terra, 2021).

Para os produtos processados em pequena escala, o beneficiamento ocorre nas agroindústrias familiares, instaladas nas próprias propriedades dos associados. Nessas unidades, devidamente regularizadas e submetidas à fiscalização dos órgãos sanitários competentes, as matérias-primas, também produzidas nas propriedades, são transformadas em alimentos com valor agregado. Esse modelo permite a manutenção de um padrão de qualidade diferenciado, pautado na rastreabilidade, na singularidade da matéria-prima e na valorização da produção local. (Cooperativa Nossa Terra, 2021).

Já a produção de matérias-primas em maior escala, como leite, suínos, bovinos, trigo, feijão, arroz e mel, é escoada para indústrias parceiras da cooperativa. Nessas unidades industriais, os produtos são transformados em diferentes formatos e composições, ampliando o portfólio da cooperativa e sua inserção em mercados diversificados. Esse fator é de extrema importância, pois é através da intercooperação com diversas outras cooperativas e indústrias que se torna possível realizar e desenvolver um portfólio completo de produtos. (Cooperativa Nossa Terra, 2021).

A consolidação de um sistema produtivo multiescalar, sustentado pela intercooperação, pela agroindustrialização e pela diversificação dos mercados, reafirma a cooperativa como agente ativo na construção socioterritorial de mercados, articulando desenvolvimento econômico, sustentabilidade e valorização do trabalho coletivo. Esse processo preparou o terreno para a fase seguinte de expansão e inovação, marcada pela disputa política e territorial. (Cooperativa Nossa Terra, 2021).

3.5 2021-2025: DA ASCENSÃO A AMEAÇA: CAMPANHA NOSSA TERRA FICA E O PROCESSO DE DES(RE)TERRITORIALIZAÇÃO

Esse período foi marcado por uma significativa expansão territorial e operacional da cooperativa, tanto no que se refere ao aumento da escala produtiva quanto à ampliação dos canais de comercialização em âmbito regional e nacional.

Contudo, esse avanço ocorreu em meio a uma contradição simbólica e material: a ameaça de perda do espaço físico que originou a feira da agricultura familiar (Figura 30) e impulsionou o processo organizativo que deu origem à cooperativa e outras feiras no município de Erechim/RS. Além de abrigar estruturas comerciais fundamentais, representa um espaço carregado de significados históricos e sociais, construído ao longo de mais de duas décadas por meio de relações comunitárias, práticas econômicas solidárias e vínculos identitários entre produtores e consumidores. A remoção da sede comercial da cooperativa desse local sinaliza, portanto, não apenas um desafio de ordem prática, mas também uma ruptura com a base territorial e social que sustentou sua constituição e trajetória.

As feiras urbanas configuram-se como espaços de expressiva relevância sociocultural, nos quais se materializam dinâmicas específicas que ultrapassam a lógica estrita da comercialização. Nesses ambientes, observa-se a presença de trocas múltiplas, de produtos, experiências, saberes e afetos, que as distinguem de outras modalidades de comércio. Mais do que pontos de venda, as feiras constituem arenas de encontro e de convivência, onde produtores e consumidores estabelecem interações contínuas que engendram formas peculiares de sociabilidade e de pertencimento territorial.

Figura 30 - Prédio do DAER cedida ao Supermercado e pavilhão da Feira da Cooperativa Nossa Terra em Erechim



Fonte: Cooperativa Nossa Terra (2025c).

De acordo com Lopes e Vasconcellos (2012), a feira deve ser compreendida como um espaço popular por excelência, um lugar de convivência capaz de promover vínculos interpessoais. Tais trocas, conforme destacam os autores, envolvem bens materiais, mas também valores simbólicos, culturais e sociais, sendo, portanto como aponta Lopes e Vasconcellos (2012, p. 3), “um fato social, uma vez que trocar é mesclar almas, permitindo a comunicação, a intersubjetividade e a sociabilidade”. Complementarmente, Catalão e Magrini (2017, p. 131) ressaltam que essas práticas estabelecem uma “rede de sociabilidades mais informal e mais pessoal”, sobretudo entre agricultores familiares e consumidores urbanos, consolidando vínculos que conectam campo e cidade a partir de práticas alimentares sustentáveis e solidárias.

Essa perspectiva se aproxima da noção de construção socioterritorial de mercados proposta por Eduardo e Candiotto (2024), segundo a qual os mercados não devem ser reduzidos a espaços de circulação de mercadorias, mas reconhecidos como construções sociais e políticas, estruturadas por relações de poder, práticas de resistência e estratégias coletivas de organização. Assim, as feiras se configuram como espaços híbridos que articulam dimensões econômicas, sociais e culturais, funcionando ao mesmo tempo como canais de comercialização de alimentos e como territórios de resistência frente à homogeneização imposta pela lógica capitalista.

Compreender o papel das feiras urbanas exige, portanto, uma leitura ampliada que considere sua dimensão política e territorial. Esses espaços funcionam como dispositivos de fortalecimento da agricultura familiar e de resgate do sentimento de pertencimento coletivo,

além de atuarem como arenas de disputa simbólica e material contra os modelos de modernização excludentes, que privilegiam formatos comerciais hegemônicos, como supermercados e shopping centers (Bitar, 2014). Nesse sentido, as feiras se consolidam como expressões concretas de alternativas socioterritoriais, capazes de aproximar campo e cidade, consumidores e agricultores, fortalecendo redes de cooperação e solidariedade.

No caso da Cooperativa Nossa Terra, a feira desempenhava papel central nesse processo, configurando-se como um dos principais espaços de articulação da agricultura familiar no Alto Uruguai. Até o despejo da Feira e Supermercado em janeiro de 2025, foi realizado um levantamento interno que permitiu mapear a composição dos feirantes, considerando o número de bancas, o gênero de quem comercializa, o ano de ingresso, o tempo de participação (2024 – ano inicial) e a classificação em quatro categorias, sucessores, fundadores, novos ou outros, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 - Dados dos expositores na Feira da Agricultura Familiar de Erechim/RS

Nº banca	Gênero	Ano que entrou para a feira	Anos de feira	Classificação dos feirantes
01	F/M	2002	22 anos	Sucessor/a
02	F/M	1999	25 anos	Fundador/a
03	F/M	2019	5 anos	Sucessor/a
04	M	2011	13 anos	Sucessor/a
05	F/M	2023	2 ano	Novo
06	F/M	1999	25 anos	Fundador/a
07	F	2023	2 ano	Sucessor/a
08	F	2017	7 anos	Sucessor/a
09	F/M	1999	25 anos	Fundador/a
10	M	2020	4 anos	Outro
11	M	2019	5 anos	Sucessor/a
12	M/F	1999	25 anos	Fundador/a
13	M	1999	25 anos	Fundador/a
14	F	2011	13 anos	Outro

Fonte: Arquivo interno Feira. Org.: autora (2025).

A análise do Quadro 4 evidencia a relevância da sucessão familiar na dinâmica da Feira da Agricultura Familiar. Dos 14 expositores que participam semanalmente, seis (43%) são sucessores de familiares, pais ou irmãos, que historicamente estiveram envolvidos na luta pela garantia do espaço de comercialização. Esse dado sugere a importância da transmissão intergeracional na manutenção da feira.

Observa-se, ainda, que cinco desses expositores (36%) participam da feira desde sua fundação em 1999, indicando um núcleo de permanência consolidado. Em contraste, apenas um (7%) ingressou recentemente, enquanto dois (14%) passaram a integrar a feira por outros fatores não especificados.

No que se refere à participação de gênero, identifica-se a presença de dez mulheres envolvidas na comercialização, correspondendo a 71% do total, sem considerar aquelas que atuam exclusivamente na produção. Já os homens representam 79% dos feirantes, indicando uma possível sobreposição de funções entre comercialização e produção.

O processo recente de desocupação das instalações da Cooperativa Nossa Terra e, conseqüentemente, da feira, não pode ser interpretado apenas como uma questão administrativa ou jurídica. Trata-se de um movimento de desterritorialização, nos termos de Haesbaert (2012), que rompe com um espaço historicamente constituído e fragiliza redes de sociabilidade e de construção socioterritorial de mercados (Eduardo; Candioto, 2024). Assim, a perda do espaço físico representa também a ameaça à continuidade da feira enquanto território de resistência e de reprodução social da agricultura familiar.

Observa-se, de forma crítica, que tanto o governo do estado quanto a prefeitura municipal não estabeleceram diálogo ou qualquer forma de comunicação direta com os sujeitos envolvidos e comprometidos com o território afetado. As informações sobre possíveis ameaças e ações de remoção foram, em sua maioria, difundidas de maneira indireta, por meio de veículos de comunicação como rádios locais, falas públicas em eventos e matérias veiculadas na imprensa regional (Figura 31), o que revela um processo de exclusão das vozes locais na tomada de decisões que impactam diretamente suas formas de vida e organização socioterritorial.

Ainda foram anos desse momento até ao primeiro mandado de despejo. Frente ao abandono do estado, houve a organização e resistência através da Campanha “Nossa Terra Fica”. Em setembro de 2023 foi realizada o seu lançamento oficial, a campanha surgiu como resposta à proposta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de realizar a transferência da área atualmente ocupada pela cooperativa à empreiteira privada, como forma de pagamento parcial por obras de infraestrutura viária (modalidade conhecida como “dação em pagamento”). A divulgação pública dessa intenção, por meio de declarações de representantes do poder

público durante um evento oficial, gerou forte repercussão entre os agricultores familiares, lideranças locais e sociedade civil organizada. (Cooperativa Nossa Terra, 2023a).

Figura 31 - Matéria divulgada pelo Jornal Bom dia em 2021



Fonte: Jornal Bom Dia (2021).

Diante da iminência de perda do espaço físico, historicamente construído como um polo de comercialização, organização e visibilidade da agricultura familiar regional, foi criado o Coletivo de Apoio à Agricultura Familiar, composto por lideranças do setor, representantes políticos e entidades da sociedade civil. O grupo lidera uma campanha de mobilização que inclui o lançamento de um manifesto público e a organização de uma Petição Pública destinada ao Governo do Estado, com o objetivo de reunir milhares de assinaturas em apoio à permanência da cooperativa no local. (Cooperativa Nossa Terra, 2023a).

A campanha “Nossa Terra Fica” representa não apenas uma ação de resistência institucional, mas também uma manifestação coletiva em defesa do direito à permanência, da função social da terra e do reconhecimento do papel estratégico da agricultura familiar na

promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento regional sustentável. (Cooperativa Nossa Terra, 2023a).

Diversas ações de mobilização foram realizadas com o objetivo de garantir a permanência da Cooperativa Nossa Terra, do supermercado e da feira da agricultura familiar em seu local de origem. Entre essas ações, destacam-se assembleias abertas, abaixo-assinados, audiências públicas e outras iniciativas de caráter coletivo e participativo, promovidas por feirantes, lideranças locais e apoiadores da causa. (Cooperativa Nossa Terra, 2023a).

Apesar dos esforços mobilizatórios e das articulações em diferentes esferas, em janeiro de 2025 foi efetivado a ordem de despejo compulsória da cooperativa do espaço anteriormente ocupado. Este episódio marca um ponto de inflexão nas relações entre sociedade civil, Estado e iniciativas de economia solidária, sendo fundamental para a compreensão dos conflitos territoriais e institucionais que envolvem a permanência da agricultura familiar em áreas urbanas. (Brasil de Fato, 2025).

A desterritorialização nesse caso se amplia, não somente como mencionado no primeiro capítulo, de um processo de substituição da agricultura familiar dentro do meio rural como colocado por Eduardo e Candiott (2024), mas chega ao nível de uma disputa territorial no espaço urbano. E aqui podemos compreender a desterritorialização como um sentido trabalhado por Haesbaert (2012), onde está atrelado a perda do território e identidade, seja urbano ou rural.

O território como já mencionado vai muito além de um simples pedaço de terra ou de um espaço físico delimitado. Ele o compreende como resultado de uma relação de poder e de uma apropriação simbólica e material do espaço por parte de grupos ou indivíduos (Haesbaert, 2012). Ou seja, esse tipo de desocupação/desterritorialização impacta não somente na retirada de um espaço físico, mas da retirada de um território ao qual cumpria uma função política e simbólica aos agricultores familiares.

No dia 04 de abril de 2025, foi publicada no Jornal Boa Vista (2025) uma matéria que anuncia um novo marco no planejamento urbano de Erechim: o primeiro passo concreto para a implantação de um shopping center no município. A informação foi divulgada durante a edição do programa Café com o Prefeito, transmitido pela Rádio Cultura, ocasião em que o prefeito apresentou atualizações relevantes sobre o tema.

De acordo com o gestor municipal, uma empresa local contratou uma consultoria especializada, sediada em Porto Alegre, para realizar estudos técnicos de viabilidade. O objetivo é avaliar e determinar o tipo e a escala do shopping center mais adequados ao perfil socioeconômico e demográfico do município de Erechim. (Jornal Boa Vista, 2025). Quanto à

localização do empreendimento, foi confirmado que a área selecionada corresponde ao antigo terreno do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) (Figura 32):

Figura 32 - Antiga entrada da sede do DAER, Avenida Sete de Setembro - Erechim



Fonte: Jornal Boa Vista (2025).

Observando a placa da Figura 32, afixada nas grades de proteção da fachada do terreno da antiga Sede do DAER, na Avenida Sete de Setembro, constata-se a informação: “PROPRIEDADE PARTICULAR - ENTRADA PROIBIDA - o desrespeito deste aviso tem como pena para o processo com base no art. 150 do código penal brasileiro dec. lei 2.848/40”. Tal placa se configura como uma ameaça aos agricultores familiares que, há anos, faziam uso deste espaço para suas atividades de comercialização, socialização e dinamização de suas vidas, tanto economicamente, quanto socialmente.

Ao dialogar com a perspectiva de Haesbaert (2012), pode-se concluir que o processo não termina na desterritorialização, pois os sujeitos, mesmo diante de deslocamentos forçados ou de processos de expropriação, continuam a produzir novas territorialidades. Assim, o que ocorre é uma reterritorialização em outros espaços e contextos, ainda que marcada por tensões, precariedades e relações de poder desiguais. Nesse sentido, o conceito de desterritorialização deve ser compreendido de maneira dialética, considerando simultaneamente os processos de perda e de recriação de vínculos territoriais.

O processo de reterritorialização da Feira da Agricultura Familiar, que passa a se denominar Feira da Nossa Terra, se insere em um novo ciclo organizativo e simbólico,

denominado “Sementes que renascem: Redenção”. Esse movimento é materializado na inauguração do Centro Comercial Nossa Terra, em Erechim (RS), no dia 30 de outubro de 2025. O empreendimento, concebido e financiado integralmente com recursos próprios da cooperativa, cerca de R\$ 4,8 milhões, conforme publicado em site oficial da Cooperativa Nossa Terra (2025b), representa não apenas um investimento em infraestrutura, mas também a consolidação de um projeto de fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária na região norte do Rio Grande do Sul.

O novo Centro Comercial passa a reunir, pela primeira vez em um mesmo espaço, três iniciativas estratégicas da cooperativa: o Supermercado Nossa Terra, a Agropecuária Nossa Terra e a Feira da Nossa Terra. Essa configuração traduz a busca pela integração de diferentes frentes de atuação, ampliando as possibilidades de comercialização, de geração de renda e de promoção do consumo consciente, ao mesmo tempo em que reafirma a centralidade do trabalho das famílias agricultoras associadas. (Cooperativa Nossa Terra, 2025b).

A mudança simboliza o fim do caráter provisório das atividades, que até então se encontravam alocadas no estacionamento do Seminário Nossa Senhora de Fátima, e inaugura no bairro São Cristóvão um novo marco para a história da Cooperativa Nossa Terra, em que a reterritorialização assume dimensões materiais e simbólicas, vinculadas à luta pela permanência e à ressignificação dos espaços de resistência da agricultura familiar. Todo o processo indica também o aprendizado, como afirma Piran (2001 p. 182):

É forçoso reconhecer o avanço da consciência política dos agricultores neste processo de embate permanente com o capital. Amadurecimento que os leva para além das lutas meramente reivindicatórias, uma vez que propõem e implementam alternativas concretas de organização e controle da produção. Amadurecimento que leva a superação gradativa do histórico individualismo, propondo, na prática, um novo projeto para si e para a sociedade. Agricultores mais solidários, cooperativos e quíça uma sociedade também mais solidária, cooperativa.

A Campanha “Nossa Terra Fica” sintetiza o amadurecimento político e organizativo dos sujeitos envolvidos, configurando-se como um movimento de resistência socioterritorial que ultrapassa a mera reivindicação de um espaço físico, afirmando o direito à vida digna, ao trabalho e ao território. Trata-se de uma resposta coletiva que reafirma o papel estratégico da agricultura familiar e do cooperativismo solidário frente ao avanço de lógicas privatistas e concentradoras, como o projeto de urbanização e mercantilização do espaço que substitui o antigo terreno do DAER.

Contudo, o despejo e as perdas materiais não encerram o processo, mas abrem caminho para uma nova fase de reterritorialização ativa, simbolizada pela criação da Feira da Nossa

Terra e pela inauguração do Centro Comercial Nossa Terra (Figura 33). Este novo espaço, além de reconstituir fisicamente o território da agricultura familiar, reafirma o protagonismo dos agricultores e agricultoras na construção de alternativas econômicas e sociais enraizadas na solidariedade, na cooperação e na sustentabilidade.

Figura 33 - Inauguração do novo Centro Comercial da Cooperativa Nossa Terra



Fonte: Cooperativa Nossa Terra (2025b).

A trajetória recente da Cooperativa Nossa Terra revela que, mesmo diante de processos de desterritorialização marcados pela perda de espaços físicos, embates institucionais e disputas simbólicas, o território permanece como lugar de resistência, reconstrução e esperança. A desocupação forçada do antigo espaço da feira e do supermercado, em 2025, simbolizou não apenas um momento de ruptura, mas também o início de um novo ciclo de reterritorialização, material e simbólica, no qual o cooperativismo solidário reafirma sua capacidade de recriar vínculos e reinventar formas de vida coletiva.

A inauguração do novo Centro Comercial Nossa Terra, apresenta um empreendimento concebido com o propósito de valorizar a agricultura familiar e fortalecer o consumo regional consciente, promovendo a conexão entre campo e cidade por meio de produtos frescos, agroecológicos e sustentáveis, em um espaço moderno e acessível.

Durante a cerimônia de abertura, marcada por forte simbolismo coletivo, o presidente da cooperativa, Adelmir Gaiardo, sintetizou em seu discurso o sentido dessa conquista, ao afirmar: “Essa conquista é de todos os nossos cooperados. O Centro Comercial é o reflexo da confiança mútua e da força coletiva que nos move há mais de vinte anos.”, como apresentado na matéria divulgada no site oficial da Cooperativa Nossa Terra (2025b).

Assim, o novo Centro Comercial se torna não apenas um espaço físico de comercialização, mas um território de reexistência, que expressa a continuidade histórica da luta da agricultura familiar e do cooperativismo solidário no Alto Uruguai. A Cooperativa Nossa Terra, ao reinventar-se com a feira, reafirma que a territorialidade é também um ato político e afetivo, um modo de permanecer, resistir e semear novos horizontes de vida coletiva.

CAPÍTULO 4 - A JUVENTUDE COOPERATIVISTA: A LUTA POR UM TERRITÓRIO DE RECONHECIMENTO A PARTIR DO PROJETO FEIRA JOVEM

O debate em torno da denominação “juventude cooperativista” é relativamente recente e está fortemente vinculado ao trabalho desenvolvido no âmbito do sistema de cooperativismo solidário, especialmente sob a articulação da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), em escala nacional. Nesse contexto, o termo refere-se a um segmento juvenil que se engaja, de forma direta ou indireta, nas práticas, valores e estruturas organizativas das cooperativas da agricultura familiar e da economia solidária. Trata-se, portanto, de uma juventude cuja identidade política e social vem sendo construída a partir da participação em espaços coletivos, processos formativos e iniciativas produtivas ancoradas em princípios como a autogestão, a cooperação e o desenvolvimento territorial sustentável.

A proposta do capítulo visa verificar as ações da juventude cooperativista em luta pelo seu território através do Projeto Feira Jovem em Erechim/RS. Para isso será dividido em 3 partes, onde a 1. Trata-se da identidade de uma juventude da agricultura familiar e especificamente cooperativista. 2. O Projeto Feira Jovem contendo o seu histórico e funcionamento e desenvolvendo os seguintes resultados: a. Elaboração de uma rede das entidades envolvidas: Cooperativa Nossa Terra, CAPA, Unicafes-RS agentes e instituições e universidades públicas; a fim de Expressar a complexidade de relações sociais entre atores diversos da agricultura familiar; b. Análise das Edições do Festival de Primavera realizados pelo projeto Feira Jovem, contendo os resultados das três edições de feiras jovem (2022, 2023, 2024); 3. Das ações de luta e organização da juventude, resumindo em uma Tabela-síntese analítica: Contendo um histórico de todos os passos realizados pela juventude dentro do projeto Feira Jovem, com a inserção de passos e propostas futuras.

4.1 A JUVENTUDE DO CAMPO E COOPERATIVISTA NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES

De acordo com Martins (2023), os estudos sobre juventude rural no Brasil são relativamente recentes e passaram a ganhar consistência a partir da segunda metade dos anos 1990. Esse período coincidiu com a redemocratização do país e foi caracterizado pela hegemonia de políticas neoliberais, as quais negligenciaram o desenvolvimento de políticas públicas voltadas aos agricultores familiares. Esse cenário contribuiu para a desvalorização da agricultura familiar e tornou a permanência dos jovens no campo pouco atrativa, favorecendo o processo de migração para os centros urbanos.

O movimento de migração da população rural para os centros urbanos decorre de múltiplos fatores, entre os quais se destacam o processo de desruralização analisado por Porto-Gonçalves (2016), bem como o impacto do período da ditadura militar no Brasil, que desvalorizou sistematicamente a agricultura familiar. Nesse contexto, pontua Martins (2023) consolidou-se uma percepção generalizada de que os jovens não tinham interesse em permanecer no campo nem em assumir a continuidade das atividades produtivas de suas famílias.

A lógica neoliberal imposta aos territórios afeta diretamente a juventude rural. Conforme Barcellos (2022), os conflitos socioambientais se configuram como espaços em que essas tensões se manifestam, especialmente com a expansão de monoculturas, hidrelétricas e mineração, sustentadas por discursos desenvolvimentistas. Esses discursos classificam regiões como “subdesenvolvidas” para justificar a exploração econômica, desconsiderando os contextos históricos, culturais e sociais das comunidades, incluindo os jovens do campo.

Tal conjuntura estimulou o início de debates promovidos por organizações sociais, sindicais e pastorais, que passaram a problematizar a questão da sucessão geracional no meio rural, entendida como o processo de transferência da gestão das propriedades familiares das gerações mais velhas para os/as jovens. Embora esses debates tenham desempenhado papel relevante ao longo do tempo, explica Martins (2023), foi somente a partir da ascensão de governos de esquerda, em 2003, que se observou um avanço expressivo na formulação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Essas políticas contribuíram para a melhoria das condições de vida no campo e, ao mesmo tempo, favoreceram a emergência da juventude rural como uma categoria política ativa. Esse novo cenário possibilitou a criação de espaços institucionais e organizativos específicos, como comissões, conselhos e coordenações voltadas à temática juvenil, tanto no âmbito dos movimentos sociais quanto nas estruturas governamentais. (Martins, 2023).

A decisão dos jovens de permanecerem no campo trata-se de uma complexidade grande pois envolve diferentes fatores de desenvolvimento nacional, como os econômicos, políticos e socioculturais, como explica Martins (2023) que incidem diretamente sobre a agricultura familiar e sobre as condições de vida no espaço rural. Tais elementos, portanto, desempenham um papel fundamental nas trajetórias e nas decisões da juventude rural quanto à permanência ou à migração para os centros urbanos.

A expansão do agronegócio, articulada à consolidação de uma lógica industrial no espaço rural, tem contribuído para o enfraquecimento da autonomia das populações vinculadas à agricultura familiar, configurando um importante vetor de desterritorialização. Tal processo

se insere na lógica mais ampla da globalização, que, ao mesmo tempo em que facilita o acesso à informação e intensifica as conexões em escala global, promove uma desconexão com as bases territoriais. (Haesbaert, 2012).

Diante desse cenário, torna-se evidente que ações voltadas ao fortalecimento da capacidade da construção de autonomias relativas aos sujeitos do campo são indispensáveis à permanência no meio rural. Tal necessidade é ainda mais evidente no caso das juventudes, cuja continuidade no campo depende, em grande medida, da existência de oportunidades que permitam seu desenvolvimento autônomo e protagonismo nas dinâmicas locais. (Martins, 2023).

Isso ressalta a importância do cooperativismo solidário e das iniciativas de organização em determinado território, pois configuram oportunidades de autonomia aos agricultores familiares. É fundamental que essas organizações estejam alinhadas com os princípios de uma vida digna no campo, pois, além de gerar oportunidades, devem fortalecer a permanência e o bem-viver, assim como salientou Barcellos (2022, p. 9), “o campo como um lugar de vida, e não como um simples local de negócios”.

Nesse sentido, ao se analisar a juventude rural em sua relação com as dinâmicas de permanência no campo, torna-se evidente que o cooperativismo solidário surge como um espaço estratégico de organização coletiva e de construção de alternativas socioeconômicas. Para além de garantir meios de inserção produtiva, o cooperativismo possibilita o exercício do protagonismo juvenil, estimulando práticas de gestão compartilhada, solidariedade e cooperação, em consonância com os valores culturais e modos de vida dos sujeitos do campo. Assim, o vínculo entre juventude rural e cooperativismo consolida-se como um caminho para fortalecer tanto a sustentabilidade econômica quanto a valorização social das novas gerações no campo.

A juventude cooperativista está intrinsecamente vinculada ao cooperativismo solidário e à agricultura familiar, configurando-se como um segmento social ativo na promoção do desenvolvimento sustentável em territórios rurais. Essa articulação tem sido promovida, em nível nacional, pela Unicafe, por meio de iniciativas que fortalecem a organização social e produtiva de jovens no meio rural.

Trata-se de uma juventude oriunda de diferentes contextos territoriais, que compartilha um compromisso coletivo com a permanência no campo e com práticas produtivas sustentáveis. A grande diferença é que a categoria de uma juventude cooperativista é mais ampla, além de sua vinculação ao trabalho agrícola, esses jovens se identificam com os princípios do cooperativismo, da solidariedade e da justiça social, participando ativamente de processos de

construção coletiva e de redes de economia solidária, que estão instaladas nas dinâmicas do meio rural, mas também urbano.

Nessa perspectiva, conforme destaca Simões e Gómez (2016), compreender a juventude como categoria social implica reconhecê-la como sujeito ativo na produção do espaço. Os jovens não apenas reproduzem as territorialidades herdadas, mas constroem e transformam seus territórios em meio a processos de aceitação, negação, conflitualidade e renovação. Assim, as juventudes cooperativistas também participam dos processos de desterritorialização e reterritorialização de suas práticas, identidades e modos de vida, interferindo de forma direta na configuração presente e nas perspectivas futuras, representam muito mais que uma faixa etária ou fase transitória.

Esse conceito de juventude cooperativista amplia a compreensão tradicional sobre a juventude rural ao incorporar dimensões identitárias, territoriais e políticas, contribuindo para uma reflexão crítica sobre os desafios e possibilidades de ressignificação da vida e do trabalho no meio rural. Tal abordagem evidencia a crescente relação entre campo e cidade e uma nova configuração das gerações explorando sua flexibilidade, como Shanin (2008, p. 25) coloca:

Outra importante característica a ser destacada a partir dos acontecimentos dos séculos XX e XXI é que as comunidades camponesas demonstram uma real habilidade para se ajustar a novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida. Em alguns lugares, há comunidades de camponeses que hoje vivem principalmente do turismo. Há lugares onde as comunidades camponesas ganham a vida com novos métodos de produção e, em outros, os camponeses ganham a vida por meio da combinação do trabalho camponês e do trabalho não-camponês.

Dessa forma, a noção de juventude cooperativista não apenas amplia os debates em torno da sucessão geracional no campo, mas também revela a capacidade das novas gerações de se reinventarem diante das transformações sociais, econômicas e culturais. A partir do cooperativismo solidário, os jovens encontram espaços de pertencimento, produção e reconhecimento político, reafirmando o campo como território de vida e de possibilidades, e não apenas de sobrevivência.

Ainda persiste no imaginário social a noção de que a permanência no meio rural seria consequência de uma suposta incapacidade de inserção nos contextos urbanos, geralmente vinculada ao insucesso escolar ou a uma pretensa inferioridade intelectual. Esse olhar estigmatizante também reforça a ideia de que a escolarização, de forma automática, conduziria os jovens ao abandono do campo em direção às cidades. A superação desse tipo de concepção preconceituosa exige uma atuação crítica e articulada tanto por parte dos movimentos sociais quanto do meio acadêmico. (Martins, 2023).

Entretanto, evidências empíricas apontam em sentido contrário: dados do relatório de pesquisa realizado em 2017 no âmbito do III Festival da Juventude da CONTAG, com jovens agricultores de todas as regiões do país, revelam que aqueles com maior nível de escolaridade foram justamente os que mais manifestaram o desejo de permanecer no campo (IPEA, 2017). Esse resultado ressalta a relevância da educação não como fator de evasão, mas como elemento de fortalecimento da identidade rural e da permanência digna no território. (Martins, 2023).

Assim, compreende-se que a juventude, ao se articular coletivamente, contribui para a construção de novas territorialidades e para a consolidação de alternativas sustentáveis que reforçam a autonomia e a dignidade das comunidades do campo. Essa configuração é uma importante resposta às complexidades de decisão sobre a permanência no campo ou migração para o urbano, pois evidencia a possibilidade de viver entre o “trabalho camponês e do trabalho não-camponês” como coloca Shanin (2008, p.25).

4.2 A CONSTRUÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO PROJETO FEIRA JOVEM E O PROTAGONISMO DA JUVENTUDE COOPERATIVISTA

A emergência do Projeto Feira Jovem deve ser compreendida no marco das disputas territoriais e da construção socioterritorial dos mercados, constituindo-se como uma experiência concreta de resistência e reorganização social da juventude no campo. Sua origem está vinculada ao Programa de Educação em Cooperativismo Solidário para Juventude (PECSOL Jovem), turma de 2021, promovido pela Secretaria de Juventude da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), com apoio da organização internacional Trias Brasil e do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília (Cegafi/UnB). O programa, ao longo de sua trajetória, vem desenvolvendo metodologias voltadas à formação de jovens para o fortalecimento do cooperativismo e para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas que afetam os territórios rurais. (Unicafes, 2022).

A proposta formativa de 2021 desafiou os(as) participantes a elaborar Projetos de Vida Jovem que fossem coletivos, aplicados e coerentes com as realidades de suas cooperativas de origem. É nesse contexto que, a partir da participação da juventude da Cooperativa Nossa Terra, foi concebido o Projeto Feira Jovem. Seu objetivo central é criar um espaço de comercialização e sociabilidade que fortaleça o protagonismo juvenil em três dimensões: (i) como expositores(as) e feirantes, responsáveis por apresentar e comercializar seus próprios produtos;

(ii) como consumidores(as), valorizando e dinamizando a economia local; e (iii) como gestores(as), assumindo a coordenação e a condução do evento.

Após a concepção do projeto, foi iniciada uma articulação interinstitucional que viabilizou a execução de ações práticas. Destaca-se, nesse processo, a criação do Grupo de Jovens Gestores, responsável pela gestão participativa das atividades. Esse grupo se consolidou durante o evento “Feira para Todxs”, cuja temática central foi Gestão Democrática e Justiça de Gênero, que possibilitou ampliar a diversidade de sujeitos envolvidos, criando um ambiente de acolhimento, escuta ativa e articulação política.

O Festival de Primavera, evento central do projeto (Figura 34), busca ressignificar a experiência tradicional das feiras urbanas, transformando-as em espaços de convivência, troca de saberes e valorização cultural. Para além da simples comercialização de produtos, o evento propõe um ambiente de permanência, no qual consumidores(as) e feirantes socializam, assistem a apresentações musicais e participam de atividades formativas. Essa proposta dialoga com a perspectiva da construção socioterritorial de mercados, na medida em que promove novos arranjos entre produção, circulação e consumo, favorecendo a autonomia econômica de jovens e mulheres e fortalecendo o tecido comunitário.

Figura 34 – Logomarca do projeto Feira Jovem evento Festival de Primavera



Fonte: Cooperativa Nossa Terra (2023b).

A estrutura organizativa do projeto é horizontal e coletiva (Figura 35), composta majoritariamente por jovens e mulheres cooperativistas, agricultores(as) agroecologistas, técnicos(as) assessores(as) e representantes de instituições de ensino e do poder público. A

gestão é setorializada em áreas estratégicas, como Gestão e Planejamento, Comunicação, Agroecológico, Alimentos e Bebidas, Pedagógico, Cultural e Artesanato, o que favorece a corresponsabilização e a participação democrática.

Figura 35 – Esquema organizativo do projeto feira jovem por setor de atuação



Fonte: Projeto Feira Jovem (Arquivo interno). Org.: autora (2025).

O setor Agroecológico, articulado ao setor Pedagógico, é responsável pela organização da Caixa Agroecológica, uma estratégia de pré-venda que garante o escoamento da produção, promove o consumo de alimentos saudáveis e amplia a conexão entre a feira e a comunidade. Essas ações são complementadas por atividades formativas em escolas, nas quais os(as) estudantes têm contato com temas como consumo consciente, origem dos alimentos e importância da produção agroecológica, reforçando o caráter educativo do projeto.

No campo dos resultados, destaca-se que o Projeto Feira Jovem transcende a realização de eventos pontuais, constituindo-se como um processo contínuo de fortalecimento do protagonismo juvenil. A formação do Grupo de Jovens Gestores e a realização da primeira edição do Festival de Primavera, em outubro de 2022 (Figura 35) mobilizaram mais de 30 feirantes, dos quais 80% eram mulheres e 65% jovens com menos de 30 anos, evidenciando o êxito da iniciativa na promoção de um espaço plural e inclusivo. Ao reunir agricultores(as),

artesãos(ãs), indígenas, padeiros(as), confeitores(as) e artistas locais, o projeto reforça sua dimensão política, cultural e econômica, contribuindo para a reorganização territorial e para a consolidação de mercados justos e solidários. (Cooperativa Nossa Terra, 2022).

A análise comparativa das três edições do Festival de Primavera (2022, 2023 e 2024) (Figuras 36, 37 e 38) permite observar tendências relevantes quanto à participação dos sujeitos sociais envolvidos, à composição das bancas de exposição e à integração com a dimensão cultural e científica. Os dados organizados (Quadro 5) evidenciam não apenas a evolução quantitativa do evento, como também a sua consolidação enquanto espaço de protagonismo juvenil, valorização da produção agroecológica e promoção de circuitos curtos de comercialização.

Nota-se que, ao longo das edições, o número de bancas e a diversidade de produtos apresentados passaram por variações, refletindo tanto os desafios logísticos e institucionais enfrentados pela organização quanto o fortalecimento de determinados setores, como o artesanato e as atividades artísticas. Além disso, os indicadores relativos à participação de mulheres e jovens destacam o papel central desses grupos na condução das feiras, ao mesmo tempo em que revelam oscilações que merecem atenção no planejamento de ações futuras.

O quadro a seguir sintetiza esses elementos, oferecendo um panorama que possibilita compreender de forma mais ampla os impactos sociais, econômicos e culturais gerados pelo projeto ao longo do período analisado.

Quadro 5 - Comparativo das Edições do Projeto Feira Jovem (2022–2024)

Indicadores	2022 / 1º edição	2023 / 2º edição	2024 / 3º edição
Participação de Mulheres (%)	80%	65%	75%
Participação de Jovens (%)	65%	60%	59%
Total de Bancas de Exposição	30	24	35
Produtos Orgânicos/Agroecológicos	6 (15,0%)	5 (19,2%)	5 (13,9%)
Artesanatos Diversos	13 (32,5%)	8 (30,8%)	14 (39,8%)

Alimentos (panificados, confeitaria, massas...)	9 (22,5%)	6 (23,1%)	5 (13,9%)
Bebidas (sucos integrais, chopp artesanal)	4 (10,0%)	3 (11,5%)	2 (5,6%)
Participação Artística (Artistas Locais)	5 (12,5%)	3 (11,5%)	7 (19,4%)
Mostras Científicas (Instituições de Ensino)	3 (7,5%)	1 (3,8%)	3 (8,3%)

Fonte: Projeto Feira Jovem (Arquivo Interno). Org.: autora (2025).

A leitura comparativa dos dados evidencia que o Projeto Feira Jovem tem cumprido um papel estratégico na dinamização socioeconômica e cultural do território, ao mesmo tempo em que promove espaços de visibilidade e protagonismo para mulheres e jovens. A manutenção de uma participação feminina majoritária, mesmo com oscilações entre as edições, reforça o caráter inclusivo da iniciativa e sinaliza a relevância da feira como instrumento de fortalecimento do papel das mulheres na agricultura familiar e na economia solidária. Do mesmo modo, a expressiva participação juvenil reafirma a função pedagógica e formativa do projeto, que vai além da comercialização de produtos, criando oportunidades de aprendizado coletivo e gestão democrática.

Observa-se ainda que a presença de bancas de produtos agroecológicos e de mostras científicas, embora proporcionalmente minoritária, mantém-se constante e desempenha papel fundamental na ressignificação dos circuitos de produção e consumo, articulando saberes tradicionais, inovação e sustentabilidade. A ampliação das apresentações artísticas ao longo das edições contribui para transformar a feira em um espaço de encontro e de construção de identidades culturais, superando a visão utilitarista de mercado e afirmando-a como território de trocas simbólicas e afetivas. Assim, os resultados apontam para a consolidação da Feira Jovem como experiência de resistência e de reorganização socioterritorial frente aos desafios impostos pelo modelo hegemônico do agronegócio, fortalecendo alternativas de desenvolvimento baseadas na cooperação, na diversidade e na justiça social.

Dessa forma, compreende-se que a trajetória do Projeto Feira Jovem expressa um processo contínuo de construção coletiva, protagonizado pela juventude cooperativista, cuja atuação tem consolidado novas formas de inserção sociopolítica e produtiva nos territórios rurais e urbanos. Para aprofundar essa análise, a próxima seção apresenta uma Tabela-Síntese Analítica, que sistematiza o histórico das ações desenvolvidas no âmbito do projeto,

evidenciando seus principais marcos, atividades realizadas, objetivos alcançados e perspectivas de continuidade, com destaque para as etapas futuras e propostas em desenvolvimento.

Figura 36 - Composição Fotográfica da Primeira Edição do Festival Primavera (2022)



Fonte: Cooperativa Nossa Terra (2022)

Figura 37 – Composição Fotográfica da Segunda edição do Festival Primavera em 2023 (caixa agroecológica e grupo de jovens gestores com direção da Cooperativa)



Fonte: Cooperativa Nossa Terra (2023d).

Figura 38 – Composição Fotográfica da Terceira edição do Festival Primavera em 2024 (entrega da caixa agroecológica à Cresol, público participante da feira e grupo de jovens gestores com direção da Cooperativa)



Fonte: Cooperativa Nossa Terra (2024c).

4.3 AS AÇÕES E EXPRESSÕES DE UM MOVIMENTO DE LUTA E RESISTÊNCIA

A sistematização do processo de construção do Projeto Feira Jovem apresentada a seguir busca evidenciar as expressões de um movimento de luta e de frentes propositivas de resistência, que emergem da agricultura familiar e da juventude cooperativista em sua busca por construir autonomias relativas ao capital. Ao narrar esse percurso, não se trata apenas de descrever eventos, mas de reconhecer que cada etapa foi marcada por tensionamentos, negociações e proposições que visam fortalecer formas de organização coletiva, democratizar os espaços de decisão e ressignificar o papel da juventude no cooperativismo.

Essa síntese também materializa a própria metodologia adotada nesta pesquisa, fundamentada na pesquisa-ação participante. A autora esteve presente em todo o processo, desde as primeiras reuniões de formação e diagnóstico, passando pelo planejamento e articulação política, até a realização das três edições do Festival de Primavera, atuando de forma implicada, construindo conjuntamente com os sujeitos envolvidos e registrando as aprendizagens coletivas.

O quadro a seguir (Quadro 6) organiza essas etapas em fases, destacando os períodos, as ações desenvolvidas, os resultados alcançados e os atores sociais implicados, oferecendo ao leitor uma visão integrada do processo e evidenciando como o projeto se constituiu como espaço de formação política, protagonismo juvenil e resistência no território.

Quadro 6 - Resumo das Iniciativas Organizadas Pela Juventude

Fase	Período	Principais Ações	Resultados/Produtos	Atores Envolvidos
1. Formação e Diagnóstico	Jul/2021 Jan/2022	Formação de jovens dentro do Programa de Educação em Cooperativismo; Reuniões internas de alinhamento com cooperativa e parceiros; Encontros sobre gestão democrática e justiça de gênero; Sensibilização de feirantes e mobilização juvenil.	Elaboração do Projeto de Vida Jovem, origem do Projeto Feira Jovem; Criação do Grupo de Jovens Gestores; Engajamento dos feirantes para ressignificação do espaço de feira.	Cooperativa Nossa Terra; CAPA; Unicafes-RS; Grupo de jovens gestores; Feirantes; Unicafes Brasil, TRIAS e UnB pelo PECSOL jovem; FLD; Lideranças regionais.
2. Planejamento e Organização Coletiva	2022	Planejamento do grupo gestor, reuniões online e presenciais; Articulação com às instituições de ensino; Inscrição de jovens, mulheres e artistas; Elaboração de materiais de comunicação.	Calendário de atividades definido; Parcerias com instituições de ensino; Fortalecimento do protagonismo juvenil.	Cooperativa Nossa Terra; CAPA; Unicafes-RS; Grupo de jovens gestores; Escolas e instituições de ensino locais.

3. Articulação Política e Incidência	Jul/2022 Jul/2023	Entrega de projeto de revitalização da feira ao legislativo; Reuniões de articulação com entidades de agroecologia; Produção de mapas, construção de carta da juventude e participação em seminários.	Reconhecimento institucional do projeto; Inclusão das demandas da juventude em agendas regionais; Maior inserção nas redes agroecológicas.	Cooperativa Nossa Terra; CAPA; Unicafes-RS; Grupo de jovens gestores; NAAU (Núcleo de Agroecologia do Alto Uruguai); Lideranças regionais.
4. Implementação e Primeiras Edições	Out/2022 e 2024	Realização do 1º Festival de Primavera em 2022, 2ª e 3ª edições em 2023 e 2024; Formação com os jovens envolvidos, em todos os setores do evento Festival de Primavera; Articulação nas instituições de ensino local; Elaboração e envio de projetos a financiadores.	Consolidação da Feira Jovem como espaço de visibilidade e comercialização; Ampliação da participação de jovens e mulheres; Captação de recursos para continuidade do projeto. Eleição de um vereador feirante no município de Erechim; Eleição da coordenação estadual da juventude Unicafes-RS; Eleição e inclusão na diretoria da Unicafes-RS;	Cooperativa Nossa Terra; CAPA; Unicafes-RS; Grupo de jovens gestores; Feirantes; Escolas e instituições de ensino locais.
5. Expansão e Sistematização	2025	Aprovação do projeto pelo Fundo Casa Socioambiental; Encontros de planejamento; Execução de atividades como Semana do Alimento Orgânico, oficinas e seminários regionais; Participação em eventos nacionais.	Planejamento de novas feiras no interior; Fortalecimento da articulação interinstitucional; Inserção de membros do grupo de jovens gestores na equipe de trabalho da Unicafes-RS e CAPA Erechim; Produção de documentação para difusão de aprendizados.	Cooperativa Nossa Terra; CAPA; Unicafes-RS; Grupo de jovens gestores; Associação São Domingos; Coopervita; Rede Ecovida; Fundo Casa Socioambiental.

6. Sonhos e passos futuros;	2026 além	Construção de novas feiras e festivais em outros municípios, inclusive no meio rural; Intercâmbios de formação entre jovens e outras organizações lideradas por juventudes; Construção de formatos de venda dos produtos das juventudes contínua e permanente; Elaboração de novos produtos e serviços da sociobiodiversidade, produzidos por jovens e mulheres; Constituição de uma nova cooperativa ou associação para prestação de serviços dessa equipe multidisciplinar que é o grupo de jovens;	Fortalecimento do Grupo de Jovens Gestores; Expansão para outras cidades e cooperativas; Promoção de renda e vida digna para as juventudes envolvidas; Ressignificação dos espaços de feiras; Reconectar as raízes e identidades com o território; Avançar dentro das entidades, na construção de novos espaços para a inclusão de mais jovens e mulheres; Promover a conexão entre as práticas e as pesquisas acadêmicas, possibilitando que os estudos sejam também ferramentas de aproximação com as entidades e territórios;	Cooperativa Nossa Terra; CAPA; Unicafes-RS; Grupo de jovens gestores; Associação São Domingos; Coopervita; Rede Ecovida;
-----------------------------	--------------	--	---	---

Fonte: Projeto Feira Jovem (2025). Org.: autora (2025).

A síntese apresentada no Quadro 6 evidencia que o Projeto Feira Jovem não foi apenas uma sucessão de eventos, mas um processo político-pedagógico de construção coletiva. As ações desenvolvidas ao longo de cada fase revelam um movimento que combina formação, articulação política, planejamento estratégico e implementação prática, tendo como eixo estruturante o protagonismo da juventude e o fortalecimento da agricultura familiar.

Observa-se que o projeto contribuiu para a ampliação da autonomia relativa ao capital, ao criar espaços de comercialização que valorizam a produção agroecológica, democratizam o acesso aos mercados e reforçam o sentido de pertencimento dos jovens ao território. A participação de diferentes atores sociais, cooperativas, instituições de ensino, entidades de apoio e lideranças locais, foi fundamental para legitimar as ações e garantir que os resultados alcançados tenham caráter coletivo e sustentável.

Do ponto de vista metodológico, o percurso reafirma a potência da pesquisa-ação participante, pois a presença da autora em todas as etapas possibilitou não apenas a observação, mas também a intervenção transformadora no processo. A sistematização aqui apresentada materializa esse duplo papel, articulando a experiência empírica e a análise acadêmica, e

oferece subsídios para que futuras iniciativas possam se inspirar no aprendizado construído de forma colaborativa.

Um dos elementos importantes de se destacar através do resumo exposto no Quadro 6, é o desenvolvimento de lideranças através desse processo, observa-se a menção em eleições na câmara legislativa municipal, na direção e coordenação das entidades estaduais, na participação do núcleo que envolve diversas entidades a nível regional, na própria composição de equipes de trabalho dentro das instituições e atores sociais envolvidos. Isso representa um avanço significativo dessa composição trabalhada pelo Grupo de Jovens Gestores, colocando estes como sujeitos protagonistas, mostrando um resultado concreto.

Portanto, conclui-se que as feiras se configuram como espaços centrais de troca e sociabilidade nas cidades, desempenhando papel fundamental na constituição da vida urbana. Mais do que locais de comercialização de produtos, as feiras sempre simbolizaram a circulação de relações sociais, saberes, culturas e experiências, constituindo-se como espaços de convivência e interação entre diferentes sujeitos e modos de vida. No entanto, observa-se que, em diversas localidades, especialmente no contexto estudado, as feiras urbanas vêm apresentando sinais de estagnação e envelhecimento, tanto em sua dinâmica quanto em sua composição social, revelando a necessidade de repensar suas práticas e seus formatos à luz das transformações contemporâneas.

No caso específico de Erechim (RS), as feiras de comercialização de alimentos apresentam limitações estruturais e organizacionais que dificultam a criação de um ambiente atrativo e acolhedor para o público consumidor. Frequentemente localizadas em espaços improvisados, sem infraestrutura adequada para permanência, descanso ou interação, essas feiras acabam sendo percebidas mais como locais de passagem do que de encontro. Embora a feira, por sua natureza, já constitua um espaço de sociabilidade, pois aproxima produtores e consumidores em relações diretas de confiança e diálogo, a efetivação plena dessa sociabilidade requer condições que extrapolam a simples transação econômica, incluindo a oferta de espaços de convivência, alimentação no local e oportunidades de trocas culturais e afetivas.

A reduzida presença da juventude nas feiras, como discutido em seções anteriores, não decorre de um desinteresse por práticas de consumo consciente ou por alimentos saudáveis, mas do fato de que essas feiras, em sua forma tradicional, não foram concebidas para acolher esse público, nem enquanto consumidores, nem enquanto sujeitos protagonistas de sua organização e trabalho.

É nesse contexto que emerge o Projeto Feira Jovem, concebido como uma proposta de renovação simbólica e prática do espaço da feira, a partir da ação coletiva de jovens. O projeto

busca ressignificar o papel da juventude no cooperativismo e na agricultura familiar, promovendo sua inserção ativa nos espaços de decisão, na produção agroecológica e na comercialização para geração de renda.

Parte-se do entendimento de que a feira constitui um espaço privilegiado de mediação entre práticas produtivas, relações comunitárias e processos educativos, capazes de fomentar a inserção crítica e propositiva de jovens em dinâmicas sociopolíticas. Acredita-se que sua vivência nesse espaço contribui não apenas para o fortalecimento de identidades rurais e comunitárias, mas também para a construção de capacidades organizativas, autonomia e consciência política.

Esse espaço privilegiado de trocas que a feira representa, é mencionada no capítulo 3 com o desenvolvimento do histórico da Cooperativa Nossa Terra, onde serviu como elemento central na organização da agricultura familiar e dos sujeitos envolvidos a tal ponto que formou personalidade jurídica e diversas dinâmicas de comercialização, intercooperação e produção.

Esse histórico serve como exemplo ao Projeto Feira Jovem que é em vista disso uma ferramenta de organização coletiva e de formação político-pedagógica, operando como um ambiente formativo que articula saberes tradicionais, práticas agroecológicas, cooperação e participação social. Essa perspectiva se ancora na pedagogia da prática, onde o cotidiano das relações de produção, comercialização e convivência se transforma em território formativo.

Essa compreensão é reafirmada pela Perspectiva Orientada aos Atores (POA), especialmente a partir das contribuições de Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg. A POA, o ator social é compreendido como um sujeito ativo, capaz de interpretar contextos, mobilizar estratégias, reelaborar práticas e produzir sentido nas interações sociais. Essa abordagem reconhece que cada indivíduo filtra informações e orientações institucionais a partir de seus próprios conhecimentos, interesses, identidades, expectativas e trajetórias de vida. (Gonzáles; Pereira; Solgio, 2015).

No contexto da Feira Jovem, essa dinâmica se torna evidente. Os(as) jovens não apenas ocupam o espaço da feira: eles organizam, negociam, reinterpretem e reconfiguram o evento de acordo com seus modos de agir e compreender o território. O planejamento coletivo, a construção das bancas, a seleção de produtos, a criação de estratégias de divulgação, a definição de regras de convivência e até as adaptações logísticas expressam essa agência juvenil. A feira torna-se, assim, um território continuamente recriado, onde os jovens exercem protagonismo real e constroem soluções criativas para os desafios da produção, da comercialização e da sociabilidade.

Com mais de quatro anos de atuação, o Feira Jovem tem se consolidado como um movimento de experimentação social e política, que articula o protagonismo juvenil, a valorização dos trabalhos artesanais, em especial das mulheres, a educação para o consumo consciente por meio de ações em escolas locais e a criação de um espaço popular que une diversidade, cultura e sustentabilidade. Dessa forma, o projeto reafirma a feira como um território vivo de trocas e sociabilidades, capaz de articular práticas econômicas, culturais e políticas em torno de um novo horizonte para o cooperativismo solidário e para as juventudes do campo e da cidade.

Outro aspecto fundamental a ser evidenciado refere-se à capacidade de articulação e protagonismo do Grupo de Jovens da Feira Jovem, que se consolida como um coletivo de atores sociais de impacto regional, assumindo papel central na reconfiguração das dinâmicas territoriais e organizativas da agricultura familiar. Essa juventude demonstra maturidade política e estratégica ao planejar ações de expansão, formação e inovação, projetando novas feiras e festivais em outros municípios, inclusive no meio rural, além de promover intercâmbios formativos entre jovens e organizações parceiras. (Cooperativa Nossa Terra, 2025c)

Entre as projeções delineadas pelo grupo, estão a estruturação de canais permanentes de comercialização de produtos das juventudes, a elaboração de novos produtos e serviços da sociobiodiversidade, especialmente protagonizados por jovens e mulheres, e a constituição de uma nova cooperativa ou associação voltada à prestação de serviços de caráter multidisciplinar.

Essas iniciativas apontam para um novo ciclo de reterritorialização da juventude cooperativista, pautado na autonomia econômica, na geração de renda digna e na ampliação da participação política, reafirmando a juventude como força motriz de inovação e continuidade no cooperativismo solidário. Em consonância com Simões e Gómez (2016), esse processo evidencia que os jovens não apenas ocupam espaços previamente existentes, mas produzem territorialidades na inter-relação campo-cidade, ressignificando as feiras como espaços de convivência, cultura e construção coletiva de saberes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa evidencia que o cooperativismo solidário constitui não apenas uma estratégia econômica, mas sobretudo um projeto político de sociedade, orientado pela solidariedade, pela autogestão e pela sustentabilidade. Sua prática cotidiana desafia as lógicas de concentração fundiária, mercantilização da vida e financeirização da produção impostas pelo capitalismo agrário e urbano, propondo caminhos alternativos para a reprodução social e para a reorganização territorial das agriculturas de base familiar. Ao promover formas coletivas de trabalho e de comercialização, o cooperativismo solidário reafirma a centralidade da cooperação, articulando resistências locais a processos estruturais de expropriação e desterritorialização.

Diante do problema de pesquisa: Quais são os elementos que desencadeiam tentativas de desmantelamento das instituições cooperativas da agricultura familiar e de sua desterritorialização, e de que forma essas instituições vêm adotando estratégias de luta e resistência para sua manutenção frente ao modelo hegemônico vigente?, os resultados obtidos demonstram que as tentativas de desmonte dessas instituições não se restringem a disputas materiais ou econômicas, mas envolvem também dimensões simbólicas, políticas e institucionais. Fernandes (2013), reafirma a compreensão de um território permanentemente em disputa, e ao mesmo tempo, a resistência cooperativista emerge como um processo dinâmico capaz de se organizar e reorganizar em prol da coletividade.

O primeiro objetivo específico, que buscou compreender a disputa territorial e política entre o agronegócio e a agricultura familiar no Brasil, evidenciou que a territorialização do capital no campo brasileiro tem aprofundado desigualdades e concentrado o controle sobre os meios de produção e os territórios. No entanto, a emergência do cooperativismo solidário, articulado às redes da agricultura familiar, tem se mostrado uma resposta organizada e politicamente consciente a esse processo. Essa forma de organização não apenas viabiliza a produção e a comercialização de alimentos, mas também resgata valores comunitários e práticas sustentáveis que confrontam a lógica do agronegócio e reafirmam o território como espaço de vida e de pertencimento. Não significa que não tem aspectos de dificuldade ou melhorias necessárias dentro da organização do cooperativismo solidário ou da agricultura familiar, mas de reconhecer o papel importante que exercem na sociedade.

O segundo objetivo específico, voltado a analisar as dinâmicas territoriais da Cooperativa Nossa Terra, revelou a complexidade das estratégias de resistência e afirmação da agricultura familiar no Alto Uruguai. A trajetória da cooperativa, marcada por processos de

territorialização, desterritorialização e reterritorialização, mostra que a luta pela permanência no território é também uma luta pela dignidade e pela autonomia. Mesmo diante de conflitos institucionais e da perda do espaço físico que abrigava sua feira e supermercado, a cooperativa soube se reorganizar, mobilizar sua base e reconstruir um novo território de pertencimento, materializado na criação do Centro Comercial Nossa Terra em 2025. Esse movimento simboliza não apenas a re-existência, nos termos de Porto-Gonçalves (2016), mas também a capacidade de reconstruir coletivamente os laços entre campo e cidade, entre produção e sociabilidade. Envolvem a partir de agora novos desafios e conflitos, que não deixam de existir ou de ser atacados pelo modelo hegemônico.

O terceiro objetivo específico, que consistiu em examinar a experiência do Projeto Feira Jovem, revelou o papel central das juventudes cooperativistas na renovação das práticas e dos sentidos do cooperativismo solidário. O projeto consolidou-se como um espaço de formação política, de experimentação econômica e de ampliação das territorialidades juvenis, articulando feiras, cultura, ações educativas e redes de colaboração. A atuação dos jovens demonstra uma capacidade de articulação social e institucional cada vez mais expressiva, com desdobramentos em projetos futuros, como a criação de novas feiras e cooperativas, a elaboração de produtos da sociobiodiversidade e a constituição de uma rede de juventudes no campo e na cidade.

Assim, esta dissertação confirma que o cooperativismo solidário, ao articular economia, política e território, reafirma-se como uma estratégia de resistência e recriação social diante das ofensivas do capital. A Cooperativa Nossa Terra e o Projeto Feira Jovem demonstram que os territórios não desaparecem com a desterritorialização, mas se transformam e se reinventam, fortalecendo novas formas de organização coletiva.

Em síntese, a pesquisa revela que, no contexto do Alto Uruguai e do Rio Grande do Sul, reterritorializar é resistir e reexistir. A feira, o centro comercial e a juventude cooperativista materializam a continuidade de um projeto de futuro enraizado na solidariedade e na vida em comum, um horizonte possível diante das crises econômicas, ambientais e sociais que atravessam o presente.

Assim, as disputas territoriais analisadas não devem ser compreendidas apenas como conflitos espaciais, mas como expressões materiais e simbólicas da luta por autonomia, reconhecimento e permanência dos sujeitos do campo. A Cooperativa Nossa Terra e o Projeto Feira Jovem demonstram que, mesmo diante das adversidades, os agricultores e agricultoras familiares seguem construindo, com criatividade e resistência, novas territorialidades e redes

de solidariedade estratégica que apontam para um horizonte de transformação social e ambiental.

O caso da Cooperativa Nossa Terra evidencia que a feira se constitui não apenas como um espaço de comercialização, mas como uma ferramenta de organização social da agricultura familiar, capaz de articular dimensões econômicas, políticas e culturais em torno de um mesmo território. A experiência demonstra que as feiras operam como núcleos de construção de vínculos comunitários, de fortalecimento identitário e de ampliação da autonomia produtiva das famílias agricultoras.

Nesse contexto, a atuação do grupo de jovens cooperativistas revela-se particularmente significativa, pois expressa a continuidade e a renovação desse processo organizativo. Sua inserção nas dinâmicas da feira e nas ações da cooperativa confirma que estão trilhando o caminho de movimentos sociais mais amplos, comprometidos com a defesa do território, com a economia solidária e com a construção de novas formas de vida e trabalho no campo e na cidade. É uma organização que assim como a Cooperativa Nossa Terra, compreendem a feira como ferramenta de formação político pedagógica.

Um aspecto relevante a ser destacado nas considerações finais diz respeito ao modo como o Projeto Feira Jovem desencadeou um processo de multiplicação de ideias e propósitos para o espaço da feira, culminando na materialização dessas proposições no novo Centro Comercial da Cooperativa Nossa Terra, inaugurado em outubro de 2025. O novo espaço foi concebido de forma a integrar ambientes de convivência, bancas voltadas à preparação e consumo de alimentos no local, como sucos naturais, promovendo maior interação entre feirantes e consumidores.

Esses avanços, ainda que aparentemente simples, representam transformações significativas na dinâmica socioterritorial da feira, reafirmando seu papel enquanto espaço de sociabilidade, encontro e pertencimento. O fato de essa pauta emergir a partir da juventude cooperativista, por meio do grupo de jovens do projeto, revela a potência política e simbólica dessa geração na ressignificação e revitalização dos espaços da agricultura familiar.

Nesse sentido, dialoga-se com a perspectiva de Simões e Gómez (2016, p. 86), que compreende as juventudes como “sujeitos estratégicos de intervenção no território”, não apenas “como agentes viventes, produtores e transformadores do espaço no futuro, mas alguém que intervém no aqui e no agora”.

Entretanto, é fundamental reconhecer que esse protagonismo não emerge de maneira espontânea. Ele se constitui a partir de tensionamentos permanentes, dos embates e negociações que atravessam a posição da juventude enquanto ator político nos territórios. A construção desse

espaço só é possível porque jovens reivindicam seu lugar, disputam narrativas, enfrentam estruturas hierárquicas e participam ativamente das transformações socioterritoriais. Sem essa disputa, não há reconhecimento, não há espaço e não há futuro possível para a permanência juvenil no campo.

Além disso, a experiência analisada permite afirmar que a juventude cooperativista vem contribuindo para a constituição do que Moreira e Targino (2007) denomina “territórios de esperança”: espaços sociopolíticos produzidos pela ação coletiva, onde se projetam futuros possíveis baseados em justiça social, solidariedade e permanência digna no campo. Entre os elementos constitutivos desses territórios, os autores destacam a valorização das mulheres e dos jovens no trabalho rural, aspecto plenamente observado no contexto da Cooperativa Nossa Terra e do Projeto Feira Jovem, em que a participação crescente desses sujeitos vem fortalecendo novas lideranças e formas de organização social. Nessa direção, as feiras compreendidas pelos autores, Moreira e Targino (2007), como espaços educativos, solidários e de construção participativa de mercados justos constituem um dos caminhos centrais para a consolidação desses territórios.

Por fim, reafirma-se que o estudo das agriculturas de base familiar e do cooperativismo solidário requer uma abordagem sensível à complexidade e à multiescalaridade das relações sociais e espaciais que os constituem. A trajetória analisada ao longo desta dissertação revela que as experiências locais, quando articuladas em rede e sustentadas por valores éticos e políticos de cooperação, têm potencial de influenciar estruturas mais amplas e inspirar novos paradigmas de desenvolvimento, baseados não na lógica da competição, mas na construção coletiva e solidária de horizontes futuros possíveis.

REFERÊNCIAS

- BARCELLOS, Sergio Botton. Juventude rural e as vivências com os conflitos socioambientais em seus territórios. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 46., 2022, Campinas. **Anais do Encontro**. João Pessoa: UFPB, 2022. p. 1-23. Disponível em: <<https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666/VisualizadorPdf?codigoArquivo=1154&tipoMidia=0>>. Acesso em: 15 set. 2025.
- BITAR, Nina Pinheiro. Patrimônios culturais e imaginários urbanos: apropriações do espaço público pelos mercados no Rio de Janeiro. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 15, p. 1-18, dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.4000/pontourbe.2560>.
- BLOG DO MESTRE CHASSOT. **16 – Uma foice longe da terra**. Porto Alegre, 16 out. 2010. Disponível em: <<http://mestrechassot.blogspot.com/2010/10/16-uma-foice-longe-da-terra.html>>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- BRASIL DE FATO. **Feira do Produtor do DAER sofre desocupação do espaço onde atuava há mais de 25 anos em Erechim**. Erechim, 27 jan. 2025. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2025/01/27/feira-do-produtor-do-daer-sofre-desocupacao-do-espaco-onde-atuava-ha-mais-de-25-anos-em-erechim/>>. Acesso em: 20 set. 2025.
- BRASIL. **Lei n. 12.512**, de 14 de outubro de 2011. Converte a Medida Provisória n. 535, de 2011; institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis n. 10.696/2003, 10.836/2004 e 11.326/2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 out. 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112512.htm>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. La "era urbana" en debate. **Eure**, Santiago v. 42, n. 127, p. 307-339, set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.4067/S0250-71612016000300013>
- CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica. Insurgência, espaço público e direito à cidade. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**, [S.l.], v. 13, n. 22, p. 119-135, set./dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5418/ra2017.1322.0005>
- CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL. **Economia popular solidária**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2002. 159 p.
- COOPERATIVA NOSSA TERRA. **3ª Edição da Feira Jovem destaca protagonismo de jovens empreendedores**. Paulo Bento, 22 out. 2024c. Disponível em: <<https://coopnossaterra.com.br/3a-edicao-da-feira-jovem-destaca-protagonismo-de-jovens-empreendedores/>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

COOPERATIVA NOSSA TERRA. **A segunda edição da Feira Jovem foi um sucesso notável!** Paulo Bento, 14 nov. 2023d. Disponível em: <<https://coopnossaterra.com.br/a-segunda-edicao-da-feira-jovem-foi-um-sucesso-notavel/>>. Acesso em: 20 set. 2025.

COOPERATIVA NOSSA TERRA. **Agricultura familiar se mobiliza para a campanha Nossa Terra Fica.** Paulo Bento, 7 set. 2023a. Disponível em: <<https://coopnossaterra.com.br/agricultura-familiar-se-mobiliza-para-a-campanha-nossa-terra-fica/>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

COOPERATIVA NOSSA TERRA. **Conheça nossas marcas e iniciativas.** Paulo Bento, 27 set. 2023. Disponível em: <<https://coopnossaterra.com.br/conheca-nossas-marcas-e-iniciativas/>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

COOPERATIVA NOSSA TERRA. **Cooperativa Nossa Terra convoca Assembleia para defender espaço de trabalho e Agricultura Familiar.** Paulo Bento, 26 jul. 2024b. Disponível em: <<https://coopnossaterra.com.br/cooperativa-nossa-terra-convoca-assembleia-para-defender-espaco-de-trabalho-e-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

COOPERATIVA NOSSA TERRA. **Cooperativa Nossa Terra investe R\$ 2 milhões em Prudentópolis.** Paulo Bento, 30 jul. 2024a. Disponível em: <<https://coopnossaterra.com.br/cooperativa-nossa-terra-investe-r-2-milhoes-em-prudentopolis/>>. Acesso em: 19 abr. 2025.

COOPERATIVA NOSSA TERRA. **Inauguração do Centro Comercial Nossa Terra marca novo capítulo para o cooperativismo em Erechim.** Paulo Bento, 01 nov. 2025b. Disponível em: <<https://coopnossaterra.com.br/inauguracao-do-centro-comercial-nossa-terra-marca-novo-capitulo-para-o-cooperativismo-em-erechim/>>. Acesso em: 02 nov. 2025.

COOPERATIVA NOSSA TERRA. **Juventude cooperativista conquista aprovação em edital com projeto agroecológico e cultural.** Paulo Bento, 16 jun. 2025c. Disponível em: <<https://coopnossaterra.com.br/juventude-cooperativista-conquista-aprovacao-em-edital-com-projeto-agroecologico-e-cultural/>>. Acesso em: 15 out. 2025.

COOPERATIVA NOSSA TERRA. **Nossa Terra realizou grande comemoração dos 21 anos com extensa programação.** Paulo Bento, 26 out. 2022. Disponível em: <<https://coopnossaterra.com.br/nossa-terra-realizou-grande-comemoracao-dos-21-anos-com-extensa-programacao/>>. Acesso em: 15 set. 2025.

COOPERATIVA NOSSA TERRA. **Sucesso no evento que comemorou 22 anos da Nossa Terra.** Paulo Bento, 2 out. 2023c. Disponível em: <<https://coopnossaterra.com.br/sucesso-no-evento-que-comemorou-22-anos-da-nossa-terra/>>. Acesso em: 19 abr. 2025.

COOPERATIVA NOSSA TERRA. **Um pouco da nossa história.** Paulo Bento, 18 set. 2021. Disponível em: <<https://coopnossaterra.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

COOPERATIVA NOSSA TERRA. **Unidade 3 da Cooperativa Nossa Terra é inaugurada em Ponte Preta com presença de autoridades e comunidade regional.** Paulo Bento, 10 out. 2025a. Disponível em: <<https://coopnossaterra.com.br/unidade-3-da-cooperativa-nossa-terra-e-inaugurada-em-ponte-preta-com-presenca-de-autoridades-e-comunidade-regional/>>. Acesso em: 15 out. 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Renato Lobato. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 15-47.

DEGGERONE, Zenicléia Angelita. **Caracterização dos mercados agroalimentares no Alto Uruguai-RS**: um estudo sobre o processo de mercantilização da agricultura familiar em Aratiba-RS. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

EDUARDO, Márcio Freitas; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. A construção socioterritorial de mercados: apontamentos teóricos sobre o potencial protagonismo camponês em mercados de produtos agroecológicos. **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 123-134, dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.48075/amb.v6i2.34606>

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil**: debates sobre políticas fundiárias. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. (Vozes do campo).

GONZÁLEZ, Shirley Rodríguez; PEREIRA, Viviane Camejo; SOLGIO, Fábio Kessler dal. A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural. **Perspectivas Rurales Nueva Época**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 101–121, jun. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/perspectivasrurales/article/view/6386>>. Acesso em: 2 dez. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 395 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Prévia da população calculada com base nos resultados do censo demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022. 2022. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/RS_POP2022.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). A juventude rural no III Festival da Juventude da Contag. Relatório de pesquisa. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/c65adb2e-6bbd-4844-aec6-412ce7e15a51>>. Acesso em: 15 mai. 2025.

JORNAL BOA VISTA. **Erechim dá o primeiro passo para ter seu shopping center**. Erechim, 04 abr. 2025. Disponível em: <<https://jornalboavista.com.br/erechim-da-o-primeiro-passo-para-ter-seu-shopping-center/>>. Acesso em: 15 set. 2025.

JORNAL BOM DIA. **Governo anuncia que vai fechar a superintendência do DAER em Erechim**. Erechim, 12 fev. 2021. Disponível em:

<<https://jornalbomdia.com.br/noticia/43577/governo-anuncia-que-vai-fechar-a-superintendencia-do-daer-em-erechim#:~:text=A%20previs%C3%A3o%20%C3%A9%20de%20que,de%20Paula%2C%20tamb%C3%A9m%20ser%C3%A3o%20extintas>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

LOPES, Ricardo Ferreira; VASCONCELLOS, Lélia Mendes de. Considerações sobre os mercados públicos: relação de sociabilidade e vitalidade urbana nas cidades. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE COMÉRCIO E CIDADE: UMA RELAÇÃO DE ORIGEM*, 3, 2012, Rio de Janeiro. **Anais do Evento**. Rio de Janeiro: CINCCI, 2012. Disponível em: <http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/3_cincci/032-ricardo-lopes.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2023.

MARTINS, Leonardo Rauta. Permanecer no campo: notas sobre juventude, gênero e sexualidade no mundo rural. **RIET – Revista Interdisciplinar em Extensão e Territórios**, Dourados, v. 3, n. 1, p. 137-156, jan./jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.30612/riet.v3i1.15342>

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista Nera**, [S. l.], v. 10, n. 10, p. 72-93, jan./jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i10.1424>

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! *In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar (Orgs.). Geografia agrária: teoria e poder*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.

OLIVEIRA, Emerson Dias de. O cooperativismo popular como expressão da economia solidária: conceitos e desafios. **Geoingá – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 149-172, set. 2013. DOI: <https://doi.org/10.4025/geoinga.v5i1.49225>

PIES, Neri. O papel do cooperativismo e da economia solidária na produção, processamento e comercialização de alimentos saudáveis. *In: DAVID, Lino et al. (Orgs.). Agricultura familiar, produção de alimentos saudáveis e preservação ambiental: relatório verde 2018*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2018. p. 263-281.

PIRAN, Nédio. **Agricultura Familiar: Lutas e Perspectivas no Alto Uruguai**. Erechim: Edifapes, 2001. 190 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Luta pela terra. Luta pela Terra: ruptura metabólica e reapropriação social da natureza**. 2016. Ensaio (Pós-doutorado) - Curso de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

PREFEITURA DE ERECHIM. **Feira do Produtor**. Erechim, s.d. Disponível em: <<https://www.pmerechim.rs.gov.br/pagina/1349/feira-do-produtor>>. Acesso em: 15 set. 2025.

ROSA, Roberto. Geotecnologias na Geografia aplicada. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v.16, p. 81-90, abr. 2005. DOI: <https://doi.org/10.7154/RDG.2005.0016.0009>

SANTOS, Jaqueline Sgarbi. **Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul: uma análise do processo de comercialização**. 2006. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 388 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 33. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012. 174 p.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-49.

SIMÕES, Willian; GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Jovens faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira. **Revista Núcleo de Estudos, pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, Presidente Prudente, v. 19, n. 33, p. 63-97, set./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i33.3851>

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Persel Abramo, 2002. 127 p.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção da escala geográfica. In: ARANTES, Antonio (Org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 133-175.

TEIAS DA COMUNICAÇÃO. **Construir a civilização do amor**. DIGIQOLE. 26 out. 2012. Disponível em: <<https://pj.org.br/construir-a-civilizacao-do-amor/#:~:text=A%20ades%C3%A3o%20%C3%A0%20proposta%20da%20Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20do,diferentes%20tradi%C3%A7%C3%B5es%20e%20tamb%C3%A9m%20ao%20meio%20ambiente>>

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa ação**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 1986. 108 p.

TURRA NETO, Nécio. Pesquisa qualitativa em Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12., 2012, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: Associação de Geógrafos Brasileiro – AGB, 2012. p. 1-10.

UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA (UNICAFES). 2025. Disponível em: <<https://www.unicafes.org.br>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA (UNICAFES). **Unicafes Rio Grande do Sul**. [s.d.a]. Disponível em: <<https://unicafes.org.br/uf/RS>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA (UNICAFES). **UNICAFES NACIONAL**. [s.d.b]. Disponível em: < <https://unicafes.org.br/area-abrangencia>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

UNICOPAS. **Nosso DNA é a solidariedade**. [s.d.]. Disponível em: <<https://unicopas.org.br/institucional/>>. Acesso em: 19 set. 2025.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2003. 304 p.

WIENKE, Felipe Franz. A noção de agricultura familiar no direito brasileiro: uma conceituação em torno de elementos socioeconômicos e culturais. **JURIS - Revista da Faculdade de Direito**, Rio Grande, v. 27, n. 1, p. 225-245, jul. 2017. DOI: <https://doi.org/10.14295/juris.v27i1.6966>

ZENERATTI, Fabio Luiz. **Cooperativismo e recriação camponesa: contribuições e limites dos modelos de cooperativismo empresarialista e camponês na mesorregião norte central paranaense**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.